

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MÁRCIO HOFF

**ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO:
AÇÕES E CONTRADIÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO EM UMA
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA**

**Porto Alegre
2010**

MÁRCIO HOFF

**ASSENTAMENTO 30 DE MAIO:
AÇÕES E CONTRADIÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO EM UMA
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Jaime José Zitkoski

Porto Alegre
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H698a Hoff, Márcio

Assentamento Trinta de Maio: ações e contradições entre educação e trabalho em uma cooperativa de produção agropecuária / Márcio Hoff. – 2010.

151 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Jaime José Zitkoski.

1. Educação. 2. Trabalho cooperativo – Agricultura familiar. 3. Assentamento rural. 4. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. I. Zitkoski, Jaime José. II. Título.

CDU 37.035.3

Elaborada pela Bibliotecária Lueci Silveira CRB-10/2023.

MÁRCIO HOFF

**ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO:
AÇÕES E CONTRADIÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO EM UMA
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jaime José Zitkoski (UFRGS)
Orientador

Profa. Dra. Simone Valdete dos Santos (UFRGS)

Prof. Dr. Balduino Antônio Andreola (UNILASALLE)

Prof. Dr. Danilo Romeu Streck (UNISINOS)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação às famílias do Assentamento Trinta de Maio, que, ao longo de suas trajetórias de agricultores Sem-terra, souberam imprimir significado ao seu projeto coletivo de luta pela terra, transformando o sonho em realidade.

AGRADECIMENTOS

A dissertação de mestrado representou para mim um encontro dialógico comigo e com o meu objeto e *sujeito* de estudo. Durante mais de dois anos, debruicei-me incansavelmente em pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo, abrindo mão de muitas coisas, do prazer de estar com os amigos e com a família. Mas ao findar esse período em que estive mergulhado neste processo contínuo e solitário de (des)construção e (re)construção de saberes e aprendizados através desta pesquisa, posso afirmar que valeu a pena todo o esforço empreendido para que este trabalho fosse realizado. Quero assim, expressar os mais sinceros agradecimentos a todos que, de uma forma ou de outra, se fizeram presentes ao longo deste período:

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, pelo empenho e dedicação de todos os professores e funcionários, com quem convivi e aprendi muito neste período.

À secretaria do PPGEDU, em especial à equipe técnica, sempre prestativos e dispostos a auxiliar.

Um agradecimento especial ao meu orientador e amigo, professor Jaime Zitkoski, pela afetuosidade, camaradagem, conselhos, e orientação impecável. Agradeço por ter acreditado e estimulado ainda mais meu potencial intelectual através da dialogicidade freireana.

Ao casal Werner e Cornélia Wittkowski, e à Studienförderung (Associação de Apoio a Estudantes), um agradecimento especial, por serem os sementeiros desta grande jornada e, por continuar acreditando no potencial de estudantes brasileiros.

Aos professores Balduino, Danilo e Simone, integrantes da banca examinadora desta dissertação, que, mesmo dispondo de tempo exíguo, aceitaram o desafio de ler a minha pesquisa e expressarem suas preciosas contribuições ao texto.

A todos os colegas de mestrado com quem convivi e aprendi muito, pela partilha alegrias, sofrimentos e inquietações sobre o mundo da academia e o mundo da vida.

Um agradecimento especial aos amigos e colegas Andréia Ruaro e Laerte Kerbes, pelo empenho no auxílio “paciencioso” de gravação das entrevistas, bem como a amiga e colega Carla Pires Tavares Lemos, pelo trabalho de construção do abstract da presente dissertação.

Aos colegas da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Pelotas, que fizeram parte da minha trajetória enquanto mestrando.

Aos colegas do curso de licenciatura em Educação do Campo à Distância do CEAD/UFPel, com quem tenho aprendido muito sobre educação popular e tenho compartilhado parte das minhas experiências enquanto educador e militante dos movimentos sociais do campo.

A minha família, que durante vários finais de semana ininterruptos sentiu a minha ausência. A ela, às minhas mais sinceras desculpas e o meu agradecimentos pelo apoio e compreensão recebidos.

A todos os camponeses e camponesas do Assentamento Trinta de Maio do MST, que dispuseram do seu tempo para que eu pudesse entrevistá-los. Sem suas preciosas contribuições e informações prestadas, este trabalho jamais se realizaria.

“Antes mesmo de ler Marx já fazia minhas as suas palavras: já fundava a minha radicalidade na defesa dos legítimos interesses humanos. Nenhuma teoria da transformação-político social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção. Seres éticos, mesmo capazes de transgredir a ética indispensável, algo de que tenho insistentemente “falado” neste texto. Tenho afirmado e reafirmado, o quanto realmente alegra saber-me um ser condicionado mas capaz de ultrapassar o próprio condicionamento. A grande força sobre que alicerçar-se a nova rebeldia é a ética universal do ser humano e não do mercado, insensível a todo reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro. É a ética da solidariedade humana” (FREIRE, 1996, p.145-146).

RESUMO

A pesquisa que deu origem à essa dissertação de mestrado está pautada na análise acerca da concepção de trabalho cooperativo para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, na conseqüente implementação de uma Cooperativa de Produção Agropecuária – CPA, no Assentamento Trinta de Maio em Charqueadas, no RS, considerada como um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, social e cultural para as famílias assentadas, visando contrapor a lógica do modelo capitalista de produção. Através da metodologia da pesquisa-participante, este estudo procura refletir e desvelar os aspectos e desdobramentos que conduziram para a gradativa divisão entre algumas famílias assentadas e sua conseqüente saída da cooperativa, partindo para o modelo de produção familiar e associativo. Analisa também, outras formas de concepção de trabalho cooperativo forjadas entre as famílias que por diversas motivações, optaram por se desligar da cooperativa do assentamento. Apresenta também, a relação dialógica entre as categorias educação e trabalho cooperativo e as conseqüentes contradições que emergem no seio das relações sociais consolidadas entre as famílias que constituem a cooperativa, tendo como eixo condutor da pesquisa, a educação e o trabalho cooperativo, alicerçadas nos referenciais teóricos de Freire e Marx.

Palavras-chave: Educação; trabalho cooperativo; assentamento, MST.

ABSTRACT

The research that gave rise to this dissertation is based on the analysis concerning the comprehension of cooperative work for the Landless Workers' Movement (MST), and the consequent implementation of an Agricultural Production Cooperative – APC, in the Trinta de Maio Settlement, considered an alternative to economic, social and cultural development of the settled families, contradicting the logic of the capitalist mode of production. Through the research participant methodology, this study aims at reflecting about the factors and consequences that led up to the gradual division from some settled families and the consequent choice for household production model. This study also examines different conceptions of cooperative work that exist between the settled families. Besides, it presents the dialogic relationship between education and cooperative work and the resulting contradictions within these families, having the education and cooperative work as essential purpose of this search.

Keywords: Education; cooperative work; settlement; MST.

LISTA DE SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores.

ASSUFRGS - Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CEASA/RS – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A.

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base.

CEF – Caixa Econômica Federal

COANOL - Cooperativa de Comercialização Nova Sarandi Ltda.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COCEARGS - Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul.

CONCRAB – Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária.

COOPANOR - Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ronda.

COOPTAR - Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda.

COPAC – Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda.

COPTIL - Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda.

CPS – Cooperativa de Prestação de Serviço.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

EMATER - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FUDEP-DER - Departamento de Educação Rural da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceileiro/RS.

ICB – Informe e Balanço Crítico

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

LOC – Laboratório Organizacional de Campo.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

MJDH-RS – Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

PC do B – Partido Comunista do Brasil.

PJR – Pastoral da Juventude Rural.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.

PT – Partido dos Trabalhadores.

SEAPPA - Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul.

SINDIMETAL - Sindicato dos Metalúrgicos de Charqueadas.

SINDISPREV/RS - Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Previdência do Rio Grande do Sul.

STIMEPA - Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

UDR – União Democrática Ruralista.

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Programa de Reforma Agrária do MST.....	49
QUADRO 2 - Diferença entre cooperativa alternativa <i>versus</i> cooperativa tradicional	101
QUADRO 3 – Levantamento dos equipamentos encontrados no Assentamento Trinta de Maio pertencentes à COPAC e à Associação Quinze de Abril.....	123

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Acampamento Guerreiros de Zumbi – Pantâneo Grande/RS.....	23
FIGURA 2 – Aula inaugural da turma de EJA “Filhos da Terra” – Assentamento Trinta de Maio.....	26
FIGURA 3 – Inauguração do Memorial do Assentamento Trinta de Maio no Dia do Trabalhador, no ano de 2009.....	27
FIGURA 4 – Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos 2008.....	28
FIGURA 5 – Projeto “Saberes que Brotam da Terra” – Estudantes da escola do Assentamento.....	29
FIGURA 6 – Estudantes da escola do Assentamento e da escola urbana aprendendo com os “Saberes que Brotam da Terra”.....	30
FIGURA 7 – Celebração religiosa durante a ocupação da Fazenda do Salto, em 1987.....	71
FIGURA 8 – Colonos sem-terra em ocupação à Praça da Matriz, em Porto Alegre, para cobrar as promessas de assentamento do Governo Estadual.....	75
FIGURA 9 – Agricultores recém assentados no Trinta de Maio.....	79
FIGURA 10 - Comunidade escolar do Assentamento Trinta de Maio.....	80
FIGURA 11 – Celebração religiosa durante o Laboratório Organizacional de Campo.....	84
FIGURA 12 – Planta rudimentar com o Projeto de Instalação da Agrovila.....	92
FIGURA 13 – Vista aérea da Agrovila em 1996, com destaque para a floresta de eucalipto, utilizada como reserva vegetal e quebra-ventos.....	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. O OLHAR DE QUEM PESQUISA	22
1.1. A INTENCIONALIDADE E O PERCURSO TRILHADO PELO PESQUISADOR.....	22
1.2. O PROBLEMA E A METODOLOGIA EMPREGADOS NA PESQUISA	31
2. DIALOGANDO COM OS REFERENCIAIS TEÓRICOS QUE SE APROXIMAM DA TEMÁTICA DA PESQUISA	38
2.1. O CAPITALISMO AGRÁRIO E SUA INFLUÊNCIA NO MODO DE PRODUÇÃO DO <i>ETHOS</i> CAMPONÊS	38
2.2. EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DIALÉTICA ENTRE O PENSAMENTO DE MARX E FREIRE	44
2.3. A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO COOPERATIVA E TRABALHO COOPERATIVO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	61
3. CONTEXTUALIZANDO O ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO DO MST E SUAS ORIGENS SÓCIO-HISTÓRICAS.....	69
3.1. ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO ATRAVÉS DE SUA ESTRUTURA SOCIAL, POLITICA, ECONÔMICA E CULTURAL	81
3.2. A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DAS FAMILIAS ASSENTADAS E A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DA CONSCIÊNCIA SOCIAL, POLÍTICA E HUMANA	95
3.3. AS ORIENTAÇÕES POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DO MST NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COOPERATIVO NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA	99
4. UM OLHAR SOBRE A REALIDADE E A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO: ANALISANDO AS ENTREVISTAS E DOCUMENTOS E INTERPRETANDO O FENÔMENO PESQUISADO.....	106
4.1. AS EXPERIÊNCIAS SÓCIO-EDUCATIVAS DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO.....	106
4.2. A TRABALHO COOPERATIVO NA COPAC: ENTRE O PRINCÍPIO EDUCATIVO E A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL.....	112
4.3. AS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO E O POTENCIAL DE COOPERAÇÃO SOB NOVAS FORMAS DE ORGANIZAR A COLETIVIDADE PARA O TRABALHO COOPERATIVO	119

5. A COPAC: QUAL HORIZONTE DE FUTURO?	126
5.1. AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E PODER NA COOPERATIVA DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO	129
5.2. OS JOVENS ASSENTADOS: EXPECTATIVAS E INQUIETAÇÕES EM RELAÇÃO AO FUTURO DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO E DO TRABALHO COOPERATIVO	134
5.3. LIMITES E POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO COOPERATIVA E DEMOCRÁTICA NOS GRUPOS COLETIVOS DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO	139
CONCLUSÃO	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144
APENDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO.....	151

INTRODUÇÃO

No início dos anos 80, com o processo de redemocratização e a conseqüente abertura política brasileira, diversos movimentos populares e sociais passaram a se organizar forjando suas ações em torno de alguma reivindicação concreta de direitos fundamentais violados ou não implementados pelo Estado, que acumulava uma dívida histórica para os amplos segmentos populares rurais ou urbanos da sociedade brasileira. Assim, surgiram grupos organizados de camponeses sem-terra, os movimentos pelos direitos humanos, pela moradia, grupos de trabalhadores desempregados, moradores de rua, de favelados, de mulheres, negros, índios e uma infinidade de outros atores sociais, “definidos por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos” (MELLUCI, 2001, p.35).

Caracterizado como um movimento social que agrega milhares de camponeses despossuídos de terra e, igualmente de famílias que hoje vivem à margem dos grandes centros urbanos, o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, não teve uma origem única. Foram vários os momentos e locais do universo geográfico brasileiro em que a luta de grupos de agricultores sem-terra foi ganhando formato orgânico até a fundação de um movimento com uma identidade comum. “Sua história é composta pela soma de vários acontecimentos que se desenvolveram especialmente a partir de 1978” (GÖRGEN, 1993, p.28). No Rio Grande do Sul, as primeiras ocupações amplamente noticiadas pelos meios de comunicação da época, ocorreram em propriedades pertencentes ao próprio Estado. Esse processo culminou na ocupação das granjas Macali e Brilhante, situadas no município de Ronda Alta, famoso pelos embates movidos na luta pela terra que ainda estavam por se desenhar anos mais tarde.

Numa dimensão paralela, outros conflitos de terra estavam se deflagrando em outros Estados do Brasil. Em Santa Catarina uma das primeiras ocupações aconteceu no município de Campo Erê, na Fazenda Burro Branco. Em São Paulo, no município de Andradina, mais de trezentas famílias ocuparam a Fazenda Primavera. No Mato Grosso, novos conflitos se instalaram entre os fazendeiros e famílias que viviam como ¹parceiros sendo que estes passaram a ocupar a terra. Já no Paraná, as disputas e embates por terra nos remete ao entendimento da problemática social instalada durante o período da construção da barragem de Itaipu que chegou a mobilizar as forças

¹ Segundo Frei Sérgio Görgen (1993, p. 26-27), parceiro é aquele agricultor que trabalha com sua família, arrenda uma terra de e faz uma parceria; ele entra com trabalho, com ferramentas, as vezes com sementes. E o proprietário com a terra e às vezes com sementes, adubo etc.

produtivas de três países que formam o MERCOSUL - Mercado Comum do Sul. Com o término da obra, a barragem inundou as terras de mais de dez mil famílias na fronteira Brasil-Paraguai.

Outras lutas não menos importantes, foram evidenciadas no mesmo período – início da década de 80, em outros estados como a Bahia, Rio de Janeiro, Goiás e na região norte do Brasil. Em plena repressão política imposta pelo regime militar, a CPT - Comissão Pastoral da Terra (organismo social da Igreja Católica), criada em 1975, desenvolveu um papel social relevante no processo de unificação das lideranças que promoviam as ocupações de terra pelo Brasil. Isto porque, até então, as lutas eram localizadas apenas nas regiões onde aconteciam os conflitos.

Através de encontros estaduais e regionais, os grupos de agricultores sem-terra que antes realizavam ações localizadas e pontuais, deram início ao processo desencadeador que mais tarde tornou-se um dos mais fortes e combativos movimentos sociais de toda América Latina. Fruto de vários encontros anteriores e a articulação de grupos pontuais e localizados, realizou-se em janeiro de 1984, o I Encontro Nacional dos Sem-Terra. Nascia naquele encontro o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Na onda da luta pela conquista da terra, no ano de 1987, cerca de 100 famílias de camponeses oriundas da região norte e noroeste do Rio Grande do Sul, passaram a se organizar de forma coletiva, formando vários acampamentos, participando de várias ocupações de terra, vivendo em condições precárias durante cerca de três anos. Nesse período, o grupo de famílias passou a ter maior visibilidade social perante à sociedade gaúcha e à opinião pública através da situação de injustiça e opressão pelas quais passavam, divulgadas amplamente pela imprensa, contando com o auxílio de outros atores sociais como a igreja católica e luterana e Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul – MJDH-RS. Nesse contexto de denunciamento e fortes cobranças, o Estado se vê obrigado a buscar uma solução para o problema da falta de terra para esse grupo de colonos.

Em 1990, 46 famílias foram assentadas numa área de 850 hectares que estava destinada à expansão da Colônia Penal Agrícola, no município de Charqueadas. O outro grupo foi assentado no município de Nova Santa Rita. O Assentamento de Charqueadas recebeu o nome de “Trinta de Maio” porque nessa data, no ano de 1990, ocorreu o último grande conflito com os aparelhos repressivos do Estado antes de conquistarem a

terra e, que durou exatamente trinta dias. Desta forma, a data passou a ser simbólica para as famílias assentadas.

Analisando o contexto atual das relações sócio-culturais vivenciadas entre as famílias do assentamento passadas duas décadas, busca-se diagnosticar em que medida o sistema capitalista, mediado pelo neoliberalismo e os efeitos da pós-modernidade podem estar atingindo essas famílias nas relações que estabelecem entre si e com a sociedade. Desta forma, esta pesquisa se faz necessária, sobretudo para investigar as causas do elevado número de famílias que têm abandonado a forma de produção cooperativa do trabalho para produzir de forma individualizada. Só no ano de 2008 foram três as famílias que saíram da cooperativa. Em 1996, o assentamento possuía todas as 46 famílias trabalhando neste modelo de trabalho. Hoje só restam 22 famílias. Uma diminuição de mais de 50% em pouco mais de dez anos.

Sabe-se que a temática do trabalho cooperativo em assentamentos rurais apresenta um vasto número de pesquisas produzidas nos últimos anos. Entre elas, cito alguns autores pelo grau de relevância de suas investigações: Bonamigo (2002), Ribeiro (2002) e Vendramini (2002). Contudo, acredita-se que o assunto não está esgotado e continua relevante, sobretudo, para as famílias do Assentamento Trinta de Maio que poderão se beneficiar com as possíveis respostas e apontamentos trazidos à tona por este estudo. Neste sentido, as pesquisas já realizadas serão aproveitadas como arcabouço teórico e tiveram uma relevância significativa na construção do presente trabalho.

Através de estudos e pesquisas já realizadas em assentamentos rurais do MST, pretende-se compreender o conjunto de variantes que caracteriza o processo de contradições presentes nas relação entre educação e trabalho cooperativo no Assentamento Trinta de Maio. A reflexão sobre a temática pesquisada, procura desvelar os interesses, os objetivos e as motivações das famílias que ainda se mantêm unidas em torno do modelo de produção do trabalho cooperativo e, das famílias que optaram pelo afastamento do empreendimento solidário, partindo para o modo de produção individual.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa subdividem-se em algumas etapas seguidas pelo pesquisador durante o transcorrer deste trabalho, na qual foram analisados os documentos que dão organicidade ao assentamento, à cooperativa e à associação de agricultores assentados. Na pesquisa de dados, verificou-se o número de famílias que constitui a cooperativa de produção agropecuária, bem como o número de famílias que rompeu com o modelo de produção coletiva do trabalho, dentro do assentamento. Nas

entrevistas semi-estruturadas foram explorados, sobretudo, os aspectos sócio-culturais e subjetivos que fazem parte do *ethos* das famílias assentadas, bem como, o grau de importância que imprimem ao trabalho coletivo e à educação para a cooperação.

O primeiro capítulo, intitulado “O olhar de quem pesquisa”, trata da apresentação e do perfil de militância do pesquisador junto ao MST, sobretudo, junto às famílias do Assentamento Trinta de Maio. Com brevidade são descritas as ações empreendidas pelo pesquisador que atuou como educador de uma turma de Educação de Jovens e Adultos – EJA, entre os agricultores assentados e, como militante, auxiliando e assessorando os camponeses em projetos sócio-culturais, promovendo a aproximação da escola do assentamento com escolas urbanas e resgatando a memória dos camponeses através de suas trajetórias de vida publicizadas no Memorial do Assentamento Trinta de Maio - exposição de cinquenta quadros que revelam os bastidores e a história das famílias que formam o Assentamento. O problema de pesquisa e a metodologia empregada para a realização da mesma, também são relatados nesse capítulo, situando o leitor sobre o objeto/sujeito da investigação e os meios utilizados para realizá-la.

O segundo capítulo intitulado “Dialogando com os referenciais teóricos que se aproximam da temática da pesquisa”, realiza uma leitura dos efeitos do capitalismo agrário frente ao *ethos* que orienta o modo de vida e a realidade social do camponês. Trata da importância da educação popular no cenário brasileiro remetendo-a a um diálogo com o pensamento humanista de Paulo Freire e materialista-dialético de Karl Marx, teorizando e conceituando sobre algumas categorias analíticas que serão utilizadas nessa pesquisa: educação e trabalho cooperativo, alienação, consciência de classe, coletividade e emancipação humana. Por fim, este capítulo analisa a relação entre educação e trabalho cooperativo e, baseado nas ideias de Jürgen Habermas, diferencia os projetos de emancipação humana constituídos pela razão instrumental e pela racionalidade comunicativa, no sistema capitalista de produção.

O terceiro capítulo, intitulado “Contextualizando o Assentamento Trinta de Maio do MST”, analisa a história e o conjunto de elementos que constituem e dão organicidade ao Assentamento Trinta de Maio, bem como à Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas - COPAC, apontando as orientações políticas e ideológicas dos assentados, imbricadas no modo de produzir a vida em coletividade ou, na individualidade das famílias. A luta pela busca da emancipação da consciência social, através da organização coletiva dos assentados também é analisada.

Por último, procura-se elencar e discorrer sobre os atuais dilemas e desafios da organização do trabalho coletivo no assentamento.

O quarto capítulo intitulado “Um olhar sobre a realidade e a história do Assentamento Trinta de Maio: analisando as entrevistas e documentos e interpretando o fenômeno pesquisado” é utilizado para realizar a análise e interpretação dos dados coletados através dos instrumentos utilizados na pesquisa: entrevistas, documentos e observações empíricas realizadas no âmbito do assentamento. Através da análise de dados é possível inferir sobre as experiências sócio-educativas das famílias assentadas tais como os processos de organização do trabalho e da produção econômica, o modelo de trabalho cooperativo como possibilidade de combater o modelo capitalista de trabalho e a racionalidade instrumental. Este capítulo analisa também qual o espaço para a produção da autonomia individual das famílias do assentamento que produzem suas vidas tendo como ponto de partida a coletividade e, aponta quais as outras formas de coletividade que os assentados têm vislumbrado para agregar o modo de produção do trabalho cooperativo.

O quinto e último capítulo, intitulado “A Copac: qual horizonte de futuro?” à luz da pesquisa empírica, analisa a produção e reprodução das relações de dominação e poder engendradas na organização da cooperativa, enfatizando os conflitos irrompidos no assentamento e, como forma de protesto e resistência às relações de dominação, analisa a saída de famílias da cooperativa. Procura-se também compreender as expectativas e inquietações dos jovens assentados, em relação ao futuro do assentamento e do trabalho cooperativo. Finalizando o capítulo, procura-se retomar, com base nos documentos do MST, os limites e possibilidades para a continuidade dos modelos de trabalho coletivo no Assentamento Trinta de Maio, tendo como base, a democracia e a educação cooperativa para a consolidação e continuidade das ações coletivas da organização.

1. O OLHAR DE QUEM PESQUISA

O presente trabalho surgiu do interesse e do meu compromisso de militante em conhecer e aprofundar os efeitos e desdobramentos sócio-econômicos, políticos e culturais advindos da trajetória de vida de 46 famílias formadas por camponeses e camponesas sem-terra do Assentamento Trinta de Maio do MST, no município de Charqueadas, após 18 anos de convivência em dois modelos de produção do trabalho: a organização cooperativa e o associativismo.

1.1. A intencionalidade e o percurso trilhado pelo pesquisador

Durante o período em que realizei a minha graduação no curso de Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, entre 1998 e 2003, por inúmeras vezes eu e outros colegas fomos motivados e desafiados pelos professores Sérgio Trombetta, Arlete Arruda, Dárnis Corbellini, e os irmãos Matilde e Eugênio Cechin, a organizar grupos de universitários e realizar saídas de campo, a fim de conhecer e desvelar a realidade que se escondia por trás dos barracos de lonas pretas nos acampamentos dos sem-terra situados à beira da BR-290, no município de Arroio dos Ratos/RS e, conhecer a organização de famílias dos sem-terra que já viviam o sonho da “terra conquistada” no Assentamento Trinta de Maio, em Charqueadas.

Estas saídas de campo foram primordiais para minha formação enquanto ser humano e, através delas, passei a aprofundar e estudar as diversas temáticas e demandas que emergem dos movimentos sociais do campo, em especial o Movimento dos Sem Terra. Meu interesse empírico lastreava-se desde a forma como esses movimentos se organizavam coletivamente, até conhecer suas principais bandeiras e estratégias de luta, suas forças de embate para colocar na agenda política dos governos, suas principais reivindicações: desapropriar áreas de terras pertencentes a grandes latifundiários, assentar nelas famílias de sem-terra e, construir em conjunto com a sociedade, a reforma agrária.

O desejo por compreender a luta pela terra no Brasil me levou a pesquisar sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, culminando na escrita do meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais. Em maio de 2003, durante dez dias, realizei a pesquisa de campo junto ao recém formado Acampamento Guerreiros de Zumbi

instalado no município de Pantano Grande/RS. Neste pequeno período de tempo, tive a oportunidade de conhecer com maior profundidade, como viviam e se relacionavam os sujeitos sem-terra que constituíam o acampamento. Durante esse período de observações, decidi ficar instalado em um dos barracos do acampamento a fim de realizar observações e colher as informações necessárias à realização do meu trabalho de conclusão intitulado “Um contra-projeto social: a formação da identidade coletiva do MST”.



FIGURA 1 – Acampamento Guerreiros De Zumbi – Pantâno Grande/RS
Foto: Márcio Hoff

Em dezembro de 2003, logo após concluir o curso de licenciatura em Ciências Sociais, prestei concurso público no município de Charqueadas para o provimento de cargo de professor na área do ensino religioso. Em março de 2004 fui convocado para assumir uma das vagas em uma escola localizada na periferia da cidade. Atuando como professor neste município, comecei a me aproximar dos assentados através do mercado que a cooperativa das famílias mantém no centro da sede. Realizava algumas visitas e comprava alimentos produzidos no próprio assentamento. Nestes momentos aproveitava para publicizar e demonstrar meu apreço pela trajetória de luta das famílias que compunham o assentamento.

No cenário político, as eleições municipais de 2004 conduziram, pela segunda vez, o PT - Partido dos Trabalhadores ao Executivo Municipal, fato positivo para as famílias

do assentamento que, em sua grande maioria, se alinhavam e identificavam com os partidos de esquerda, em especial o PT. Neste mesmo período, passei a ter maior notoriedade política e pedagógica em meio aos colegas da escola em que lecionava. Logo, não tardou para eu receber um convite a fim de integrar o corpo da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, solicitação que prontamente aceitei.

A partir de 2005, fui designado a atuar como coordenador pedagógico do Programa Educacional de Educação de Jovens e Adultos - EJA, onde, juntamente com outros colegas da equipe técnica, realizamos vários projetos de alfabetização e escolarização de adultos no município. No mesmo ano, fui procurado na secretaria de educação por duas lideranças do Assentamento Trinta de Maio, que recém haviam concluído o Ensino Médio na Escola do MST, através da pedagogia da alternância que busca integrar a escola com a família e a comunidade do educando através metodologia do tempo-comunidade/tempo-escola. Desta forma, a cada dois meses, esses dois assentados eram desafiados a passar duas semanas de intenso estudo na Escola de EJA do MST, localizada no Assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão/RS.

Motivados pela possibilidade concreta de retomar seus estudos após muitos anos afastados dos bancos escolares, um grupo de 30 camponeses do Assentamento Trinta de Maio reivindicavam, através dessas duas lideranças que recém haviam concluído o ensino fundamental, a constituição de uma turma de Educação de Jovens e Adultos que pudesse ocorrer nos moldes da pedagogia da alternância como uma alternativa pedagógica de resistência cultural para contrapor a hegemonia do sistema capitalista brasileiro, sobretudo, no âmbito da educação.

Outro modelo de pedagogia reivindicado pela turma de jovens e adultos do assentamento, era a ²pedagogia do próprio Movimento dos Sem Terra. No texto “Educação, cultura e desenvolvimento do campo: diferentes olhares”, de autoria do professor Balduino Andreola, ele resgata a carta de compromissos e desafios da “I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, reafirmando a proposição do item sete da mesma:

² Conforme Caldart (2004), “A pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento vem formando historicamente o sujeito social de nome *Sem Terra*, e que no dia-a-dia educa as pessoas que dele fazem parte. E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio *movimento*. Olhar para esta pedagogia, para este movimento pedagógico, ajuda-nos a compreender e fazer avançar nossas experiências de educação e de escola vinculada ao MST.

“A educação do campo a partir da prática e estudos científicos deve aprofundar uma pedagogia que respeite a cultura e a identidade dos povos do campo: tempos, ciclos da natureza, mística da terra, valorização do trabalho, festas populares, etc. A escola necessita repensar a organização de seus tempos e espaços bem como a prática de seus educadores/educadoras para dar conta desse novo desafio pedagógico” (ANDREOLA, 2005, p.116).

Após mais de vinte anos afastados dos bancos escolares em razão da luta pela terra, esses sujeitos que em suas trajetórias de vida buscaram construir seus processos de emancipação social e política, lutavam agora, pelo direito à educação e à continuidade de seus estudos. Muitas reuniões e encontros foram realizados entre representantes do assentamento, do Setor Estadual de Educação do MST, da Secretaria Municipal de Educação de Charqueadas e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pio XII. Esta última, localizada no centro do município, aceitou o desafio de realizar as formações e reuniões pedagógicas com os professores, bem como a certificação da turma “Filhos da Terra”.

Os educadores seriam cedidos pela Rede Municipal de Educação de Charqueadas, contudo, o Setor de Educação do MST solicitara que a escolha dos professores seguisse alguns critérios mínimos, como por exemplo, afinidade com o próprio Movimento e comprometimento com o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada, voltada para os interesses dos sem-terra, seguindo as diretrizes pedagógicas para a educação nas escolas do MST.

Após seis meses de diálogos e negociações entre os atores envolvidos, ficou definido que a partir de junho de 2006, as aulas seriam um fato concreto para os assentados que quisessem retomar seus estudos. Os encontros ocorreriam quatro vezes por semana, em horário diferenciado, buscando respeitar o tempo de trabalho dos camponeses que se estendia até às 19h30min, tanto no mercado da cooperativa, como nos demais afazeres de trabalho na horta, da ordenha e de outras tarefas no assentamento.

O fato de ter realizado meu trabalho de conclusão sobre um acampamento do MST no ano de 2003, aliado à militância e à simpatia que tenho pelo Movimento dos Sem Terra, me credenciaram para ser um dos quatro educadores escolhidos para atuar na escola municipal existente no interior do assentamento. Com a responsabilidade que ‘pesava’ sobre mim, decidi aceitar o desafio de trabalhar como educador de uma turma que, inicialmente foi constituída por 30 estudantes jovens e adultos. Contudo, ao longo do processo educativo, houve um processo de evasão de 8 alunos, justificando suas

desistências por uma diversidade de motivações que os afastou da sala de aula. Para o grupo de 22 educandos que continuaram seus estudos para complementarem o ensino fundamental, muitas atividades foram realizadas, dentre elas, uma votação na sala de aula para democraticamente, através do processo do vigor da mística e da identidade com a terra, fortemente presente no imaginário dos assentados, escolher o nome e denominar “Filhos da Terra”, a turma de Educação de Jovens do Assentamento Trinta de Maio.



**FIGURA 2 – Aula inaugural da turma de EJA “Filhos da Terra” – Assentamento Trinta de Maio
Foto: Márcio Hoff**

Deste modo, durante o período de dois anos e três meses, a partir dos encontros de ciências sócio-históricas realizados uma vez por semana, acabei por me inserir não só nas questões educacionais que permeavam o imaginário da turma “Filhos da Terra”, mas também pela política interna de um dos assentamentos do MST tidos como modelo para a Reforma Agrária na década de 90, legitimado pelo seu quadro social de sócios e de sua organização coletiva em forma de cooperativa e de associação de trabalhadores rurais.

Como educador, além dos encontros de ciências sócio-históricas, organizei juntamente com os alunos assentados, três projetos que poderiam trazer benefícios para

o Assentamento Trinta de Maio. Fomos contemplados em todos eles. O primeiro projeto refere-se à idéia coletiva de arquitetar algum espaço que pudesse trazer à memória, acontecimentos e fatos que marcaram a trajetória de vida dos assentados. Através de um edital publicado pelo Fundo Municipal de Cultura do Município de Charqueadas, elaboramos e encaminhamos um projeto para a construção de um Memorial, onde ficariam expostos objetos e 50 pôsteres que teriam o objetivo de recuperar a história de vida de luta coletiva dos camponeses do Assentamento Trinta de Maio. O projeto classificou-se em quarto lugar e, através dessa conquista, implementamos e organizamos a exposição dos artefatos fotográficos.

A inauguração ocorreu no dia 1º de maio de 2009, no interior de um salão localizado na agrovila e pertencente à cooperativa dos assentados. Contudo, a solenidade foi marcada pela presença de apenas três membros das famílias assentadas que não mais pertencem à cooperativa. Apesar do convite, as outras 18 famílias de assentados individuais não compareceram. Esse fato denunciou uma variável que pretendo levar adiante como problema de pesquisa no presente trabalho: a forte divisão que tem como causa os conflitos deflagrados entre as famílias da cooperativa e as famílias que a ela não pertencem mais.



FIGURA 3 – Inauguração do Memorial do Assentamento Trinta de Maio – 01/05/2009
Foto: Márcio Hoff

O outro prêmio foi conquistado também em 2008, através de um projeto encaminhado junto à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, promotora do concurso no ano em que se comemoraram os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Conforme os organizadores,

“O Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos tem características singulares: é um prêmio concebido numa perspectiva pedagógica, ou seja, seu objetivo não é apenas o de premiar as melhores práticas de Educação em Direitos Humanos, mas estimular a colaboração entre diferentes agentes envolvidos com a educação nacional e consolidar a percepção segundo a qual os Direitos Humanos se realizam na coletividade, nos relacionamentos sociais, no estabelecimento de vínculos que respeitam e valorizam a diversidade” (Regulamento 2008).

Os assentados foram premiados através do seguinte projeto: “*(Re)lendo o mundo pelas histórias de vida: o Memorial do Assentamento Trinta de Maio*”. A idéia principal do projeto foi narrar as histórias de vida e trajetórias sociais de camponeses que lutaram pela terra de forma coletiva e organizada e a conquistaram, vinculando ao uso didático (Memorial) da memória de vida como ferramenta para a promoção do auto-reconhecimento dos assentados como sujeitos da história e de luta por direitos humanos.



FIGURA 4 – Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos 2008
Foto: Maria Eliza Brandt

Por fim, destaca-se o projeto também gerido nos encontros com os alunos jovens e adultos do assentamento e que teve como pano de fundo a nossa preocupação com a ameaça concreta de fechamento da escola. Em janeiro de 2008, o então secretário da educação do município, alegando pequeno número de matrículas e, por conseguinte, a necessidade de contenção de despesas, decidiu fechar a escola municipal localizada no interior do assentamento. Desta forma, os filhos de assentados em idade escolar teriam que se deslocar até a sede do município para estudar. Fato que logo foi rechaçado pelas famílias que deliberaram internamente sobre a polêmica e decidiram procurar o secretário. Este, percebendo que a situação poderia se transformar em um conflito, recuou e decidiu manter a escola em funcionamento, pois na época ela também estava abrindo no período da noite para atender a turma de jovens e adultos assentados.

Contudo, movidos pela ameaça de ver a escola do assentamento fechada pela justificativa de baixo número de crianças matriculadas (atualmente são 11 alunos matriculados entre a pré-escola até o 4º ano), organizamos um projeto de desenvolvimento sustentável para ser aplicado entre a escola do assentamento e uma escola urbana. Através de um concurso chamado “Minha Comunidade Sustentável”, promovido pela *Revista Carta na Escola* pertencente à *Revista Carta Capital*, escrevemos um projeto intitulado “*Saberes que Brotam da Terra*”, e fomos contemplados com uma verba de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para aplicar no desenvolvimento do mesmo no decorrer do ano de 2009.



FIGURA 5 – Projeto “Saberes que Brotam da Terra” – Estudantes da Escola do Assentamento
Foto: Márcio Hoff

O objetivo era demonstrar que a escola do assentamento, além de atender os filhos dos assentados, poderia se transformar num laboratório de desenvolvimento sustentável para alunos de escolas urbanas, uma vez que a maior parte delas não possui horta escolar. Nos oito meses de realização do projeto (fevereiro a setembro de 2009), cerca de 100 crianças de uma escola municipal localizada no centro da cidade participam das atividades promovidas pelo mesmo e, uma vez por semana se deslocavam até o assentamento para ter aulas de desenvolvimento sustentável. Além disso, ocorre a socialização de saberes entre alunos do meio urbano e rural. Através da aplicação deste projeto, tivemos a intencionalidade de demonstrar que a escola e o próprio assentamento podem se transformar em fonte de conhecimento e desenvolvimento sustentável para os estudantes de escolas urbanas do município de Charqueadas.



**FIGURA 6 – Estudantes da escola do Assentamento e da escola urbana aprendendo com os “Saberes que Brotam da Terra”
Foto: Márcio Hoff**

Contraditoriamente, apesar de o assentamento possuir em seu histórico tais atributos, o meu interesse por tal estudo será fundamentado em uma série de leituras de fatos e acontecimentos que fui realizando no período em que atuei como educador e que, no decorrer dos anos, tem gerado desconforto no grupo de assentados.

Conseqüentemente, este mal-estar têm conduzido um número significativo de famílias, antes cooperadas, a adotarem a lógica da produção individual em seus próprios lotes de terra. Essa leitura só foi possível, posto que entre os 22 educandos da turma de jovens e adultos do assentamento, parte deles já não pertencia mais à cooperativa. Dessa forma, as conversas e diálogos com esses sujeitos denunciavam uma série de problemáticas e contradições internas existentes no formato de como vinha sendo conduzida a gestão do empreendimento coletivo.

1.2. O problema e a metodologia empregados na pesquisa

O objeto de estudo da presente pesquisa foi constituído pelas ações e contradições existentes entre os campos da educação e do trabalho que vêm se refletindo, sobretudo nos últimos anos, de forma acentuada na cooperativa de produção agropecuária do Assentamento Trinta de Maio, em Charqueadas. A organização cooperativa dos assentados emergiu na década de 90 com a finalidade de organizar, comercializar e promover o sustento econômico das famílias através da produção agropecuária, mas também demonstrar e tornar legítimo perante a sociedade, um modelo alternativo de produzir a vida e a própria economia, ilustrado pela organização do trabalho coletivo em detrimento da divisão social do trabalho que gera trabalhadores individualizados e alienados no interior do sistema capitalista. Contudo, os efeitos da sociedade capitalista e neoliberal aliados às transformações estruturais das sociedades impostas pela pós-modernidade podem estar atingindo diretamente essas famílias, desfigurando as relações de coletividade que estabelecem entre si e com a sociedade.

Partindo dessa realidade, a pesquisa tratou da permanente dialética entre o campo da educação, do mundo do trabalho e das transformações sócio-culturais que permeiam o cotidiano das famílias assentadas e colocam seus projetos coletivos de vida e de sociedade num permanente jogo de tensões, incertezas e dualidade frente aos constantes assédios impostos a elas pelos aparelhos ideológicos de reprodução da cultura hegemônica a serviço do capital, pois segundo Brandão, “na estrutura de relações que se constituem para produzir a sua dominação, as classes dominantes não dispõem o aparato cultural” (BRANDÃO, 1986, p.27). Um dilema que se torna importante para analisar se as facetas da realidade sócio-cultural são capazes de provocar mudanças sociais e de comportamento nas famílias assentadas, observar como estas reagem ao seu estímulo e, acompanhar os possíveis desdobramentos materializados em ações e

contradições percebidas nas relações sócio-culturais e econômicas estabelecidas entre as famílias assentadas.

Entre as questões que nortearam a construção deste trabalho estão: a) o modelo cultural capitalista, que apresenta como características o individualismo e a desarticulação entre os trabalhadores de maneira geral em suas atividades cotidianas, interfere na produção de uma cultura individualista entre as famílias assentadas? b) O sistema cooperativo, adotado pelo Assentamento Trinta de Maio, tem como principal característica a democracia e a igualdade nas diversas relações que envolvem a produção e, visa possibilitar aos sócios sua independência e autonomia social, econômica e, sobretudo cultural, em relação ao sistema capitalista. Esse modelo de autogestão vem cumprindo o seu papel social de contribuir para a transformação cultural das famílias assentadas nas relações de sociabilidade os processos de educação e trabalho cooperativo?

Procurou-se através do desvelamento de tais indagações, encontrar respostas e contribuir na construção de ações que possam ser implementadas a partir da identificação dos mesmos, avançando no processo educativo de coletivização do trabalho entre os sócios da cooperativa e das famílias pertencentes à associação.

Para validar ou refutar tais questionamentos que se colocaram como problema da pesquisa, parte-se do pressuposto empírico que, entre as famílias do Assentamento Trinta de Maio existe um *ethos* cultural que se caracteriza pela solidariedade, cooperação e trabalho coletivo legitimado por uma política de formação educativa mais sistemática por parte da organização cooperativa, que permite aos sócios compreender a importância do trabalho cooperativo como princípio educativo e, dessa forma, continuar gerindo seus projetos de vida através da legitimação de valores como a solidariedade e cooperação na produção e organização do trabalho.

Como estratégia e modo para conduzir o presente estudo, optou-se por adotar a linha da Pesquisa Participante. Deste modo, a escolha por esta linha de pesquisa legitima-se pelo fato de enquadrar-se nos parâmetros alçados para esta investigação. Razão pela qual o problema de pesquisa se constrói através da análise e problematização do modelo de organização coletiva para o trabalho e a produção agrícola adotado pelo conjunto um grupo de famílias de um assentamento rural do MST, considerando as variantes sócio-culturais e econômicas que vem interferindo de forma direta no empreendimento e no *modus operandis* dos envolvidos no processo.

Na pesquisa participante, não importa somente a percepção que o pesquisador obtém dos fatos analisados, mas como afirma Paulo Freire: “a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida” (FREIRE, 2006, p.35). Em vista disso, para além do que se objetiva desvelar nesta pesquisa, procura-se estabelecer uma relação dialética com as famílias assentadas, a fim de saber delas, o que pensam sobre as questões colocadas como problema de pesquisa. Isso porque, uma investigação que se quer participante é “(...) um aprendizado no qual (...) todos aprendem uns com os outros (...) uma pedagogia de criação solidária de saberes sociais em que a palavra-chave não é o próprio ‘conhecimento’, mas é, antes dele, o diálogo” (BRANDÃO, 2006, p.13).

Ao nível das definições, na pesquisa-participante, a união das pessoas requer envolvimento das mesmas nas questões investigadas, sobretudo, quando houver uma demanda a ser problematizada. No contexto do assentamento e da organização cooperativa, a ação considerada pela pesquisa visa diagnosticar e apontar soluções que contribuam na superação e na resolução dos problemas e contradições levantados pela mesma.

Neste modelo de investigação, os assentados não serão considerados meros coadjuvantes, mas sim os atores principais participando de forma ativa no desenvolvimento da pesquisa. Nestas circunstâncias, a pesquisa é participante, posto que “como uma alternativa solidária de criação de conhecimento social, ela se inscreve e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória” (BRANDÃO, 2006, p.32).

A temática a ser pesquisada é de interesse e um dilema para as famílias assentadas, tendo em vista a dificuldade em realizar uma leitura mais refinada dos fatos e acontecimentos que têm provocado dissonância entre os sujeitos sociais do assentamento. Nestas circunstâncias, os fatos analisados e interpretados por meio da pesquisa, serão relevantes para a construção de proposições que possam ser utilizadas como ferramentas pedagógicas para a resolução dos problemas identificados ou como forma de intervenção na realidade buscando a superação e transformação de problemas constatados, posto que “no processo de pesquisa, tanto o conhecimento da experiência quanto o conhecimento elaborado são transformados. O objetivo é a produção de conhecimentos que permitam uma nova leitura ou pronúncia da realidade” (STRECK, 2006, p.270).

A participação efetiva dos sujeitos da pesquisa aconteceu desde o início da mesma, quando o pesquisador reuniu pessoalmente algumas famílias e, visitou outras, solicitando a permissão para a realização do trabalho e a contribuição dos assentados na identificação das problemáticas e contradições que atinge o modelo organizacional cooperativo, gerando divisões entre os sócios do empreendimento coletivo e a conseqüente desistência de famílias em dar continuidade aos seus projetos de vida em coletividade.

Nas observações e conversas com as famílias ou durante as aulas do curso de educação de jovens e adultos para a turma “Filhos da Terra”, os sujeitos assentados traziam à tona suas inquietudes e insatisfações em relação ao que percebiam e concebiam como errado ou contrário à política e à ideologia do trabalho coletivo difundida como doutrina pelo setor de cooperativismo do MST.

Esse descontentamento, ora se materializava em discursos velados, outras vezes era verbalizado de forma manifesta e pública. Em vista disso, na construção do instrumento de pesquisa para as entrevistas semi-estruturadas, muitos assentados contribuíram de forma substancial levantando questões pertinentes à temática da pesquisa que foram utilizadas na elaboração do roteiro de pesquisa preparado para as entrevistas.

Os resultados da pesquisa serão levados ao conhecimento dos sujeitos assentados tão logo esteja concluída e os dados por ela apontados permitam a compreensão da realidade pesquisada. Os procedimentos metodológicos que irão fundamentar a pesquisa no contexto da investigação científica, subdividem-se em algumas etapas postas em prática pelo pesquisador ao longo do ano de 2008 e no transcorrer de 2009.

No levantamento de dados bibliográficos e documentais, foram analisados cadernos de formação e cooperação agrícola do MST; documentos que demonstram o processo que desencadeou a constituição do Assentamento Trinta de Maio, no município de Charqueadas, bem como, documentos internos que foram produzidos pelos próprios assentados com o intento de estruturar e dar norte e significado às suas ações coletivas. Entre os dados mais relevantes encontram-se reportagens de jornais e revistas; documentos produzidos durante o ³Laboratório Organizacional de Campo –

³ Segundo o MST-RS, o Laboratório Organizacional de Campo caracteriza-se pela realização de um curso de formação técnica que será utilizado como modelo para a organização de uma cooperativa de produção agrícola. Este curso tem a duração de pouco mais de 30 dias e também é utilizado como uma ferramenta para subsidiar a formação da consciência coletiva das famílias assentadas.

LOC, que culminou com a criação da cooperativa dos assentados; a ata de fundação da organização coletiva e, por último, o estudo dos dois principais documentos criados para orientar a conduta dos sócios da cooperativa: o regimento interno e o estatuto social da mesma. Alguns documentos do MST serão pesquisados e analisados a partir da visita à bibliotecas da Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul - COCEARGS, em Porto Alegre. Deste modo, pretendeu-se examinar e aproveitar os dados mais relevantes para este estudo.

Na pesquisa de dados e do universo empírico da pesquisa, através do contato com as famílias, foi explorado o levantamento de informações de cunho mais objetivo sobre os sistema de produção dos colonos que constituem os dois grupos formalmente organizados na forma de organizações coletivas: um em torno da COPAC e outro na forma de associação de agricultores que, inicialmente, fizeram parte da cooperativa de produção agropecuária do Assentamento Trinta de Maio. Além disso, os aspectos subjetivos acerca das trajetórias de vida, da produção de autonomia, das ações e decisões dos agricultores nas questões inerentes ao processo de organização do trabalho coletivo e do cotidiano do assentamento também foram estudados.

Na pesquisa de dados de fonte secundária, foram realizadas observações registradas no diário de campo com informações e detalhes que não apareceram nos documentos e nos relatos dos agricultores e, poderiam passar imperceptíveis para o pesquisador durante as entrevistas gravadas, as conversas informais com as famílias, as reuniões e assembléias da cooperativa e, a forma de se relacionarem socialmente entre si, na dimensão do trabalho coletivo. Verificou-se também, o número de famílias que deixaram de ser sócias da cooperativa, bem como procurou-se desvelar as causas e circunstâncias que levaram mais da metade das famílias do assentamento a abandonar o modo de produção coletivo. Da mesma forma, examinou-se o número de famílias associadas à COPAC, identificando as motivações e sentimentos que movem suas condutas pelo eixo da continuidade do modo de produção coletiva do trabalho.

As técnicas de pesquisa de campo foram aplicadas predominantemente na região de abrangência deste estudo, ou seja, entre as famílias do Assentamento Trinta de Maio, na qual as mesmas foram visitadas para conceder entrevista. Do conjunto de 46 famílias que vivem no assentamento, 24 delas pertenciam à Coopac durante o período da realização das entrevistas. Destas, nove sócios aceitaram ser entrevistados. No grupo das famílias que saíram da cooperativa e constituíram uma associação de agricultores, sete concederam entrevista. A técnica da entrevista com grupos focais que tem por

característica a coleta de dados por meio de interações grupais, foi utilizada duas vezes pelo pesquisador. Na primeira oportunidade foram entrevistados dois jovens pertencentes à COPAC, nas dependências do mercado da cooperativa. Na outra oportunidade, três jovens pertencentes ao grupo de assentados dos lotes individuais foram entrevistados nas dependências da escola estadual localizada no centro do município de Charqueadas, onde estudam e para onde se deslocam todas as noites. Também foram entrevistados alguns atores que ao longo da história do assentamento contribuíram ou vem contribuindo para a formação técnica ou pedagógica, bem como na organização coletiva dos assentados.

Neste cenário enquadram-se duas técnicas da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - que participaram ativamente da vida e da organização do assentamento e de um técnico da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul – SEAPPA, responsável pela fiscalização de assentamentos com áreas territoriais pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. No total, foram realizadas entrevistas gravadas com 25 pessoas.

Optou-se por trabalhar o nível de entrevistas semi-estruturadas, pois este propósito, ao mesmo tempo em que afirmou a intencionalidade do ato de busca, também abriu a possibilidade para que os entrevistados seguissem seus próprios cursos narrativos, despertando e evocando suas memórias, visões de mundo e trajetórias vividas mais significativas (MELLO, 2005, p.53). As questões foram escolhidas após diálogo com o professor orientador do presente trabalho e também com as famílias do assentamento que participaram como sujeitos atuantes da pesquisa. O local para a realização das entrevistas foi escolhido de acordo com a disponibilidade e vontade do entrevistado. Algumas foram realizadas na residência dos assentados, outras no seu ambiente de trabalho, ou seja, nas dependências supermercado da cooperativa, permitindo um maior grau de profundidade na coleta de dados, visto que, o local de trabalho permitia ao pesquisador perceber elementos não mencionados no roteiro de entrevistas.

Para os propósitos da pesquisa e como técnica de registro, as entrevistas foram todas gravadas, o que permitiu encontrar algumas disposições latentes que geralmente percebe-se através da fala das pessoas que se predispõem à entrevista. A gravação das entrevistas permite captar com maior profundidade a visão e as concepções dos entrevistados em relação à temática proposta, posto que, “(...) o objetivo da entrevista

não-diretiva consiste em captar as identificações através da fala dos indivíduos, mediante a superação das censuras que nelas se manifestam” (THIOLLENT,1982, p.89). Cabe destacar que as falas dos entrevistados manifestaram-se com extenso grau de preciosidade e abrangência de dados. Com o propósito de padronizar as citações de fragmentos das entrevistas e manter oculta a identidade dos entrevistados, decidiu-se substituir o nome dos sujeitos entrevistados, identificando os trechos das entrevistas utilizadas no decorrer da dissertação através da seguinte legenda: Entrevistado 01, Entrevistado 02, Entrevistado 03 e, assim sucessivamente.

2. DIALOGANDO COM OS REFERENCIAIS TEÓRICOS QUE SE APROXIMAM DA TEMÁTICA DA PESQUISA

Neste capítulo, será abordada a discussão teórica a partir de autores que mais se aproximam do estudo que aqui se pretende realizar. A contribuição teórica de tais autores têm sido o suporte para a realização de leituras e interpretações do universo pesquisado. Autores clássicos e contemporâneos foram revisitados, a fim de exercerem a função de arcabouço teórico para as reflexões realizadas acerca do trabalho de investigação a que se propôs esta pesquisa. O diálogo com os referenciais aqui revisitados se orientam pela busca de conceitos-chave para subsidiar o desenvolvimento deste trabalho procurando também contribuir para a compreensão da problemática apresentada neste estudo.

2.1. O capitalismo agrário e sua influência no modo de produção do *ethos* camponês

A questão agrária é um divisor de águas em praticamente todos os países capitalistas: de um lado os que buscam poder através da terra, de outro, os que dela procuram tirar seu sustento para sobreviver. No Brasil, a questão agrária remonta ao período do processo de colonização pelos portugueses, a partir de 1500. As capitanias hereditárias, adotadas pela Coroa Portuguesa como sistema de distribuição de terras a fim de incentivar a ocupação e o povoamento de terras brasileiras pelos portugueses, foi a primeira forma de latifúndio desenvolvida no país. Para Gehlen (1994) a terra ocupa lugar central “na complexa e diversificada formação da sociedade brasileira (...) quer como campo de disputa de poder, quer como criação e ou afirmação social” (GEHLEN, 1994, p.155).

Atualmente, a maior parte das terras brasileiras, fruto de um processo histórico de desigualdades e injustiças, continua concentrada nas mãos de poucos fazendeiros. Essa elite agrária que se sustenta às custas das históricas injustiças ocorridas durante todo o período do Brasil Colônia, durante o Império, mantendo-se no Brasil Republicano, revela que no sistema capitalista a terra é sinônimo de poder, sobretudo nas dimensões política e econômica. Em vista disso, Martins (1989) afirma que “desde seus tempos iniciais, a história do capitalismo tem sido uma história de exclusão integrativa, que cria

reservas de mão-de-obra, mercados temporários ou mercados parciais” (MARTINS, 1989, p.99). Para Gorender (1987) o capitalismo pode ser definido como,

“o modo de produção em que os operários assalariados, despossuídos de meios de produção e juridicamente livres, produzem mais valia; em que a força de trabalho se converte em mercadoria, cuja oferta e demanda se processam nas condições da existência de um exército industrial de reserva; em que os bens de produção assumem a forma de capital, isto é, não de mero patrimônio mas de capital, de propriedade privada destinada à reprodução ampliada sob a forma de valor, não de valor de uso, mas de valor que se destina ao mercado (...) o modo de produção capitalista é aquele em que a contradição do modo de produção é a contradição entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação em que a contradição fundamental de classes se verifica entre operários assalariados e capitalistas” (GORENDER, 1987, p.14).

Para o autor, a definição de capitalismo exposta acima, também é válida para a agricultura. Porém, neste caso, a definição é incompleta, pois neste sistema, a agricultura não seria somente agricultura. Mas do que isso, seria um ramo da indústria, pois um dos requisitos para o desenvolvimento do capitalismo agrário seria a posse da terra que é “limitada e insubstituível” (GORENDER, 1987, p.15).

No Brasil, assim como em outros países, a terra sempre teve valor fundiário considerável. Nesse sentido, durante todo o século XX, sobretudo a partir de 1950, empresas estrangeiras passam a se instalar no interior do país, onde a porcentagem de povoamento era baixa, e a mão-de-obra existente era barata.

Entre o final do império brasileiro até o início dos anos 60, predominou no Brasil, o aumento da dependência da agricultura na economia brasileira, em detrimento de setores como o início do processo de expansão da industrialização na década de 20, do desenvolvimento de setores com tecnologia de ponta, como as comunicações, graças a acumulação de capital na economia nacional, este último estágio ocorre com maior força e visibilidade entre 1930 e 1960.

A partir desta década, com a economia brasileira nas mãos de governos militares, o país passou por um período profundas transformações no modo de produzir, organizar e administrar as atividades agrícolas, diminuindo as fissuras entre campo e cidade. Com o impetuoso aumento da população urbana, houve a necessidade de que as técnicas utilizadas na lavoura fossem ressignificadas e modernizadas com a finalidade de produzir alimentos em grande escala para as cidades industrializadas em fase de

expansão demográfica. Em vista disso, “as formas tradicionais de exploração no campo começam a se tornar inviáveis” (SINGER, 1981, p.113).

Do ponto de vista da organização da produção agrária, o período do final do império até os anos 30, predomina no Brasil o latifúndio, com o padrão econômico caracterizado pelo modo de produção agro-exportador, através da monocultura. A partir de 1930, esse padrão entra em colapso, sobretudo pelas transformações estruturais que ocorreram neste período, com o aumento vertiginoso do processo de industrialização e a conseqüente urbanização de áreas em desenvolvimento industrial.

Para Andrade (2000) esse processo de modernização repercutiu diretamente no setor agrário, pois as terras passaram a ter maior valor, pois estavam mais acessíveis no mercado consumidor, aumentando a produção e o beneficiamento de produtos agrícolas, estimulando o desenvolvimento da atividade agrícola e aumentando o interesse de empresas pela aquisição de terras. No final dos anos 50, Ricardo Abramovay classifica da seguinte forma a situação dos trabalhadores do campo:

“(...) dominada pelo latifúndio, a agricultura é incapaz de se desenvolver tecnicamente e contribuir para elevação permanente da produção. Tanto mais que a maior parte dos trabalhadores rurais não têm acesso à terra, não pode participar do processo social de progresso técnico. Assim, estes trabalhadores encontram-se à margem do mercado: pouco produzem e pouco consomem. Isso é um obstáculo ao desenvolvimento como um todo, pois se trabalhadores rurais tivessem acesso à terra, passariam a gerar renda através da qual, poderiam incorporar-se ao mercado interno nacional e contribuir, assim, ao próprio desenvolvimento capitalista do país” (ABRAMOVAY, 1998, p.96).

A partir do seu pensamento, é possível perceber que o autor chama a atenção para o descompasso existente entre o projeto desenvolvimentista industrial e o abandono da questão agrária. Para ele, o Estado deveria chamar para si a responsabilidade de resolver os dilemas do campo que colocam a economia agrária brasileira em compasso de espera, através de uma reforma agrária que possibilitasse a re-distribuição das terras, apostando no fortalecimento da agricultura familiar como estratégia desenvolvimentista do sistema capitalista. Para José de Souza Martins (1997),

“uma reforma agrária ampla e conseqüente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios

salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política” (MARTINS, 1997, p.48).

Contudo, apesar das revoltas promovidas por movimentos pontuais e sociais organizados, sobretudo a partir da República, cobrando do Estado uma postura coerente e justa em relação à reforma agrária, pouco foi feito. O desenvolvimento do capitalismo que trazia benefícios, sobretudo à elite agrária, incitou uma política de espoliação dos trabalhadores rurais que, em meados da década de 1950, organizaram-se em ligas camponesas e sindicatos rurais buscando defender seus direitos e organizar os agricultores em um movimento camponês com potencial revolucionário. Entretanto, a partir de 64, com o golpe militar, o Estado brasileiro faz uma opção econômica de abrir-se ainda mais ao capital estrangeiro, incentivando o crescimento do capitalismo industrial, e reprimindo as organizações e entidades de trabalhadores (ANDRADE, 2000).

Durante a década de 70, mudanças estruturais significativas ocorreram no meio rural. Com o incentivo à monocultura da soja e do algodão, as propriedades de terra começaram a se expandir territorialmente e continuaram concentradas nas mãos de poucos fazendeiros. Conseqüentemente, as lavouras iniciaram um processo de expansão da mecanização da terra, ou dos chamados insumos industriais.

Dessa forma, os antigos sistemas que ocupavam a mão-de-obra na forma de arrendamento e parceria, foram sendo substituídos por máquinas, reduzindo drasticamente a mão-de-obra nas fazendas, expulsando milhares de camponeses para os centros urbanizados. Os grandes proprietários de terra passam a comprar as terras das pequenas propriedades rurais, e os pequenos agricultores já não conseguem mais sobreviver com o produto do seu próprio trabalho na terra (GORGEN, 1993, p.35).

Cerceados pelos latifúndios, os pequenos agricultores passam a ser “engolidos” pelos fazendeiros, pois suas técnicas manuais de produção não conseguem competir com mecanização da lavoura. Desta forma, o produto do seu trabalho se torna menos rentável, e sem o incentivo de linhas de crédito ou a criação de políticas públicas eficazes para a pequena propriedade, milhares de camponeses, encurralados pelas políticas agrícolas do Estado que favorece a grande propriedade, não tem outra saída, senão assistirem incrédulos, a expropriação dos seus meios e modos de produção pelos grandes fazendeiros.

O resultado destes fatores econômicos resultou em várias problemáticas de ordem social. Uma delas é o crescente êxodo rural, com a saída de centenas de milhares de

peças do campo camponeses excluídos da agricultura buscavam sua sobrevivência através de duas alternativas que se apresentavam como saída: a migração para as regiões desabitadas da Amazônia e da Região Centro-Oeste do Brasil ou o êxodo rural para os grandes centros e conglomerados urbanos, regiões altamente atrativas em função do intenso processo de industrialização e do conseqüente aproveitamento desses trabalhadores como força de trabalho desqualificada e mão-de-obra barata. Assim foram sendo povoados os grandes conglomerados em torno do processo de industrialização, emergindo os grandes bolsões de miséria e as chamadas periferias urbanas, onde procuravam se assentar os trabalhadores advindos do campo (GORGEN, 1993, p.35).

Neste cenário agravante da situação social e econômica de empobrecimento gradativo dos pequenos produtores rurais, muitos não conseguiram manter suas pequenas propriedades pelas dificuldades financeiras e pela conseqüente incapacidade de modernização de suas terras, atravessando um período de muitos obstáculos para sobreviver.

Muitas famílias tiveram dificuldades de se manter no campo e outras não conseguiam se reproduzir como agricultores. Esses fatores não deixavam outra alternativa para as famílias, se não migrar para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida (POLI, 2008, p.53). Em vista disso, Souza critica o sistema capitalista que desenraiza os trabalhadores, sobretudo da zona rural:

“O que faz o capitalismo, ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietárias de uma única coisa: sua força de trabalho. O desenraizamento do camponês não está simplesmente em sua expulsão da terra. É reduzi-lo à única coisa que interessa ao capitalismo, que é a condição de vendedor de força de trabalho. Se alguém vai comprar essa força de trabalho, já é outra história. Mas ele passa a ser um potencial vendedor de força de trabalho, a ser um trabalhador à procura de trabalho” (MARTINS, 2008, p.121).

Com o término do milagre econômico brasileiro, que acabara com a expansão industrial, a crise se instalou também nas grandes cidades gerando desemprego. Milhares de camponeses que, expulsos das terras e sem emprego, migravam para os grandes conglomerados urbanos, acabaram vendendo a sua força de trabalho desqualificada em troca de baixos salários. O resultado não poderia ser outro senão um inchaço das metrópoles, provocando um verdadeiro caos social se instalando nas periferias urbanas ocasionado um processo gritante de marginalização através das

precárias condições de sobrevivência humana que foram sendo construídas ao longo desse processo (GORGEN, 1993, p.35).

A economia brasileira sempre teve como característica a dependência em relação a outras nações. O Brasil contrai empréstimos com a intencionalidade de aumentar a sua produção agrária e industrial e, com os lucros, quitar os empréstimos anteriores. Contudo, essa prática acaba se constituindo em um círculo vicioso, pois ano a ano, grande parte da produção brasileira é repassada para os países credores, que além de ficar com o que se produzem em nosso país, expropriam nossas riquezas através da ‘invasão’ de empresas multinacionais em nossas terras, sobretudo, com incentivos fiscais do Estado, sob o pretexto de que essas empresas são grandes fontes de riqueza para nosso país.

Entretanto, os trabalhadores passam a ter sua mão-de-obra explorada, com a justificativa de não possuírem formação, desqualificando-os para assumir postos de trabalho mais complexos e, colocando-os no exército de reserva de trabalhadores desempregados por não possuírem mão-de-obra qualificada, na visão das multinacionais.

Aliado a esses fatores, deve-se considerar a perda de identidade do homem do campo, fator de causava insegurança pelo rompimento dos vínculos sociais e perda dos pontos de referência culturais, sociais e religiosos, levando à dispersão e perda da sua identidade campesina, resultando em uma apropriação de uma racionalidade urbanizada.

“(…) ainda que os efeitos da expansão da racionalidade urbana sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista, não possam ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação unificadora das condições de vida no campo” (CARVALHO, 2005, p.22).

De qualquer sorte, os camponeses que conseguiram se manter no campo, são movidos pelos seus ideais, sonhos e utopias pelos quais consideram que vale a pena continuar lutando para permanecer no campo, mesmo que a consciência do campesinato seja ludibriada pela invasão da cultura capitalista, e o movimento político reivindicatório seja algo obscurecido e ocultado pelo capitalismo agrário e, materializado nas representações centrípetas do poder político. Contudo, “para além da garantia de sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro”

(CARVALHO, 2005, p.29). Assim, o camponês, através de sua intuição natural de sujeito do campo, luta pela permanência do seu *ethos* cultural, imbricado em seus valores, costumes e hábitos. Luta também, sobretudo, pela expectativa de reprodução do seu trabalho para que possa ser transmitido à geração seguinte, ou seja, seus filhos.

O camponês trava diversos embates em sua trajetória de sujeito do campo, mas, sobretudo, luta contra o sistema capitalista para que não lhe usurpe o que tem de mais precioso, o que ele mais valoriza e lhe dá mais sentido à sua existência identitária de camponês: a terra para trabalhar, produzir e viver.

Segundo Carvalho (2005), nesta visão, “(...) ao invés de diluir as diferenças, pode propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade” (CARVALHO, 2005, p.23). É isso que os move e os faz resistirem com bravura às insistentes coações diretas e indiretas dos grandes latifundiários, para que abandonem suas pequenas propriedades e passem a viver de empregados ou assalariados. Aqueles que conseguem permanecer no campo, procuram preservar seu *ethos* de camponês, procurando adaptar-se à evolução e a modernização da agricultura, quando os meios lhes permite.

Na dimensão cultural, o camponês vive uma constante “tensão entre tradição e modernidade”, contudo, não rompe com o *ethos* construído seculamente, ou seja, ele procura criar “estratégias e racionalidades adaptativas próprias para enfrentar o mundo e, dele e com ele, extrair a sobrevivência mercantil, preservando a família como unidade de convívio e de produção” (TEDESCO, 1999, p.123).

2.2. Educação Popular e Movimentos Sociais na perspectiva dialética entre o pensamento de Marx e Freire

Nas últimas décadas, com o agravamento da crise econômica e social da América Latina e do Brasil, decorrentes do chamado processo de globalização dos mercados financeiros e do capital especulativo internacional, o sistema capitalista através da adoção de suas políticas neoliberais, tem se caracterizado como o principal responsável para o aumento das injustiças e desigualdades sociais produzidas na América Latina.

Esse fato tem contribuído em proporções continentais para a expansão das fileiras de populações oprimidas, colocadas à margem das sociedades latino-americanas, excluídas do processo de produção das riquezas, privadas dos meios de produção para

suprir as necessidades mais elementares à continuidade da vida e, abandonadas ao próprio destino.

Na esteira deste contexto de opressão, uma gama de problemas sociais se materializa na privação da dignidade de milhares de sujeitos e suas famílias, na falta de acesso à saúde e aos meios básicos de higiene, na fome crônica, na manipulação do lazer para uma crescente alienação do povo, na desinformação propositada ou sonegação de informações, na educação elitizada e na estagnação dos processos de erradicação do analfabetismo, no trabalho árduo e às vezes escravo, na religiosidade alienante e alienada, na carência de paz e segurança, na opressão política e na negação dos direitos mais elementares à vida, (ZIMMERMANN, 1986) a sociedade latino-americana tem se deparado com um outro agravante: a crise de identidade coletiva dos grupos organizados como movimentos sociais e movimentos populares. A luta pela sobrevivência individual se sobrepondo aos interesses coletivos tem criado constantes tensionamentos no cerne do ethos cultural coletivo, sobretudo entre movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Essas razões apontam para as atuais dificuldades da Educação Popular em se sobrepujar aos interesses do capital e se consolidar como uma ferramenta de luta e de combate ao modelo econômico vigente no atual momento histórico. A Educação Popular tem como principal intencionalidade a luta pela adoção de uma “postura ética em favor de uma sociedade mais justa, igualitária e, por isso mesmo, humanizada social e culturalmente” (ZITKOSKI, 2007, p.6).

No Brasil, a Educação Popular se desenha em um cenário político conturbado, no início da década de 1960, a partir de demandas políticas e sociais no contexto dos embates político-ideológicos (ZITKOSKI, 2007, p.6). Com o golpe militar em 1964, a Educação Popular que tinha até então em Paulo Freire, seu principal ícone, passa a ser violentamente reprimida pelo regime de exceção, perseguindo, prendendo e torturando militantes de organizações sociais tidas como rebeldes e comunistas, bem como desarticulando grupos populares e movimentos sociais.

Com o término da ditadura militar e a abertura política para a retomada do processo de (re)democratização do país na década de 80, foram vários os movimentos sociais que se constituíram e forjaram suas ações em torno de alguma reivindicação concreta de direitos fundamentais violados, ou não implementados pelo Estado. Nesse período, conforme Elza Falkembach, havia uma necessidade premente de organização dos trabalhadores. Segundo ela, o grande desafio que se colocava para a Educação

Popular era o de contribuir para que o povo fosse construindo sua identidade e organização como sujeito coletivo organizado (FALKEMBACH, 1992).

Assim, surgiram os movimentos pelos direitos humanos, pela moradia, grupos de trabalhadores desempregados, moradores de rua, de favelados, de mulheres, negros, índios e, também, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre uma infinidade de outros movimentos sociais organizados, definidos por metas e uma solidariedade específica, no embate contra as forças opressoras e dominantes do Estado, com a intenção de apropriar-se de determinados recursos e implementar suas demandas mais emergentes. A nível de América Latina, devido aos constantes embates, protestos e denúncias, passaram a ganhar visibilidade no cenário público os seguintes movimentos, conforme evidencia Wanderley (2010):

“os movimentos dos indígenas (em Chiapas, no México); participação em campanhas eleitorais e plebiscitárias, na Bolívia e no Peru; defesa de território, na área da Raposa do Sol, no Brasil; o movimento Piquetero e dos ruralistas, na Argentina; o movimento bolivariano, na Venezuela; as FARC, na Colômbia; o movimento pela reforma agrária e conquista da terra, como o MST no Brasil” (WANDERLEY, 2010, p.87).

Os Movimentos Sociais podem ser entendidos como o processo pelo qual uma sociedade produz sua organização a partir do seu sistema de ação histórica passando através dos conflitos de classes, das transações políticas e das novas categorias identitárias formadas por uma pluralidade de movimentos que lutam por novos e distintos projetos de sociedade. Desta forma, “os estudo sobre os movimentos sociais dirigem seus focos para o espaço contraditório entre sociedade civil e o Estado, seja para negá-lo, seja para perspectivá-lo como arena de conflitos e possibilidades de conquistas democráticas” (RIBEIRO, 1998).

Tomando a educação como componente fundamental dos novos projetos de sociedade, na constituição da democracia e da equidade, por seu papel na mudança nos padrões culturais vigentes, os movimentos sociais emergem como promotores ora da "desordem" social, enquanto política de reivindicação e enfrentamento, ora da formação de novos patamares de cidadania. Neste sentido os movimentos sociais, como sujeitos coletivos, se constituem nos processos de luta que são em si mesmos, um movimento educativo (GOHN, 1992, p.16).

O exercício da prática educativa em Freire, se propõe a contribuir na elaboração de uma plataforma de lutas por direitos sociais visando à construção da cidadania e à

superação das desigualdades e da exclusão social através do exercício da conscientização e da participação, que são e estão no cerne das lutas dos Movimentos que têm se empenhado pela implementação de uma Educação Popular, capaz de desenvolver uma ação pedagógica conscientizadora, atuando sobre o nível cultural das camadas populares, de acordo com seus interesses e demandas (GOHN, 1992, p.48). Em vista disso, “o embate contra-hegemônico traz a exigência da construção de uma alternativa que tenha a democracia como valor fundamental” (FRIGOTTO, 1996, p.23).

Assim, a luta dos movimentos sociais para conquistar suas demandas passam pela construção de práticas educativas que sejam consolidadas pelo exercício da democracia, sobretudo em processos decisórios. Segundo as palavras de Paulo Freire, “enquanto prática social, a prática educativa em sua riqueza, em sua complexidade, é um fenômeno típico da existência e, por isso mesmo, um fenômeno exclusivamente humano. Daí também, que a prática educativa seja histórica e tenha historicidade” (FREIRE apud CASTELLS, 1999, p.54).

Considerando o contexto sócio-político e as transformações históricas que ocorreram nos últimos 40 anos no Brasil, desde o início da ditadura militar, passando pela abertura política e conseqüente retomada da democracia no início da década de 80, chegando na década de 90 considerada como o período de alargamento, intensificação e expansão planetária das políticas neoliberais, a Educação Popular e muitos movimentos sociais passam por um refluxo, chegando ao século XXI, com a impressão de não saber para onde se está caminhando e onde se quer chegar.

Para GOHN (1992, p.103) não se pode negar que fatores externos aos movimentos sociais, produzidos pela propagação do modelo neoliberal, como a crise econômica, o desemprego, a ineficácia do Estado, etc, devem ser considerados no cenário de crise dos movimentos. Mas, para ela, algumas explicações para o momento de refluxo, também poderiam ser encontradas no interior dos próprios movimentos sociais e populares.

Numa visão mais ampla da crise, Dussel (2000), afirma ser a globalização do capital e as principais contradições que têm origem neste processo, os fatores que vêm conduzindo os atores sociais para uma apologética do individualismo da negação da cultura nacional e na desvalorização da cultura popular latino-americana, apontando para a forte influência cultural européia que nos conduz para a dependência cultural e econômica (DUSSEL, 2000, p.264).

Neste sentido, urge que a Educação Popular passe por uma ressignificação teórica e epistemológica, chegando na re-subjetivação dos atores sociais que deve estar para

além da tomada do poder, reorganizando “o embate político para a construção de novas relações sociais, implicando, assim, novos valores culturais, que possam efetivamente nortear a reinvenção da democracia (...)” (ZITKOSKI, 2007, p.4). Alguns movimentos sociais como o MST têm se esforçado na tentativa de construir novas possibilidades de reinvenção do poder, da democracia e da “cidadania coletiva e emancipatória em direção a um novo projeto de sociedade” (ZITKOSKI, 2007, p.4), pautados pelas referências da economia solidária e do trabalho cooperativo, junto aos assentamentos da reforma agrária.

O MST existe e resiste como movimento social organizado, em função da sua identidade bem definida, mas também porque contraria e nega uma outra identidade social. Esta se mostra através dos valores sociais e culturais disseminados pela elite dominante da sociedade que os utiliza numa tentativa de manter a hegemonia e o *'status quo'*. Por outro lado, há uma parcela significativa da população que incorpora os valores da ideologia dominante, os consome e os reproduz de forma epidêmica, reforçando esse processo identitário.

Os sem-terra negam e contrapõe a lógica da identidade dominante e fundam uma nova identidade revestida de um projeto alternativo de sociedade onde a utopia realimenta a cada dia a esperança de viver dias melhores mesmo em tempos de incerteza. Seguindo as conceitualizações teóricas desenvolvidas pelo sociólogo Karl Mannheim, uma reinterpretação conceitual é construída por Michel Löwy. Segundo ele, alguns grupos que se constituem na sociedade são ideológicos e outros são utópicos.

A diferenciação está em que a ideologia é classificada como “o conjunto das concepções, idéias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida” (LÖWY, 1996, p.13). Os grupos se orientam pelas utopias, segundo Löwy, valorizam “as idéias, representações e teorias que aspiram uma realidade ainda inexistente. Têm, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para a sua ruptura” (LÖWY, 1996, p.13).

Nessa perspectiva conceitual, ideologia e utopia, constituem-se duas formas de um mesmo fenômeno. Partindo da diferenciação dos conceitos, pode-se afirmar que o MST é um Movimento que carrega no seu bojo um contra-projeto de sociedade, tentando romper com a ordem social estabelecida pelos mecanismos de controle social e do Estado. Os sem-terra, portanto, formam um Movimento ideológico e utópico, porém legítimo e, o desenvolvimento da autonomia do sujeito sem-terra, está intrinsecamente

ligada ao projeto coletivo de uma realidade social que está por se construir. Em 1995 o MST preconiza um quadro com seus objetivos gerais.

Quadro 1 – Programa de Reforma Agrária do MST

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST Somos um movimento de massas de caráter sindical, popular e político. Lutamos por terra, Reforma Agrária e mudanças na sociedade.	
Objetivos Gerais	Programa de Reforma Agrária
<ol style="list-style-type: none"> 1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital; 2. A terra é bem de todos e deve estar a serviço de toda a sociedade; 3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição de terra, da renda e das riquezas; 4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos sociais e culturais; 5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; 6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Modificar a estrutura da propriedade da terra; 2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; 3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; 4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola. 5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude; 6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para região do semi-árido; 7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável; 8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

Fonte: MST – Caderno de Formação n.º 23.

Para Andreola (2005), este projeto deve acontecer no contexto de uma realidade de cooperação e da solidariedade a ser construída não só no campo, mas também nas cidades, rompendo territórios espaciais e conceituais, capazes de nos conduzir a um horizonte mais amplo onde nossos sonhos, lutas e esperanças se materializem na construção de uma sociedade mais humana e fraterna (ANDREOLA, 2005, p.71).

Nas últimas décadas, as relações de dominação e exploração impostas pelas classes sociais dominantes do campo e da cidade, fizeram emergir, sobretudo no meio rural, movimentos combativos e de resistência ao projeto de desenvolvimento social e econômico baseado no capitalismo agrário, contrapondo-se e rebelando-se em movimentos sociais organizados. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra emergiu num determinado contexto histórico em que o “resultado da concentração da propriedade da terra, dos meios de produção, do poder econômico de uma minoria que domina o meio rural se traduz num regime político de permanente exploração e de dominação dos trabalhadores rurais” (PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA, MST, 1995, p.17).

Visando romper com o domínio das estruturas políticas concentradas nas mãos de grupos minoritários, classificados como ⁴oligarquias rurais, que a séculos vêm se utilizando da dominação econômica, social e cultural para se perpetuar no poder político, sobretudo, nas estruturas governamentais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra constituiu-se como coletivo organizado, unindo diferentes categorias de trabalhadores do campo: trabalhadores ou proletários rurais; assalariados rurais; trabalhadores sem-terra e semi-proletários e; camponeses ou pequenos produtores familiares.

Cada grupo de trabalhadores rurais mantém suas especificidades, mas todos tem algo e comum: a exploração e espoliação de terras e da mão-de-obra pela classe social dominante que é formada pelos seguintes grupos: burguesia agrária; pequena burguesia; arrendatários capitalistas; latifundiários tradicionais; empresariado rural. A essas duas classes sociais, antagônicas em seus projetos, pontos de vista e ideologias, Karl Marx, classificou-as classe burguesa (que detém as terras e os meios de produção, portanto pode explorar) e a classe proletária (que detém somente sua força de trabalho, portanto é explorada econômico e socialmente pela burguesia, seja ela agrária ou urbana).

Para Marx, a luta de classes era o motor que movia a sociedade e para superar a divisão da mesma em explorados e exploradores, era necessário que os trabalhadores rompessem com a consciência alienada acerca do trabalho. Para alcançar este estágio de

⁴ As oligarquias rurais ou agrárias são compostas por um pequeno número de grandes proprietários de terras que se unem em defesa dos seus interesses. E vista disso, existe no interior do grupo, uma orientação que se pauta pela lealdade e fidelidade. Assim, seus principais interesses políticos e econômicos eram definidos entre si. O ápice deste sistema de poder aconteceu durante a República Velha, no Brasil, quando grandes fazendeiros de São Paulo (produtor de café) e de Minas Gerais (produtor de leite), se revezavam como representantes civis, na presidência da república. Esse período ficou conhecido como República do Café-com-leite.

superação da alienação até chegar a uma consciência de classe, o proletariado deveria se organizar em sindicatos e partidos políticos, com a intencionalidade de legitimar a ditadura do proletariado, ou seja, a ascensão dos trabalhadores ao poder (GADOTTI, 1991, p.43).

Na sociedade capitalista, a classe dos trabalhadores explorados economicamente ou excluídos da sociedade de produção capitalista, deve organizar-se em associações políticas (sindicatos, partidos, movimentos sociais, etc.) procurando unir os esforços individuais em nome da coletividade e da solidariedade “entre os membros da classe oprimida, com vistas à defesa dos seus interesses e ao combate aos opressores” (QUINTANEIRO, 2007, p.44). Marx assim se posiciona no início do Manifesto do Partido Comunista:

“A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, patrão e empregado, - numa palavra: opressores e oprimidos – têm permanecido em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa guerra ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou pela destruição das duas classes em luta” (MARX, ENGELS, 1998, p.67).

No pensamento de Marx, a pobreza e a miséria não eram razões suficientemente consistentes para que a classe oprimida se libertasse da exploração a que estava submetida pela classe opressora. Para que os trabalhadores realizassem a ditadura do proletariado, através da organização coletiva, era necessário que conhecessem as leis de transformação da história através do estudo da situação econômica da época e da transição da consciência alienada para uma consciência crítica, consciência de classe (GADOTTI, 1991, p.75).

Para IASI (2007), a consciência de classe deve acontecer a partir de uma dupla negação. Primeiro, os trabalhadores devem negar o capitalismo e assumirem sua posição de classe social. Depois, o trabalhador deve negar-se a si próprio enquanto classe, para assumir uma luta em torno da sociedade, buscando sua emancipação contra o capital. Contudo, a consciência de classe nem sempre acontece nestes moldes porque, “ao se assumir enquanto classe, o proletariado nega o capitalismo afirmando-o” (IASI, 2007, p.32).

Ao ilustrar essa afirmação, tomemos como exemplo o Assentamento Trinta de Maio. Ao se afirmar enquanto classe de trabalhadores rurais sem-terra, os assentados

estão assumindo um projeto de sociedade coletivo, superando a forma de consciência alienada. Passam a conhecer os instrumentos de luta que pode os tirar da situação de acampados, e os colocar na posição de assentados, adquirindo consciência de sua força e de união enquanto classe social. Percebem que, enquanto classe organizada, são elemento-chave para o processo da reforma agrária acontecer.

Contudo, quando a luta pela terra atinge seus objetivos para esse grupo de agricultores, eles se organizam de forma individual ou coletiva e passam a afirmar a existência do próprio capital, ou seja, estão aptos a legitimar as relações de exploração, do trabalho alienado, ou seja, o próprio capitalismo. Para Stavenhagen (1981), a consciência de classe é,

“o elo que permite a passagem da classe ‘em si’, agrupamento com interesses objetivos latentes, à classe ‘para si’, grupo de poder que tende a organizar-se para o conflito ou luta política, e cujos interesses tornam-se, portanto manifestos” (STAVENHAGEN, 1981, p.155).

Na visão de Iasi (2007), mesmo que os trabalhadores ideologicamente, passem a negar a consciência alienada, sobretudo, pela vivência das contradições existentes no modo de produção capitalista, ela não desaparece por completo, pois as relações de alienação e seus valores anteriormente inculcados na classe trabalhadora, não são destruídos de uma só vez.

Em vista disso, apesar de ter consciência das contradições que o sistema capitalista promove (baixos salários, grande quantidade de horas trabalhadas durante o dia, concentração fundiária, direitos trabalhistas negados, etc.), o trabalhador ainda executa suas atividades, age e molda seus pensamentos de acordo com a cultura do capital e seus valores anteriormente introjetados, mesmo sendo parte da mesma contradição, continuam sendo naturalizados e legitimados pelo trabalhador (IASI, 2007, p.30).

As contradições entre a consciência individual e o sujeito social permanecem, pois mesmo considerando a existência de sujeitos coletivos que constituem as classes sociais, o que move os sujeitos para a reivindicação ou para o embate, é a conquista e a satisfação de algo para ele próprio. Contudo, a classe se coloca como um novo Sujeito que surge com as transformações sociais e a necessidade de organização coletiva de quem reivindica algo, como a moradia, por exemplo.

Na passagem da consciência individual ou alienada para a consciência de classe, outras contradições passam a ocorrer ao nível das orientações ideológicas. As alterações da consciência são vivenciadas ao nível das individualidades. Entretanto, elas só se

fazem sentir através do processo social de transformação, ou seja, através da ação das classes. Dessa forma, a completude subjetiva da consciência de classe não acontece ao mesmo tempo para todos os sujeitos.

Desta forma, podem haver sujeitos com consciências individuais revolucionárias, participando de grupos que ainda partilham da consciência alienada. Esse fator ocorre porque no interior de classes sociais existem sujeitos que não estão preparados ao nível da consciência revolucionária, pois lhes são cobradas uma disposição “para a qual não foram internalizadas estruturas prévias para a sua realização. Ao contrário, toda a bagagem psíquica, cultural e moral está estruturada para agir contra a postura exigida pela nova consciência que tenta se impor” (IASI, 2007, p.35-36). Assim, o sujeito que adquire consciência de classe, passa a ser um sujeito em constante conflito entre o seu “eu” individual e o seu “eu” coletivo.

Na visão freireana, compreende-se classes sociais como grupos que lutam para liberar-se do processo de opressão a que estão submetidas. Nas relação de classes entre opressores e oprimidos, os primeiros, não podendo negar a existência da luta de classes dentro de uma relação dialética de oposição, preferem amenizar a possibilidade de conflito entre os antagônicos, apregoando “a necessidade de compreensão, de harmonia, entre os que compram e os que são obrigados a vender o seu trabalho”. Contudo, só é possível haver harmonia entre os opressores (FREIRE, 2001, p.140).

Para os oprimidos, lhes é dada a possibilidade de fazer emergir, a partir de uma consciência de classe, ou, de um “pensar certo”, como afirma Freire, referindo-se à consciência revolucionária, a possibilidade própria de realizar a revolução. Freire afirma que as elites dominadoras sabem tão bem dessa possibilidade, que passam a utilizar a todo momento mecanismos de manipulação de alienação e, até mesmo de coação, para impedir que as massas reflitam sobre sua própria realidade de classe dominada (FREIRE, 2001, p.146-147) e, da possibilidade concreta de realizar uma revolução social, cultural e econômica nas esferas da vida e, do mundo do trabalho, para buscar sua realização enquanto seres humanizados.

Em Freire, o trabalho enquanto práxis humana material e não material, é a mola propulsora para a libertação das classes populares através da transformação do mundo natural e cultural por meio do próprio trabalho. Conforme Fischer (2008), “é visível que a esfera do trabalho é abordada em sua obra sob forte influência da matriz marxista de pensamento”, contudo, ele confirma seu não-dogmatismo ao marxismo quando

assume que a perspectiva da luta de classes seria apenas um “dos motores da história e, não o motor da mesma (FISCHER apud STRECK, 2008, p.413).

Em sua obra, *Pedagogia do Oprimido* (2001), Freire afirma que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho; as pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo” (FREIRE, 2001, p.52). Essa afirmação pode ser tomada como o cerne do trabalho cooperativo em sua obra, haja visto que, através da educação como um ato político é que os sujeitos passam a ser reeducados. Através do princípio da cooperação, da coletividade, somos motivados a praticar sua teoria da ação dialógica que, segundo Góes (2008), se conjuga em dois momentos importantes: “o reconhecimento da desumanização e o envolvimento coletivo em um processo de humanização do homem, que só pode se dar nas atividades coletivas. Ambos construídos dialogicamente (...)”. Dessa forma o trabalho coletivo se transforma em importante ferramenta para construção de uma autonomia materializada na atuação responsável dos trabalhadores. (GÓES apud STRECK, 2008, p.85).

O trabalho para Marx é reconhecido como atividade fundamental a serviço da realização do ser humano. É através do trabalho que o homem se transforma em sujeito de sua própria existência, colocando-se em contato com a natureza e outros sujeitos sociais. Fora do capitalismo, o trabalho é parte integrante da vida dos seres humanos, dando significado aos bens da natureza transformados com a intencionalidade de atender às suas múltiplas demandas (FRIGOTTO, 2002).

“O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre os homens e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana” (MARX apud FRIGOTTO, 2002).

Frigotto (2002), refere que Marx concebe o trabalho com uma dupla centralidade quando entendido como valor de uso. O trabalho cria e mantém a vida humana em suas mais diversas demandas e, neste sentido, é compreendido como princípio educativo. Nesta acepção, Marx concebe o trabalho como mundo da necessidade (produção dos meios básicos para a sobrevivência do ser humano) e, trabalho como mundo da liberdade (toda produção de trabalho, criativo ou não, que extrapola a dimensão das necessidades) (FRIGOTTO, 2002).

Mesmo que o trabalho na sua forma capitalista de produção imprima um curso alienante para o ser humano que o produz, negar-lhe o direito ao trabalho ou aos bens

que cria e aos que dele necessitam para a sua sobrevivência, se converte em uma injustiça e algo “humanamente insustentável” contra sua capacidade de recriar e reproduzir a própria existência (FRIGOTTO, 2002). Nas relações sociais mediatizadas pelo sistema capitalista, Marx procura refletir sobre os fatores que transformam o trabalho em uma atividade massacrante e alienante, onde a força de trabalho se converte em uma mercadoria. Ao abordar o processo da dimensão do trabalho alienado no modo de produção social capitalista, Frigotto afirma que,

“O trabalho assalariado passa a ser a pedra de toque, o manancial de onde se torna possível a acumulação e a riqueza de poucos, mediante a exploração e a alienação do trabalhador. (...) A existência de proprietários particulares dos meios e instrumentos de produção de um lado, e de milhões de pessoas que apenas possuem sua força de trabalho para vender, de outro, produz uma situação que permite a exploração e superexploração dos trabalhadores” (FRIGOTTO, 2002).

A propriedade privada dos meios de produção passa a ser a forma máxima dos processos de alienação nas relações sociais de trabalho, pois a distribuição da riqueza social produzida pelos trabalhadores é produtora de desigualdades sociais, econômicas e culturais, uma vez que a maior parte da ⁵riqueza excedente, produto do trabalho humano, passa a ser apropriada pelos detentores do capital, ou seja, pelas classes dominantes.

No estudo da produção histórica das sociedades através da práxis dos seres humanos, Marx constatou que os agrupamentos sociais surgem, se reproduzem e se tornam complexos a partir da divisão social do trabalho. Através da exploração de recursos naturais os seres humanos dividem as tarefas para otimizar o trabalho social pela sua sobrevivência. Homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. A todos é atribuído tarefas e, a partir dessa divisão surge uma das primeiras instituições da sociedade: a família. É característico das sociedades predominar nas famílias, uma dominação do homem adulto, na condição de pai, sobre a mulher e as crianças. As

⁵ Em relação à riqueza excedente, fruto do trabalho humano no sistema capitalista, Marx conceitua de Mais-Valia. Conforme Gadotti, “os meios de produção estão nas mãos dos donos das empresas: só falta alguém que, a troco de salário, coloque tudo isso para funcionar. Esse alguém é o trabalhador. O salário corresponde apenas ao valor da força gasta pelo trabalhador; o trabalhador não recebe o correspondente à riqueza gerada pelo seu trabalho. Há um valor que foi criado a mais, que não é pago a quem o criou: é a mais-valia. Percebe-se que o trabalho humano é o único capaz de produzir mais valor do que a energia gasta na produção. O problema é que este excedente não fica para quem trabalhou” (GADOTTI, 1991, p.69).

famílias passam a trocar entre si os produtos do seu trabalho, o que faz surgir a prática das trocas, do escambo e, conseqüentemente, do comércio.

Com o passar do tempo, algumas famílias ocupam terras mais produtivas do que as outras e, passam a produzir em maior quantidade, trocando o produto do seu trabalho por uma maior quantidade, igualmente. As famílias que produziram menos ou aquelas que nada produzem por não possuir terras, são obrigadas a trabalhar em terras alheias, trocando sua força-de-trabalho por produtos capazes de garantir sua sobrevivência. Outras instituições vão emergindo com a evolução das sociedades, até o surgimento da sociedade capitalista (CHAUÍ, 2003).

Nas sociedades mediatizadas pelo capital, a divisão social do trabalho estabelece a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, gerando a alienação. A desumanização e alienação do trabalhador passam pela especialização exacerbada, submetendo-o à realização de tarefas simples, repetitivas e enfadonhas que limitam sua capacidade criativa. No processo de alienação, quanto mais o trabalhador produz, menos ele consome o produto de sua criação.

Através do seu trabalho, um operário cria objetos que não pode adquirir, pois vende sua força de trabalho em troca de um salário e, na fábrica, o trabalho é dividido em várias setores, permitindo a produção em série. Nesse sentido, Marx afirma que a divisão social do trabalho na lógica do capital, produz a alienação do trabalhador, mesmo que os capitalistas se utilizem do trabalho cooperativo em suas empresas. Para ele, “a cooperação capitalista, (...) pressupõe, de início, o assalariado livre que vende sua força de trabalho ao capital” (MARX, 1982, p. 387). Contudo, na visão marxista, a organização da produção a partir do trabalho cooperativo adquire conotação negativa, pois visava apenas a obtenção de lucro por parte do capitalista, a partir do trabalho cooperativo de muitos. Conforme Marx (1982),

“Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos. (...) Quando os trabalhadores se completam mutuamente fazendo a mesma tarefa ou tarefas da mesma espécie, temos a cooperação simples. Acentuamo-la porque ela desempenha importante papel mesmo no estágio mais desenvolvido da cooperação. Se o processo de trabalho é complicado, a simples existência de um certo número de cooperadores permite repartir as diferentes operações entre os diferentes trabalhadores, de modo a serem executados simultaneamente, encurtando-se assim, o tempo de trabalho necessário para a conclusão de todas as tarefas (MARX, 1982. p.374-376).

Na análise de Marx, o trabalho cooperativo só se realizaria na proporção de capital disponível em que cada capitalista pudesse empregar na compra da força de trabalho de vários assalariados de uma só vez, mesmo que os processos produtivos através da cooperação entre assalariados, se convertessem em maior quantidade de lucro para o capitalista. Contudo, Marx descreve em seus estudos, que o trabalho cooperativo era a forma de produção exercida nos processos de fabricação em larga escala. Para ele, o trabalho cooperativo se constituía no sustentáculo do modo de produção capitalista. Os detentores dos meios de produção ou capitalistas, reuniam em uma única fábrica um grupo de trabalhadores, trocando por um salário a força individual de trabalho de cada um, mas obtendo uma força de trabalho coletiva que não necessitava ser paga, logrando a conquista de maiores lucros, a partir do trabalho individual de cada trabalhador.

A partir de 1848, na Inglaterra, algumas experiências entre trabalhadores fez surgir o sistema cooperativo, liderada por Robert Owen. O movimento cooperativo dos trabalhadores gestado por Owen se materializava em uma possibilidade de superação do trabalho cooperativo no capitalismo. Essa possibilidade poderia se transformar em realidade a partir da modificação nos processos produtivos e, a partir da conscientização dos trabalhadores de que deveriam alcançar o poder político, visando a superação da sociedade capitalista rumo ao sistema socialista. No ato de criação e organização da ⁶Associação Internacional dos Trabalhadores - AIT, em 1864, Marx afirma em seu discurso que,

“a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. (...) Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. (...) Conquistar o poder político tornou-se, portanto,

⁶ Também conhecida como Primeira Internacional, a Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), foi uma organização de trabalhadores, fundada em Londres – Inglaterra. A AIT se pautava pelos ideais de progresso e emancipação humana, congregando sindicatos representantes do movimento operário e diversos partidos políticos de esquerda. A adoção da jornada de trabalho de oito horas foi uma das primeiras decisões tomadas pela AIT.

a tarefa principal da classe operária” (MARX apud HADDAD, 2003, p.36).

Nas linhas finais do seu discurso proferido durante a inauguração da AIT, Marx conclama os trabalhadores para se unirem com a célebre frase que ficou mundialmente conhecida: - “Proletários de todos os países, uní-vos”. Ainda faz um alerta aos trabalhadores pela permanência dos laços de fraternidade entre seus pares, para que possam continuar unidos em sua luta pela emancipação da classe operária frente ao sistema capitalista.

Somente o proletariado enquanto classe, poderia empreender a tarefa de revolucionar a sociedade capitalista e empreender o projeto de emancipação humana. Marx afirmava que a “a cabeça desta emancipação é a filosofia e, seu coração o proletariado”, pois se os proletários eram considerados os protagonistas da revolução, cabia à filosofia abastecê-los com o conhecimento (NAVES, 2000, p.24).

A emancipação humana na qual os trabalhadores sejam verdadeiramente livres requer a eliminação da base material do modelo de produção capitalista e, a ruptura que separa os trabalhadores daquilo que produzem, tendo no cerne deste sistema, a exploração econômica de trabalhadores, reproduzindo e acentuando as desigualdades entre capitalistas e trabalhadores. Ao relacionar o conceito de alienação com o conceito de emancipação humana, Marx afirma que esta última só será possível mediante a emancipação da classe trabalhadora na superação da propriedade privada e das relações de produção capitalista. Neste caso, Marx argumenta que,

“Da relação da propriedade privada com o trabalho alienado percebe-se ainda que a emancipação da sociedade quanto à propriedade privada, à servidão, adquire a forma política da emancipação dos trabalhadores; não na acepção de que somente está implicada a emancipação dos últimos, mas porque tal emancipação inclui a emancipação da humanidade como totalidade, uma vez que toda servidão humana se encontra envolvida na relação do trabalhador com a produção e todos os tipos de servidão se manifestam exclusivamente como alterações ou conseqüências da referida relação” (MARX apud TILLMANN, 2009, p.38).

Marx preconiza que a emancipação humana deve ser realizada impreterivelmente pelos próprios trabalhadores, na luta pela reconquista de sua condição de classe operária, a qual, historicamente lhes foi usurpada no embate com as forças opressoras do sistema de produção capitalista, que os reduzia à condição

trabalhadores dependentes do sistema. Dessa fora, Marx concebe a luta pela emancipação humana dos trabalhadores, intrinsecamente ligada à concepção de classes e da luta de classes. (TILLMANN, 2009, p.38-39).

A emancipação humana encontraria elementos capazes de torná-la efetiva em uma sociedade igualmente emancipada, a partir da superação do trabalho alienado imposto pelo capitalismo, para a consolidação do trabalho emancipado em uma nova sociedade construída pela própria classe de trabalhadores (TILLMANN, 2009, p.39).

A possibilidade de concretude da emancipação humana para Marx, deve necessariamente passar pela emancipação coletiva dos trabalhadores. Assim, ela passa a consolidar uma ação educativa alavancada “pelo mundo do trabalho e no mundo do trabalho”, com a finalidade de recuperar a originalidade da classe operária, reconduzindo-a para uma incipiente organização social do trabalho, que tenha como fundamento o trabalho coletivo como princípio educativo, conduzindo as massas de trabalhadores, a partir de suas próprias forças, para a edificação do processo de emancipação humana.

A concepção dialética de educação, baseada em Marx, acredita que, somente através de um processo econômico, histórico e educacional baseada na análise concreta das relações existentes no trabalho como forma de realização do homem, poderá contribuir de fato, na construção de sujeitos socialmente emancipados, isto é, na construção do homem novo descrito por filósofos marxistas (GADOTTI, 1991, p.61).

Através do dilema entre o trabalho cooperativo como prática educativa e sua busca pela produção de sujeitos socialmente emancipados, percebe-se que o processo de emancipação dos trabalhadores, necessita não só da construção coletiva da dimensão política dos projetos de economia solidária, e da educação popular, mas também “o esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes (...) como totalidades” (FREIRE, 2001, p.96), ou seja, como um sujeito capaz de refletir criticamente sobre a realidade de opressão na qual está imerso, possibilitando-lhe refletir e intervir para transformá-la. Em sua obra, “Conscientização: teoria e prática da libertação” (1980), Paulo Freire traz à tona o conflito social presente entre oprimidos/opressores, explicando que os primeiros vivem subjugados pelos ideais dos opressores. Daí a necessidade de construir uma práxis libertadora e humanizante, como possibilidade de os oprimidos buscarem a superação dessa condição. Para Freire,

“somente os oprimidos podem libertar os seus opressores, libertando-se a si mesmos (...) É, pois essencial que os oprimidos levem a termo um combate que resolva a termo um combate que resolva a contradição em que estão presos, e a contradição não será resolvida senão pela aparição de um “homem novo” e nem o opressor nem o oprimido, mas um homem em fase de libertação” (FREIRE, 1980, p. 59).

Desta forma, Freire ressalta a importância de uma educação em uma perspectiva libertadora e humanizante, capaz de construir um homem novo, provocando rupturas que conduzam para a superação da alienação, entendida como a perda da condição de sujeito na sociedade através da invasão cultural, da domesticação, da opressão e de exploração (KIELING, 2008), e avancem para a emancipação da consciência social dos sujeitos. Para ele, “a desumanização que resulta da ‘ordem’ injusta não deveria ser uma razão da perda da esperança, mas, (...) uma razão de desejar ainda mais, e de procurar sem descanso, restaurar a humanidade esmagada pela injustiça”, através da dialogicidade e de um pensar crítico como prática da liberdade. (FREIRE, 2001, p.82-83).

A emancipação humana, para Paulo Freire, desponta como uma possibilidade a ser construída no embate travado em favor da libertação dos sujeitos dominados pelos processos sociais que os oprimem e os desumanizam. O processo emancipatório deriva de um projeto político de sujeitos sociais que chamam para si a responsabilidade e o compromisso de levar a cabo por meio de providências concretas, processos de transformação social, capazes de romper com a lógica das políticas neoliberais e excludentes, proporcionando aos oprimidos condições efetivamente humanizadoras para a continuidade da vida humana, aos mesmo tempo em que os próprios oprimidos lutem pela sua libertação e reconstrução de sua humanidade. Para Freire, a grande tarefa dos oprimidos é libertarem-se a si mesmos e aos seus opressores, gestando homens e mulheres novos capazes de efetivar a emancipação humana (MOREIRA, 2008, p.163). Para Boaventura de Souza Santos (2003),

“a emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais das práticas sociais. Assim, a precariedade das soluções emancipatórias que acompanham a crise das formas regulatórias da modernidade que a ida às raízes da crise da regulação se faça acompanhar da reinvenção não só do pensamento emancipatório como também da vontade de emancipação” (SANTOS, 2003, p.277).

Conforme o mesmo autor, a educação para o inconformismo deve ser ela própria inconformista. Isso significa que a educação na perspectiva de um projeto emancipatório pode contribuir para a resignificação e transformação de sujeitos sociais, contribuindo não só para o processo de emancipação dos mesmos, mas também para a formação de subjetividades inconformistas (SANTOS apud OLIVEIRA, 2008, p.102).

A educação popular tem se colocado como alternativa para a constituição de subjetividades inconformistas, pela via da participação crítica que desperta e encoraja a intervenção no mundo, construindo os elementos necessários para a efetivação do projeto de libertação e emancipação humana.

2.3. A relação entre educação cooperativa e trabalho cooperativo como princípio educativo

Nas últimas décadas empresas de economia solidária e autogestionárias vem se expandindo em todo o Brasil. Esse fato aponta para um novo fenômeno que ganha espaço entre os estudiosos das ciências sociais: modelos alternativos de produzir a vida e a sobrevivência passam a ser adotados por grupos de pessoas que, por uma gama de motivos, intrinsecamente ligados ao paradigma capitalista de produção, não conseguem sobreviver no modelo que produz individualismo e indiferença social e, decidem se organizar em grupos coletivos para buscar novas formas de sobrevivência alicerçados pela gestão de processos autogestionários e economicamente solidários. Singer aponta que,

“A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores” (SINGER, 2000, p.13).

Ao longo de sua trajetória, os assentamentos rurais do MST, fundaram alguns princípios internos e, através dos mesmos, constituíram alguns elementos que diferenciam as experiências cooperativas das empresas cooperativas tradicionais, nas dimensões econômica, política e social. Contudo, o sucesso e a continuidade das

cooperativas de produção agrícola nos assentamentos depende da formação continuada nos processos de educação cooperativa, com vistas a qualificar o trabalho cooperativo. Este aperfeiçoamento deve constituir-se de forma sistemática e continuada, sobretudo para que os sócios da cooperativa saibam superar os momentos de conflito que surgem nos diversos momentos históricos da organização, sem que venham a desistir do modo de produção cooperativo.

Mesmo que muitas cooperativas dos assentamentos apresentem uma gama de contradições em suas práticas e manifestações, ainda assim, elas possuem uma missão educativa, sobretudo porque são capazes de provocar conflitos e ao mesmo tempo promover o debate de idéias e projetos, na resolução de seus problemas e na relação com setores da sociedade. “A vida e o trabalho compartilhados de forma coletiva e a superação do trabalho individual/familiar constituem o aspecto mais educativo dos assentamentos e grupos cooperativos” (VENDRAMINI, 2004, p.250).

Para que uma organização cooperativa possa alcançar êxito nas esferas em que atua e realize os seus objetivos de modo que possa evoluir através do caráter solidário, é indispensável o investimento na formação e educação cooperativa. De fato, sua importância é tal, que a formação para a cooperação foi considerada fundamental para os ⁷ pioneiros de Rochdale e foi considerada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) como um dos seus seis princípios básicos da doutrina cooperativista. Esta educação faz-se necessária porque conforme as palavras de José Odelso Schneider:

“Não se nasce cooperador, especialmente no contexto individual e competitivo em que vivemos. Não se mudam comportamentos sem mudar a mentalidade das pessoas. E uma mentalidade diferente só se adquire através de uma educação continuada e persistente” (SCHNEIDER, 1994, p.18).

O autor deixa claro que o paradigma econômico e cultural, imposto pelo sistema neoliberal, favorece o crescimento do individualismo, egoísmo, consumismo e da

⁷ O Cooperativismo passou a ter mais notoriedade como um modelo mais sistemático, a partir da Idade Moderna. Como instituição, originou-se no bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, sendo que sua fundação ocorreu no dia 21 de dezembro de 1844 e a primeira cooperativa foi formada por vinte e sete tecelões e uma tecelã. Estes, vendo que os seus salários começaram a diminuir, tendo em vista o número de desempregados a espera de uma vaga, decidiram reunir-se para discutir os seus problemas e tentar achar alguma solução que fosse viável a todos os que estavam ali reunidos. Uniram suas forças e decidiram então, economizar pequenas parcelas dos seus baixos salários. Quando conseguiram juntar uma libra esterlina cada um, formalizaram a sociedade e fundaram o seu famoso armazém de *Toad Lane*, que quer dizer o Beco do Sapo. Dessa forma, os vinte e oito tecelões ficaram mundialmente conhecidos como os Pioneiros de Rochdale.

alienação do ser humano. Isto porque os segmentos hegemônicos da sociedade, detentores do poder, utilizam-se de diversas facetas e artefatos, sobretudo culturais, políticos e econômicos, como uma possibilidade de continuar mantendo a supremacia capitalista em uma sociedade cada vez mais dependente e subjugada a este sistema.

A educação cooperativa exerce papel determinante na superação de contradições e individualismos no interior de um grupo organizado de forma coletiva e pautado pelo trabalho cooperativo. Nestes parâmetros, “agricultores familiares cooperados estão a demandar uma formação cooperativa que corresponda às suas necessidades de organização do trabalho e que não encontram na educação escolar”, sobretudo no meio rural, que historicamente tem se colocado a serviço do modelo capitalista de agricultura (RIBEIRO, 2004, p.169).

Através da prática educativa para a cooperação, os associados devem receber informações adequadas, completas e atualizadas sobre o andamento do empreendimento cooperativo na amplitude de suas dimensões social, organizacional e econômica, através de uma gestão que assuma caráter democrático e transparente. Através de formações para a cooperação, o conjunto de sócios deve perceber os benefícios do trabalho coletivo, em contraposição à lógica do modo de produzir o trabalho no modelo capitalista.

É necessário, também, proporcionar ao associado, um conhecimento técnico atual e adequado frente aos desafios propostos pelo sistema cooperativo, sobretudo em relação às experiências alternativas de trabalho cooperativo, como no caso das cooperativas de produção agropecuária, amplamente difundidas nos Assentamentos do MST. A apropriação destes conhecimentos através de uma educação continuada, tem como intencionalidade enfrentar os limites e as possibilidades do trabalho cooperativo, no nível dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Conhecer sobre a história do movimento cooperativo e suas conquistas também é de fundamental importância no processo educativo do associado, pois é necessário que ele se conscientize de que sua cooperativa faz parte de um movimento cooperativo que realiza um importante “papel” de transformação do sistema hegemônico a nível mundial. Desta forma, o cooperado passará a ter uma visão mais ampla sobre as características do movimento cooperativo, sua doutrina e seus princípios. A educação cooperativa teria ainda, a seguinte função, conforme Nestor Braz de Oliveira:

“(…) conscientizar o cooperado, educando-o e incitando-o para a prática do ato cooperativo, ensinando-lhe quais são seus direitos e suas obrigações, para que ele compreenda que sua cooperativa não é um negócio, mas uma sociedade, dentro do conjunto total das forças da comunidade à qual ele está ligado, e que carece de seu esforço, de seu dinamismo e eficiência para que possa evoluir democraticamente, elevando o seu nível cultural e social” (OLIVEIRA, 1984, p.280).

No interior do sistema capitalista, o sujeito social necessita de uma educação cooperativa contínua e perseverante para procurar desconstruir seu *ethos* individualista buscando ressignificá-lo. Na cooperativa o associado deve, através de uma consciência crítica e emancipada, perceber que através de uma educação continuada, poderá alcançar, aprender e apreender o verdadeiro sentido de viver em cooperação. Vivência esta que deve prevalecer não somente em sua empresa cooperativa, mas também em todas as esferas de sua vida, ou seja, na família, no grupo de amigos, na comunidade, na associação de bairro, no sindicato, etc.

A cooperação é como uma parte de um todo e, para que possa haver um bom funcionamento desse todo, é imprescindível que as partes (associados) estejam também em bom funcionamento entre si. Quando isto ocorre, chega-se a um bem-estar geral e que por sua vez, dentro da dinâmica cooperativista, é base para o bem-estar pessoal. É a forma típica de solidariedade, porém não só no sentido estritamente econômico, mas também a nível social e cultural. Estes últimos devem vir na frente, visto que a solidariedade econômica depende muito da revolução sócio-cultural. Esta, passará a ocorrer quando da união de sujeitos na luta e na busca do bem-estar para todos, mediante a formação de uma forma alternativa de cooperação. As práticas de cooperação terão a função de resolver o problema de cada um pela solução do problema de todos dentro do lema: “Todos por um e um por Todos” (OLIVEIRA, 1984).

Para que a educação cooperativa possa ter êxito na perspectiva do trabalho cooperativo, é necessário também, que alcance todos os setores da cooperativa, tais como a assembléia geral, o conselho fiscal, o conselho administrativo e os setores. Para que isto ocorra é necessário que haja um plano a ser aplicado neste sentido.

Em primeiro lugar, um ou mais associados escolhidos em assembléia, ficarão responsáveis pela coordenação do plano educativo. Estes associados precisariam de uma sala apropriada para as formações e reuniões, freqüentar cursos de aperfeiçoamento e ter tempo disponível para estudar sobre os métodos educativos. Em segundo lugar, é necessário divulgar o trabalho que vem sendo realizado pela cooperativa e as vantagens

que ela oferece aos associados e à sociedade. Esta divulgação pode ser feita às autoridades como o prefeito, secretários municipais, vereadores, empresários, lideranças religiosas, líderes comunitários, sindicalistas, entre outros, com o intuito de alcançar a confiança, o apoio e o crédito dos mesmos em relação ao sistema cooperativo.

Na organização cooperativa, cabe aos responsáveis pelo processo de formação e educação cooperativa, conhecer a realidade de cada associado, sua maneira de ser e de pensar e traçar um perfil dos mesmos para posterior discussão nas assembleias e formações pedagógicas. Estas últimas devem atingir diretamente o associado, no sentido de que eles sejam questionados sobre a validade ou não do trabalho em cooperação que vem sendo realizado. Esta parte é fundamental e é preciso que os educadores fiquem atentos, pois é em cima desses resultados que eles poderão propor mudanças ou melhorias relacionadas tanto ao comportamento individual como também do grupo de associados.

Outro ponto importante a ser desenvolvido pelo educador é saber despertar no associado, a consciência de participação das discussões, opinando, dando sugestões, enfim, falando o que realmente pensa em relação aos pontos de pauta discutidos em assembleia geral e nos setores. As decisões são tomadas a partir da escolha da maioria, mas as idéias e sugestões tem que partir de todos. Se assim acontecer, a organização cooperativa poderá alcançar excelentes resultados em suas ações coletivas, nas diversas dimensões que a compõe, tais como a participação democrática, o exercício da solidariedade, a igualdade entre os interesses comuns, etc. Em vista disso, é indispensável ao empreendimento solidário, a ampliação das políticas de formação coletiva para a educação e o trabalho cooperativo.

Quando a organização cooperativa realmente conseguir aplicar e vivenciar estas características próprias da democratização passará a ser considerada uma cooperativa genuína. Mas para que esta democratização aconteça, é necessário também, que haja um trabalho direcionado à educação e conscientização do cooperado. Desta forma Zilca Bonadéo Anillo (1996) destaca que,

“a importância da educação cooperativista como responsável por um processo permanente de desenvolvimento integral e cooperativo das pessoas, pois enseja a auto-capacidade para a geração de conhecimento e de poder, de viabilizar condições de progresso, formando um verdadeiro conjunto orgânico, onde as diferenças individuais são úteis para o desenvolvimento do próprio grupo. Porque a educação cooperativa deve ser entendida como um dos

princípios do movimento cooperativo; um fator de desenvolvimento da cooperativa; um direito do cooperado” (ANILLO, 1996, p.21).

Percebe-se que sem a existência de um *comitê educativo* na cooperativa, a mesma praticamente não pode ser considerada como tal, visto que estará ferindo um dos princípios básicos e fundamentais da doutrina cooperativista, ou seja, o fomento e o direito à educação, formação e informação. Anillo alerta que,

“na atualidade, o abandono do papel educativo por parte do movimento cooperativo generaliza-se cada vez mais, com algumas exceções. A consequência desta atitude reflete-se diretamente na associação de novas gerações que ficarão, assim, na impossibilidade de compreender o que representa a cooperativa e as razões profundas e primeiras que levaram ao seu aparecimento” (ANILLO, 1996, p.22).

Com estes fatores, o cooperativismo realmente perde na sua essência, pois as cooperativas que não praticam e incentivam a educação e a formação dos seus associados, impossibilitam os mesmos de conhecer a história do sistema no qual eles estão inseridos. Desta forma, os associados, continuarão a trabalhar como pessoas alienadas, como afirmara Karl Marx no século XVIII, visto que estarão apenas condicionados a realizar apenas a sua tarefa de forma repetitiva, sem saber como se processa o funcionamento de outros setores da cooperativa e o que podem fazer ou contribuir para melhorar as relações do trabalho cooperativo. Continuarão a ser vítimas do capitalismo, da falta de ética cooperativa e da falta de responsabilidade por parte da administração da cooperativa.

Harmonia em plano integral, isto é, em todos os espaços, é o que deve possuir uma cooperativa, para que possa ter uma boa representação junto aos seus associados, bem como na comunidade em geral. Deve-se ter o cuidado básico de não priorizar alguma área específica da cooperativa e abandonar outra. Como exemplo, citemos as cooperativas que preferem dar mais ênfase à esfera econômica, esquecendo-se das demais.

A diretoria de uma genuína cooperativa procura investir em todos os setores da mesma, pois sabe da importância e do significado que este fator representa. Como os elos de uma corrente, assim devem ser os setores dentro de uma cooperativa, pois se o setor social vai bem, os outros vão melhor ainda. Daí a importância de se valorizar todas as esferas de uma empresa cooperativada. Sabe-se ainda, que cada cooperativa deve

nortear seus princípios fundamentais e procurar atender:

“à comunidade, de forma a contribuir, dentro das disponibilidades, para o desenvolvimento sócio-econômico e cooperativo; também visando à prática e divulgação dos princípios cooperativistas. Ao cooperado, de forma a lhe possibilitar segurança profissional, pela captação e ampliação do mercado de trabalho; proporcionar-lhe atuação profissional e científica e estimulando-o ao exercício constante dos princípios cooperativistas e provendo-lhe, dentro da realidade sócio-econômica do país, ganhos correspondentes ao trabalho efetivamente executado, oferecendo-lhe a defesa do exercício profissional ético, e retribuindo-lhe através de benefícios que a união cooperativista possibilita, sua participação e confiança no sistema” (BIANCHI apud ANILLO, 1996, p.23).

A partir destas constatações o comitê educativo da cooperativa deve ficar atento para o desenvolvimento e execução de um plano de ações pedagógicas previamente elaborado, tentando respeitar, exercitar e seguir os planos acima descritos. É necessário desenvolver um método eficaz de educação, fazendo com que todas as pessoas ligadas à cooperativa possam desenvolver a sua massa crítica, através da participação, sugestão, etc. O comitê é o responsável pelo desenvolvimento de ferramentas pedagógicas capazes de despertar o senso crítico dos associados, incitando-os à participação, por isso, torna-se fundamental também, conhecer cada membro da cooperativa e a realidade sócio-econômica, política e cultural, na qual o mesmo está inserido.

A propagação do ideário cooperativo entre os associados também é papel do comitê educativo. Esta propagação pode ocorrer através dos meios de comunicação e informação existentes nas cooperativas. Bons exemplos são a circulação de boletins, jornais, folhetos, etc. É importante também, que a própria sociedade tenha uma visão mais positiva em relação ao sistema cooperativista, apoiando cada vez mais o mesmo. Para José Odelso Schneider “a educação cooperativa que parte do conhecimento da realidade, pode contribuir significativamente na consolidação do movimento” (SCHNEIDER apud ANILLO, 1996, p.24).

A partir do instante que o comitê conseguir atingir todos estes pontos descritos anteriormente, de forma integral, isto é, fazendo com que os associados e dirigentes conscientizem-se do seu papel a ser desenvolvido junto à sua cooperativa, na sua comunidade e na sociedade o comitê educativo estará cumprindo com a sua missão pois “sabe-se que a educação é um dos princípios básicos da cooperativa (...) e fonte de desenvolvimento da própria entidade. (...) Aplicar recursos em educação é um

investimento e uma das melhores escolas para a formação da cidadania (...)” (ANILLO, 1996, p.26).

3. CONTEXTUALIZANDO O ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO DO MST E SUAS ORIGENS SÓCIO-HISTÓRICAS

O Assentamento Trinta de Maio nasceu do resultado da trajetória sócio-histórica de lutas e conflitos sociais, levada a cabo por camponeses sem terra como um direito legítimo do cidadão brasileiro garantido e legitimado pela Constituição Federal brasileira, tendo como emblema a incessante luta pela reforma agrária.

Um grupo de famílias de camponeses sem terra se organizou durante três anos em acampamentos de beira de estrada conhecidos como “cidades de lona preta” e, após muitos conflitos e embates com fazendeiros e os aparelhos repressivos do Estado, conquistaram o direito de concessão de uma área de terra no município de Charqueadas e constituíram o Assentamento Trinta de Maio do MST.

Os camponeses que hoje formam o Assentamento Trinta de Maio, foram obrigados a deixar suas famílias na região norte do Rio Grande do Sul em busca de melhores condições de vida. Os municípios de origem dos assentados são Alpestre, Constantina, Iraí, Frederico Westphalen, Planalto, Ronda Alta, Salto do Jacuí, Sarandi e Três Passos. Na época, a situação das famílias dos assentados era muito difícil do ponto de vista econômico, pois eram famílias de pequenos agricultores que não possuíam a posse da terra para produzir e, o modelo agrícola capitalista não favorecia a pequena produção agrícola. Com o incentivo à monocultura da soja e do algodão, as propriedades de terra começaram a se expandir territorialmente e continuaram concentradas nas mãos de poucos fazendeiros. Conseqüentemente, as lavouras iniciaram um processo de expansão da mecanização da terra, ou dos chamados insumos industriais. Dessa forma, os antigos sistemas que ocupavam a mão-de-obra na forma de arrendamento e parceria, foram sendo substituídos por máquinas, reduzindo drasticamente a mão-de-obra nas fazendas. Para um dos agricultores do Assentamento Trinta de Maio, aquele período foi muito difícil e não oferecia outras alternativas que não fosse a luta pela terra. Segundo ele,

“surgiu a questão ou de vir para a cidade tentar um emprego e a outra opção era continuar na área rural como trabalhador e agricultor. Escolhida essa segunda opção, então surge a idéia e a opção de ir para um acampamento do MST. Como a gente vinha trabalhando na pastoral da juventude rural, discutindo a situação da agricultura junto à CPT, então a gente acabou optando por essa continuidade de trabalhar na terra. (...) A gente optou por ir aos acampamentos e ficamos três anos acampados e fizemos aí 17 mudanças. De ocupação

em ocupação foi um processo muito complicado porque a gente vivia embaixo de lonas, em marchas, ocupações de terra, jejuns, greves de fome. Várias formas de luta que a gente tinha. E também durante esse período de três anos a gente vinha discutindo então a situação da agricultura comparando a realidade da pequena agricultura e a possível conquista de terra. Então é aí que a gente começa a discutir um pouco quais eram as alternativas para a permanência do agricultor no campo” (Entrevistado 3).

A partir de 1987, esses jovens agricultores, na sua grande maioria, participantes de movimentos progressistas da Igreja Católica e Luterana, como a Pastoral da Juventude Rural - PJR e as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, foram arregimentados pelo MST motivados pela existência de acampamentos de sem-terras na região norte do Estado, tais como as históricas ocupações das Granjas Macali e Brilhante, do acampamento da Encruzilhada Natalino e da Fazenda Anoni. Apoiados pelos agentes de pastoral, como padres, freiras e pastores da Igreja Luterana se juntaram ao Movimento para pressionar o Estado pela desapropriação de terras a fim de assentar as famílias sem-terra.

Essas famílias passaram por três anos de humilhação, acampados na beiras das estradas do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1987 e 1990. Suas principais formas de luta foram as ocupações em terras improdutivas, as marchas e os acampamentos em praças e órgãos públicos como a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e do Governo do Estado, em Porto Alegre, como forma de protesto contra a ausência de políticas para a reforma agrária. Nesse período, a sociedade gaúcha registrou dois episódios que, para o Movimento, tornaram-se emblemáticos na luta pela reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul: ⁸o massacre da Fazenda Santa Elmira e a ⁹ocupação da Praça da Matriz.

⁸ O Frei Sérgio Görden, um dos militantes mais ativos do MST no Rio Grande do Sul, registrou este episódio em um livro de mesmo nome.

⁹ Este fato ocorreu no dia 08 de agosto de 1990, e teve ampla divulgação na imprensa gaúcha, sobretudo porque o confronto entre os agricultores e a polícia, resultou na morte de um soldado da Brigada Militar. Também é relatado pelo Frei Sérgio Görden em seu livro intitulado “Uma foice longe da Terra” (GÖRGEN, 1991).



**FIGURA 7 – Celebração religiosa durante a ocupação da Fazenda do Salso, em 1987.
Foto: Assentamento Trinta de Maio**

A primeira ocupação dos agricultores que formam o Assentamento Trinta de Maio ocorreu no dia 27 de novembro de 1987 na Fazenda do Salso, no município de Palmeira das Missões. Com a ordem de despejo decretada pela justiça, partiram para novas ocupações como a Fazenda Itati, no município de São Nicolau. Em junho de 1988, junto de 1500 famílias, os agricultores ocuparam a Fazenda de Buriti, no município de São Miguel das Missões. Ali estabeleceram acampamento e permaneceram por uma semana até a ordem judicial de novo despejo e a promessa do governo estadual em assentar todas as famílias no período de 30 dias.

Após tratativas com os dirigentes do Movimento, as famílias foram conduzidas provisoriamente para o município de Tupanciretã, numa área de 500 hectares pertencente ao Estado e localizada nas proximidades da sede do município. Contudo, descumprindo o acordo com os agricultores, o governo fechou o cerco ao acampamento e passou a utilizar a repressão policial para desarticular o movimento, contando com o apoio de grupos de fazendeiros ligados à ¹⁰União Democrática Ruralista – UDR. Nesse

¹⁰ A UDR, formada pro grandes proprietários rurais, foi criada em 1985, tendo como seu representante mais emblemático, o Deputado Federal Ronaldo Caiado, proprietário de grandes extensões de terras no Estado de Goiás. O objetivo principal da entidade era levantar a bandeira em defesa da propriedade privada da terra e construir lobbies no Congresso Nacional, buscando impedir a implementação de leis em favor da reforma agrária.

período a UDR possuía ramificações em todo Estado e, abrangência em território nacional, alcançando acesso às principais instâncias governamentais do país, onde, posteriormente, muitos produtores rurais, em defesa de suas propriedades e em nome da ordem, elegeram para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, uma parcela significativa de políticos, formando a chamada bancada ruralista que atuava em nome dos interesses dos grandes proprietários de terra.

Em outubro de 1988, pressionados pelo Estado, novamente os agricultores são trasferidos. Desta vez para um área de apenas três hectares no Assentamento Rincão de Ivaí, no município de Salto do Jacuí. Neste município, os camponeses permaneceram acampados por quatro meses na expectativa de que, mais uma vez o Governo cumprisse a promessa de assentar as famílias que ali se encontravam. A concessão de algum áreas de terra e o conseqüente assentamento de algumas famílias encheu os agricultores de esperança.

Esse fato fez com que continuassem aguardando novas concessões e encaminhamentos do Estado, enquanto o trabalho de formação coletiva e a organização de novas marchas e ocupações continuavam na agenda dos acampados. Após mais alguns meses de espera, a situação dos agricultores ficou insustentável, pois a falta de mantimentos básicos como alimentação, medicamentos e lona preta para a reforma dos barracos motivou os acampados a rebelar-se novamente contra as forças do Estado.

O mecanismo de pressão contra as instâncias governamentais mais uma vez se materializou em uma grande ocupação, desta vez, na Fazenda Salta Elmira, também localizada no município de Salto do Jacuí. A área da fazenda possuía uma dimensão de 700 hectares e, segundo o Movimento, era totalmente improdutiva. Logo após a ocupação da área, no dia 08 de março de 1989, a Brigada Militar enviou para o local 1200 soldados que sitiaram a área para fazer cumprir o prazo de vinte e quatro horas determinado pelo poder judiciário para que os colonos abandonassem o local. A partir deste momento a Fazenda Santa Elmira passou a ser palco de um dos mais tristes e violentos episódios envolvendo os sem-terra versus as forças repressoras do Estado e os representantes da UDR que tinham por interesse, “quebrar a espinha do Movimento” e continuar a defender seus interesses e privilégios de grandes proprietários de terra na região.

Seguiram-se três dias de confronto armado contra as 500 famílias de sem-terra que ocuparam o local, negando-se a abandonar a área mediante ordem judicial rasgada na frente dos policiais. As famílias estavam dispostas a resistir a um novo despejo, sem que

o Estado cumprisse a promessa de assentá-las. Conforme relato do Frei Sérgio Górgen, a UDR foi quem iniciou os primeiros ataques às famílias acampadas no local. Segundo ele,

“O primeiro ataque foi aéreo. Foi executado por dois aviões com prefixos camuflados. Como o helicóptero do Estado fora negado, e a Brigada Militar não possui aviões, só resta a hipótese de que eram aviões agrícolas dos fazendeiros da UDR. Isso prova que o primeiro ataque ao acampamento não foi da Brigada Militar, mas foi da UDR, com aviões civis. Para quem se disse tão respeitador da lei e de fazer tudo, - inclusive pôr em risco centenas de vidas, em nome da lei – é muito estranho ter iniciado o massacre da Fazenda Santa Elmira de forma ilegal”. (GÖRGEN, 2001, p.62)

A UDR, com o aval da Brigada Militar, atacou o acampamento com bombas de efeito moral, ou seja, de gás lacrimogêneo. Enquanto isso, os soldados da polícia aproveitavam o vôo rasante dos aviões para cercar e se aproximar do acampamento. Quando o gás se dispersou, os soldados perceberam que os agricultores se encontravam em estado de alerta, pois a maior parte das bombas havia caído fora do acampamento. Quando perceberam que as famílias acampadas iriam resistir e estavam determinadas a ficar no local até que o Estado cumprisse as promessas de assentá-las, os soldados invadiram o acampamento e começaram a atirar e bater nos agricultores. Joacir Picolotto, membro do Assentamento Trinta de Maio, esteve presente no massacre da Santa Elmira e assim se refere à truculência dos policiais e dos membros da UDR:

“Soldados raivosos batem em homens, mulheres e crianças, sem dó nem piedade. Bordoadas de cassetete, pontapés, coronhadas, pontações de baionetas, socos. Todos obrigados a sair do acampamento com as mãos na cabeça e a deitar na grama fora do mato. A UDR estava participando, atirando junto. Tinha civil fardado de militar atirando junto. Tinha caras de bombacha atirando junto com os policiais, com as mesmas armas da Brigada. E eles deviam estar dopados, pois batiam em crianças, batiam em homens, em mulheres, era parelho. Depois do pessoal ter se entregado, eles continuaram batendo. Muitos feridos graves a coronhadas e pontapés. Pulavam em cima das costas dos companheiros que estavam deitados contra o chão. Esmagando os companheiros. Uma coisa muito violenta. Depois do pessoal entregue, foi covardia o pessoal da Brigada e da UDR bater daquele jeito” (GÖRGEN, 1991, p.66).

O desfecho deste violento embate entre agricultores e as forças opressoras, representantes do Estado e da elite agrária gaúcha resultou em dezessete colonos sem-terra detidos e torturados, enquanto outros 400 agricultores ficaram feridos, entre eles,

mulheres e crianças. Muitos foram feridos pelos disparos de arma de fogo da polícia e dos capangas da UDR. Dias depois, reconduzidos pela UDR novamente ao Assentamento Rincão do Ivaí, seis crianças que estiveram presentes no massacre da Fazenda Santa Elmira, vieram a falecer. Segundo os assentados a causa das mortes seria por envenenamento, ou seja, por produtos tóxicos jogados por sobre o assentamento pelos aviões agrícolas pertencentes aos latifundiários da UDR.

Contudo, movidos pelo vigor de uma ¹¹mística com fortes traços de religiosidade que os agricultores traziam consigo, cultivavam e reafirmava a sua crença na conquista da “terra prometida”, a luta organizada, as ocupações e os embates com o Estado não tardaram a acontecer novamente. Sentindo-se pressionado, o governo decidiu negociar com os dirigentes do Movimento, ludibriando-os com novas promessas de assentar as famílias em um curto espaço de tempo. Entretanto, os colonos sem-terra decidiram subverter a ordem social mais uma vez e, dois meses após permanecerem no Assentamento Rincão do Ivaí, decidiram ocupar duas novas áreas próximas à região Metropolitana de Porto Alegre. A primeira delas ocorreu em agosto de 1989, na Fazenda Capela, numa área de 2000 hectares localizada no município de Capela de Santana. A outra ocupação ocorreu numa área de 1600 hectares, no município de Charqueadas, onde as 87 famílias acampadas no local foram imediatamente despejadas e levadas para a região Sul do Estado, onde o Governo assentou as mesmas no município de Piratini.

Em Capela de Santana, a situação dos sem-terra se complicou e, novamente foram expulsos da fazenda. Contudo, os agricultores e suas famílias não desistiam e, ergueram um novo acampamento à beira da estrada, ao lado da Fazenda Capela, onde ocuparam a mesma por duas outras ocasiões. A última ocupação da área ocorreu no dia 30 de maio de 1990, onde mais uma vez os acampados demonstraram força e determinação, pois resistiram ao cerco policial durante o período de 30 dias. Não resistindo à pressão imposta pelo Movimento e sofrendo um desgaste frente à opinião pública, o Governo do Estado decidiu assentar um grupo de famílias numa área de terra do próprio poder público estadual, localizada no mesmo município. Contudo, algumas

¹¹ A questão da mística nos chama a atenção por constituir o primeiro espaço no qual o projeto social do MST é mais diretamente relacionado com a experiência subjetiva dos seus integrantes. A mística é descrita como o processo pelo qual se vivencia no presente um sentimento relativo às conquistas que ainda haverão de ser construídas historicamente mediante o processo de luta. Um sentimento que emerge como uma espécie de certeza afetiva (não indutiva, empiricamente comprovada) de que aquilo que se sonha, irá de fato se realizar, apesar da adversidade e graças ao poder de transformação das camadas populares organizadas (MELO apud GOHN, 2003).

famílias do grupo de acampados não conseguiram ser assentadas naquele momento. Dentre elas, encontram-se as 46 famílias que hoje formam o Assentamento Trinta de Maio. Com a necessidade de continuar pressionando o Estado, as famílias que ficaram de fora do Assentamento de Capela de Santana, juntaram-se a outras famílias no acampamento de Cruz Alta, no município de mesmo nome. De lá, organizaram uma grande marcha até a Capital Gaúcha para negociar com as autoridades governamentais, o assentamento das famílias.



**FIGURA 8 – Colonos sem-terra em ocupação à Praça da Matriz, em Porto Alegre, para cobrar as promessas de assentamento do Governo Estadual.
Foto: Assentamento Trinta de Maio**

Trazendo para perto dos moradores urbanos, os graves problemas agrários, as seis horas da manhã do dia 08 de agosto de 1990, mais 400 agricultores vindos do norte do Estado ocuparam a Praça da Matriz. Traziam na bagagem o pedido de uma audiência com o Governador Synval Guazzelli e o cumprimento das promessas de assentamento pelo governo estadual e federal. No transcorrer da manhã, enquanto um grupo de

dirigentes do MST, aliados a figuras políticas simpatizantes do movimento, como a deputada estadual Jussara Cony (PCdoB) e o candidato a governador Tarso Genro (Frente Popular) negociavam sua retirada do local mediante o cumprimento de uma antiga promessa dos governos estadual e federal em assentar aquelas famílias em definitivo, pois algumas famílias aguardavam o seu lote de terra a mais de cinco anos. Do outro lado da mesa de negociações encontravam-se o deputado estadual Erany Muller (PMDB), o secretário estadual de Segurança Pública, Fernando Eichemberg, o secretário estadual da Agricultura, Marcos Palombini e, o comandante geral da Brigada Militar, coronel Carlos Walter Stocker.

Do lado de fora, 400 colonos aguardavam apreensivos as negociações, cercados por mais de 300 soldados da polícia, armados com baionetas e fuzis. Quando as negociações avançavam para um acordo entre as partes, o grupo de políticos que se encontrava dentro do Palácio Piratini fora surpreendido por estampidos do lado de fora, que deflagrara o início do conflito.

As onze horas e trinta minutos, explodia aquela que, junto com o massacre da Fazenda Santa Elmira, foi considerada uma das mais sangrentas batalhas na história da luta pela terra envolvendo o MST no Rio Grande do Sul. A um metro de distância, policiais e agricultores se degladiavam em plena Praça da Matriz. De um lado, pedras eram arremessadas contra os policiais, de outro, muitas bombas de efeito moral fizeram com que o grupo se dispersasse e a correria desordenada tomou conta das ruas no entorno da Praça.

Em meia hora de perseguição policial e luta corporal contra os sem-terra, entre eles, mulheres e crianças, o resultado foi trágico: mais de 80 feridos, entre colonos e policiais, alguns a tiros de baioneta e, um soldado da Brigada Militar morto a golpe de foice na ¹²esquina democrática. A morte de um soldado da Brigada, incitou ainda mais os ânimos dos seus colegas, que cercaram a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sitiando-a por mais de dez horas, enquanto um grupo de mais de 150 sem-terras se refugiavam no seu interior. A polícia buscava efetuar a prisão do suspeito na morte do soldado. Aos gritos, o tenente-coronel dava um ultimato aos colonos: entregarem o sem-terra que matou o policial no prazo de 15 minutos, sob a ameaça de invadir a prefeitura.

¹² A Esquina democrática é o encontro das Ruas dos Andradas (da Praia) com a Avenida Borges de Medeiros. Em 1997 foi tombada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, pela importância histórica do passado político e democrático da área que, desde o final do século XIX era palco de aglomerações de pessoas ligadas a entidades para realizar manifestações públicas e populares.

Contudo, antes do término do prazo, um grupo de sindicalistas e estudantes, simpatizantes ao Movimento dos Sem Terra, se posicionou em frente à prefeitura entoando o Hino Nacional e empunhando o livro da Constituição Brasileira.

Somente após o triste episódio da Praça da Matriz, o governo estadual iniciou o cumprimento de suas promessas para as famílias de sem-terra que, há mais de três anos vivendo em precários acampamentos formados por barracos de lonas pretas, reivindicavam seus lotes de terra para plantar e viver com dignidade. No dia 18 de dezembro de 1990, 46 famílias que hoje formam o Assentamento Trinta de Maio, conquistam de forma definitiva uma área de 850 hectares de terra, desmembrada da área de 1600 hectares onde localiza-se a Colônia Penal Agrícola Gal. Daltro Filho, pertencente à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir daí, as famílias camponesas passaram a organizar o seu trabalho de forma coletiva e solidária, demonstrando capacidade de organização e sobrevivência através da produção agropecuária e de hortifrutigranjeiros. Logo que se instalou na região carbonífera, este grupo de 46 famílias assentadas ligadas ao MST atravessou muitas adversidades para consolidar-se como sujeitos históricos e para serem reconhecidos como agricultores que se utilizam da terra para dela tirar o seu sustento.

Aos poucos, a própria comunidade do município de Charqueadas foi percebendo e reconhecendo a importância dos “colonos do assentamento”, como são conhecidos na região, para o desenvolvimento local sustentável e da economia solidária, através da produção de gêneros alimentícios livres de agrotóxicos como o arroz, o milho, ovos, frutas, legumes, verduras, queijo, mel, pães, leite e carne, bem como, através de atividades culturais promovidas pelo próprio assentamento, como confraternizações, místicas, atividades religiosas, torneios esportivos, formação política, cultural e, sobretudo, educacional. Esses elementos também contribuíram para que a comunidade passasse a admirá-los e respeitá-los cada vez mais, uma vez que no imaginário do senso comum coletivo dos moradores de Charqueadas, os integrantes do MST não passavam de um bando de desordeiros.

Um dos motivos que mantinha os agricultores sem-terra na luta pela Reforma Agrária era a sua vocação enquanto agricultores, pois os mesmos sabiam e queriam trabalhar com a terra, já tinham um vínculo identitário com a terra, desde criança, trabalhando na lavoura junto com seus pais. E durante o período de acampamento, o principal objetivo dessas famílias era a luta pela terra. Esse foi um período de muita aprendizagem por parte dessas famílias, pois segundo eles, o MST foi, e é sua melhor

escola no sentido da cooperação e da organização das famílias que já ocorria no acampamento.

O Assentamento Trinta de Maio, da forma como hoje está constituído, é resultado de um movimento consistente e duradouro de disputas políticas e normativas nas quais imbricavam-se centenas de famílias de agricultores pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que cobravam do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a necessidade urgente de assentá-las.

A localização do assentamento situa-se em uma área territorial cercada por um complexo penitenciário, sendo o mais próximo deles, a Colônia Penal Agrícola Gal. Daltro Filho. Situada em uma, das duas estradas de chão batido que oferecem acesso aos assentamento, a casa prisional é caracterizada pelo sistema de reclusão conhecido como semi-aberto, onde mantém mais de 200 detentos que devem trabalhar e dormir no local durante a semana. Nos finais de semana, obtêm liberação para visitar suas famílias e parentes. Contudo, a onda de arrombamentos na região das fazendas localizadas nos arredores da casa prisional, sempre foi alvo de muitas preocupações e críticas por parte das famílias que vivem no assentamento, sobretudo para aquelas que se localizam fora da agrovila, com suas residências na beira da estrada e, mais próximas do presídio.

Inúmeros foram os relatos de assentados que tiveram suas casas abordadas por detentos, o que causou um certo espanto para as famílias de agricultores no início da formação do assentamento. Em um momentos mais efusivo, conversando com um dos assentados mais articulados politicamente dentro e fora do assentamento, este demonstrou o interesse em levar a cabo um projeto político para desativar a casa penal, propondo transformá-la em escola técnica rural, para atender a demanda dos filhos de assentados e da comunidade rural do município de Charqueadas.

A estrada em que se localiza a Colônia Penal Agrícola e permite o acesso aos assentamento dista 12 km do município e, em dias de chuvas, a prefeitura municipal é obrigada a destinar ao local uma patrula a fim de retirar o barro da estrada, tornando-a com condições mínimas de trafegabilidade.

A segunda estrada que fica do outro lado do assentamento, dista 9 km da sede e é a principal via de trânsito utilizada pelos assentados que se deslocam diariamente até o centro da cidade, sobretudo o grupo de sócios da COPAC que trabalham no supermercado da cooperativa. A única empresa de transporte coletivo do município disponibiliza três horários diários em que o ônibus transita em frente ao assentamento. Contudo, a ocorrência destes três horários só ocorrem de segunda a sexta-feiras e,

dentro do calendário letivo dos estudantes da escola municipal localizada dentro do assentamento. O ônibus inicia seu trajeto na estrada em que se localiza a casa prisional, inclusive transportando detentos; passa pelo assentamento e se destina à sede pela outra via que possibilita acesso ao centro da cidade. Nos meses de recesso do calendário letivo, os assentados ficam sem transporte coletivo para se locomoverem até a cidade.



FIGURA 9 – Agricultores recém assentados no Trinta de Maio
Foto: Assentamento Trinta de Maio

No início, as famílias assentadas continuaram morando em barracos até conquistar o mínimo de auxílio financeiro de que necessitavam, através de órgãos governamentais, para lavrar as terras e cultivar sementes e hortaliças para a sua subsistência. A primeira escola do assentamento foi um barracão de lona emprestado pela Brigada Militar, para que os filhos dos assentados pudessem continuar seus estudos no próprio assentamento. Em 1992, com o auxílio da prefeitura municipal de Charqueadas, foi construído um galpão de madeira que passou a ser utilizado como escola. Contudo, a mesma era um anexo da Escola Estadual Ramiro Fortes Barcelos, localizada na cidade.

Esse fato não agradou as famílias assentadas. No ano de 1995, pressionado pelas famílias assentadas, o poder público municipal construiu no interior do assentamento, uma escola municipal de ensino fundamental incompleto, a qual foi dada o nome de Escola São Francisco de Assis pelas famílias assentadas. Nesse espaço, os filhos dos camponeses tiveram seus primeiros quatro anos de estudo, sendo ensinados a partir de uma pedagogia da terra, criada pelo próprio MST, com a intencionalidade de atender a realidade das crianças do campo.



FIGURA 10 – Comunidade escolar do Assentamento Trinta de Maio
Foto: Assentamento Trinta de Maio

Nesse espaço, os filhos dos camponeses tiveram seus primeiros quatro anos de estudo, sendo ensinados a partir de uma pedagogia da terra, criada pelo próprio MST, com a intencionalidade de atender a realidade das crianças do campo. Contudo, após o término da quarta série do ensino fundamental, os alunos do assentamento eram obrigados a procurar escolas na zona urbana do município de Charqueadas para dar continuidade aos seus estudos.

Em relação à estrutura de organização do trabalho coletivo das famílias assentadas, percebeu-se que num determinado período do processo de construção do Assentamento Trinta de Maio, ocorreu uma divisão entre as famílias. De um lado, as que optaram em dar continuidade ao modelo de organização social e econômico

caracterizado pelo projeto coletivo de trabalho, através da Cooperativa de Produção Agropecuária, base de orientação ideológica difundida pela MST nos assentamentos a partir da década de 90. De outro, as famílias que resolveram sair da cooperativa e imprimir novo curso em seus projetos de vida, afastando-se da ideologia do Movimento que se pautava pela construção de um projeto que tivesse como eixo norteador a cooperação dos assentados em torno das atividades produtivas, pautando-se pela concepção cultural de uso e exploração da terra de modo individualizado, na organização de seus próprios lotes de terra. A partir desse momento, o Assentamento Trinta de Maio passa a coexistir com a presença de dois modelos distintos a orientar a organização social e econômica das famílias: o cooperativismo e o associativismo.

3.1. Análise da formação da Cooperativa Agropecuária do Assentamento Trinta de Maio através de sua estrutura social, política, econômica e cultural

No final da década de 80, 46 famílias pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, receberam do Governo Estadual uma área de terra num total de 850 hectares onde foram assentadas surgindo assim, o Assentamento Trinta de Maio. A forma de organização social das famílias se deu em torno da coletivização das mesmas, mais por uma orientação político-ideológica do MST, do que uma decisão dos agricultores assentados que traziam consigo, no bojo de suas experiências de vida, a cultura da produção familiar individualizada.

Contudo, o MST através do seu Setor de Cooperativismo, vislumbrava por meio deste sistema de organização, a possibilidade de transformar a consciência individual dos assentados, avançando para uma consciência coletiva pautada pelos princípios da democracia participativa, do espírito solidário e comunitário, de relações de igualdade, solidariedade e da construção de um projeto econômico alternativo baseado na organização e planejamento participativo de todas as famílias do assentamento.

O êxito em torno da organização econômica do assentamento era uma das preocupações constantes da coordenação do MST, sendo que o modelo de produção autogestionária que acenava como uma possível solução às inquietações dos dirigentes do movimento era o cooperativismo. A implementação desse modelo de organização de trabalho, passou a ser adotado pelo MST de forma permanente a partir da década de 90, mas o projeto político-ideológico que abarca a formação de cooperativas nos assentamentos foi elaborado na metade da década de 80, sobretudo a partir de 1986,

com a publicação de um subsídio específico para orientar os dirigentes nacionais e as lideranças estaduais do MST.

Em agosto de 1986, a secretaria nacional do MST, através do seu setor de assentamentos, lança o caderno de formação n.º 11, intitulado “Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo”, de autoria de Clodomir Santos de Moraes, organizador e assessor das Ligas Camponesas na década de 60 e, militante e assessor do MST, no período pós-ditadura. Na época, até o início dos anos 90, essa publicação foi uma referência político-ideológica muito utilizada pelos dirigentes do Movimento, que se pautavam pela mesma para organizar a formação do sistema cooperativo do MST. Outros cadernos de orientação político-ideológica também foram escritos pelo MST para torna-se subsídio pedagógico e metodológico na formação e consolidação das cooperativas dos assentamentos.

A partir de 1991, as 46 famílias iniciaram um debate interno com o Movimento para decidir qual seria o modelo de organização de trabalho que mais se adequasse às diretrizes do MST. Nessas circunstâncias nasceria a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento de Charqueadas, uma vez que a direção do MST sugeria na época que todas as famílias assentadas procurassem organizar seu modo de produzir a vida e os meios para a sua subsistência, a partir do modelo de cooperativas de produção e comercialização agropecuária.

Para organizar as famílias em um sistema complexo como uma organização cooperativa que requer a divisão social do trabalho, o setor estadual do MST realizou um período de cursos de qualificação a partir de um método de formação massiva chamado de Laboratório Organizacional de Campo. Após mais de 30 dias de intensa formação, todas as famílias do Assentamento Trinta de Maio passaram a organizar o seu trabalho de forma coletiva, em uma empresa cooperativa. Contudo, algumas entrevistas realizadas com ex-sócios da cooperativa, denunciam que já, naquele período, algumas famílias entraram contrariadas na sociedade cooperativa, pois manifestavam a vontade de produzir o seu trabalho de forma individual, no lote de terra que lhes cabia por direito. Entretanto, para acompanhar as demais famílias e demonstrar o seu status de solidariedade e senso de coletividade, decidiram fazer parte da organização.

Assim nasceu a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas – COPAC, pautada fortemente pelos princípios político-ideológicos do Movimento. A ata da assembléia geral de constituição da cooperativa data de 28 de julho de 1991. No documento consta que, das 46 famílias que constituem o

assentamento, todas possuíam um representante legal associado na cooperativa, composta por 65 sócio-fundadores. Segundo a ata de fundação, a assinatura da mesma representava a “prova de livre vontade de cada um de organizar uma sociedade cooperativa”.

Na assembléia geral de formação da cooperativa também foram aprovados o estatuto da sociedade cooperativa e o regimento interno, elaborados anteriormente e amplamente discutido pelos sócios, artigo por artigo, sendo votadas e aprovadas pela maioria presente dos sócios. Os objetivos da empresa autogestionária expostos na ata, apontavam para o desenvolvimento do bem-estar econômico dos associados, o desenvolvimento da produção agropecuária do trabalho coletivo, a tomada de decisões pautadas nos princípios da democracia participativa.

Nos meses que antecederam a assembléia geral para a constituição oficial da COPAC, os agricultores assentados passaram por um período de 35 dias de intensa formação e capacitação política, econômica, técnica, administrativa e cultural, com vistas a criar uma consciência coletiva ideologizada para o trabalho organizacional em forma de uma Cooperativas de Produção Agropecuária – CPA. Esse período de formação massiva do quadro de assentados do Assentamento Trinta de Maio, o Setor Estadual do MST chamou de ¹³Laboratório Organizacional de Campo, amplamente utilizado em outros assentamentos do Rio Grande do Sul e de outros Estados, como parte preliminar do projeto de criação de cooperativas adotado pelo MST.

O Laboratório Organizacional de Campo do Assentamento Trinta de Maio iniciou em 28 de abril e se estendeu até o dia 02 de junho de 1991. Até esse período, os assentados estavam organizados apenas em uma associação que levava o nome do Assentamento. O programa de atividades foi promovido pela então Associação dos Trabalhadores Rurais Trinta de Maio e outras entidades, tais como o Departamento de Formação do MST/RS; Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul – COCEARGS e Departamento de Educação Rural da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero/RS – FUDEP-DER. Além das entidades promotoras, as seguintes instituições apoiaram a realização do laboratório colaborando

¹³ O Laboratório Organizacional de Campo se caracteriza por ser um modelo organizacional para a formação de cooperativas nos assentamentos do MST. Sua estrutura consiste na participação de um grupo de no mínimo 40 assentados que participam de uma série de atividades e cursos programados pelo MST, com o intuito de treinar os assentados para a criação de uma empresa cooperativa auto-gestionária. O período para a realização do Laboratório dependeria do estágio em que se encontrariam os participantes, contudo não poderia passar de 45 dias.

na formação dos cursos: Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER; Prefeitura Municipal de Charqueadas; Sindicato dos Metalúrgicos de Charqueadas – SINDIMETAL; Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre – STIMEPA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ASSUFRGS; Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Previdência do RS – SINDISPREV/RS; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre e Comunidade Católica do Município de Charqueadas.



**FIGURA 11 – Celebração religiosa durante o Laboratório Organizacional de Campo
Foto: Assentamento Trinta de Maio**

No período de duração do Laboratório, foram realizados um total de 19 cursos de formação e capacitação dos assentados, a saber: 01) Cooperativismo; 02) Administração rural, contabilidade, comercialização e mercado; 03) Datilografia; 04) Hortigranjeiro; 05) Pomar e florestamento; 06) Produção de grãos; 07) Culinária; 08) Veterinária; 09) Aviário; 10) Manejo de gado leiteiro; 11) Creche; 12) Apicultura; 13) Construção de casa; 14) Eletricidade de casa; 15) Corte e costura; 16) Padaria; 17) Jornalismo; 18) Violão e, 19) Xadrez.

O curso de cooperativismo teve como principal objetivo discutir e qualificar os assentados sobre a proposta política para a implementação deste modelo de produção

adotado pelo MST a partir da década de 90, problematizando a realidade dos pequenos proprietários rurais no Brasil e as alternativas e possibilidades para a produção coletiva das dimensões econômica e social do trabalho. A qualificação teve a duração de oito horas, sendo utilizados os cadernos de formação do MST e da COCEARGS.

Através do curso de jornalismo realizado durante o Laboratório Organizacional de Campo, em meio a realização do mesmo, a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Trinta de Maio – COPAC, em fase de constituição legal, lançou um informativo intitulado “A Voz dos Assentados” com uma tiragem de 200 exemplares semanais. O objetivo do Jornal serviu como um meio de propagar os acontecimentos internos do assentamento para a comunidade charqueadense. Datada de 03 de maio de 1991, a notícia estampada na capa do exemplar n.º 01, trazia como manchete:

“Surge uma nova empresa. Os 87 participantes do Laboratório Organizacional de Campo que iniciou dia 28 de abril, decidiram criar uma cooperativa de produção. A Cooperativa de Produção do Assentamento de Charqueadas (COPAC), recentemente criada, deverá se ligar à Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul. Desta central já fazem parte as seguintes cooperativas: - Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda (COPTIL); - Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR); - Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ronda (COOPANOR); - Cooperativa de Comercialização Nova Sarandi Ltda (COANOL). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entende que não basta conquistar a terra. É preciso organizar os assentamentos para produzir. Para facilitar a organização dos assentados em empresas autogestionárias de produção de bens e serviços iniciou um curso de capacitação massiva. O Laboratório Organizacional de Campo, em Charqueadas, no Assentamento Trinta de Maio” (A Voz do Assentamento – Jornal da Cooperativa de Produção do Assentamento de Charqueadas).

Ao realizar uma análise do conteúdo da manchete acima, percebe-se que os agricultores do Assentamento Trinta de Maio, referenciado na existência de cooperativas em outros assentamentos, decidiu seguir os pressupostos e orientações político-ideológicas do MST, baseados na criação de cooperativas de produção e comercialização agrícola, pois as famílias do Trinta de Maio acreditavam que a produção econômica do trabalho, baseada na organização coletiva era uma alternativa premente, primeiro, para contrapor o modo de produção do trabalho no sistema capitalista que difunde o individualismo como orientação na construção de projetos de vida e, segundo, para possibilitar aos sócios, sua independência e autonomia em relação ao sistema assalariado, transformando-os em sujeitos do processo e do trabalho (...)

promovendo uma revolução cultural nas trocas e práticas de sociabilidade estabelecidas entre os envolvidos (TESCH, 1995). No exemplar n.º 04, de 24 de maio de 1991, o informativo “A Voz dos Assentados” trazia a seguinte notícia sobre a adoção do sistema cooperativo como modelo de produção e organização do trabalho no assentamento:

“Pensamos no novo sistema de cooperativismo, porque a partir da longa história o processo capitalista no campo e as grandes cooperativas passaram a ser cooperativas tradicionais, pois foram usadas para vender tecnologia, com isso perde o caráter de cooperativa e passa a ser uma empresa que desvirtua da chamada Cooperativa dos Agricultores. Na medida em que cooperativas não respondem mais a isso foram montando grandes estruturas que usam a tecnologia em grande potencial. Com isso não fazem distribuição ou reformas para os associados que é o contrário das cooperativas de produção, pois elas, das sobras (lucro líquido) é repassado para os associados” (A Voz do Assentamento – Jornal da Cooperativa de produção do Assentamento de Charqueadas).

Durante os 32 dias de ocorrência do Laboratório Organizativo foi gestada a Cooperativa de Produção Agropecuária – COPAC, período em que o ¹⁴Laboratorista Paulo Ricardo Cerioli, padre diocesano, além de aprofundar e introduzir no grupo de assentados aspectos teóricos sobre a organização coletiva e sobre a consciência organizativa trabalhou aspectos relacionados à formação cooperativa. Os assentados aprenderam como realizar assembléias, aprovar planos de atividade e buscar cumprir os mesmos, apesar da enorme limitação dos recursos para aplicar na empresa cooperativa, no início da mesma. O laboratório é “um ensaio prático e ao mesmo tempo real, no qual se busca introduzir em um grupo social a consciência organizativa que necessitam para atuar em forma de empresa ou ação organizada” (MORAIS, 1986, p.40).

Em vista disso, o Laboratório é dividido em etapas e, a primeira delas constitui a criação de uma “estrutura primária”, momento em que são selecionados três ou quatro assentados que passam por um treinamento para adquirir conhecimentos sobre a formação organizativa do restante do grupo. O Laboratorista transmite algumas informações essenciais acerca da cultura grupal, com os vícios e virtudes ideológicas que daí decorrem, como evidencia Moraes (1986) quando se refere às disputas de poder

¹⁴ O Laboratorista é sempre um integrante do setor de formação do MST, escolhido pelos dirigentes estaduais do Movimento, que fica incumbido de organizar o laboratório na parte prática e, também, responsabiliza-se pela formação da parte teórica que consistem no desenvolvimento de um curso. O assunto desenvolvido no curso, teve como principal conteúdo, a teoria da organização, elaborada por Clodomir Santos de Moraes e publicada como caderno de formação n.º 11, pela Secretaria Nacional do MST.

e ao que ele denomina de anomalias no interior de um grupo. Ele se refere às personalidades listadas a seguir como “inimigos internos” de uma associação cooperativa: individualista; personalista; espontaneista, anarquista, imobilista, comodista, sectarista ou radical, liquidacionista, aventureiro e auto-suficiente, cada um com suas características peculiares que interferem na produção de uma cultura coletiva, sendo necessário manter uma vigilância constante do grupo, sobretudo em relação às estratégias para a consolidação de uma empresa cooperativa (MORAIS, 1986, pp.29-36).

Após a seleção do grupo primário, o laboratorista se encarrega de repassar aos seus membros, os subsídios de produção necessários para a organização e funcionamento da cooperativa, dividindo-os em grupos menores para a realização das tarefas propostas, característica própria da divisão técnica do trabalho. Partindo do panorama de uma estrutura organizacional complexa, podem ocorrer conflitos, disputas de poder e, por consequência, o surgimento de sub-grupos, o qual Morais (1986) , mais uma vez, classifica de grupos anômalos. Visando a superação desse contexto de dissociação da organização coletiva, o autor aponta para a necessidade da utilização de determinados mecanismos para frear os comportamentos “viciosos” e tendenciosos que opõe-se contra os pressupostos ideológicos da organização coletiva. Em vista disso, Morais (1986) afirma que,

“A nível ideológico, a vigilância se efetua fazendo ver (de forma organizada) aos associados que manifestam vícios que atentem contra a unidade e a disciplina, o dano que podem causar à empresa. Aqueles que transgridem inconscientemente os princípios da empresa se comportam como inimigos ideológicos. Sendo advertidos de seu erro e de forma organizada voltam a cometer os mesmos erros, reiteradamente, convertem-se em inimigos políticos. O inimigo político deve ser afastado imediatamente da empresa” (MORAIS, 1986, pp.37-38).

O autor propõe a mudança da cultura camponesa, buscando adequá-la ao modelo de uma organização cooperativa complexa, onde os “vícios” devem ser eliminados. Dessa forma, o autor caracteriza o comportamento ideológico camponês engendrado numa cultura individualista, personalista e de isolamento frente às possibilidades de uma transformação da consciência individual para uma consciência de organização social coletiva. Segundo sua teoria de organização do trabalho, a categoria de camponês, como sujeito desqualificado e atrasado deveria ser suprimida, dando

lugar ao operário do campo. Isso porque, segundo ele, os camponeses teriam mais dificuldade de organizar-se coletivamente, aguardando as iniciativas de uma liderança que pudesse animá-los e representá-los, sendo que, dessa forma, os camponeses estariam delegando poder a uma liderança, dificultando a organização e a construção de sujeitos socialmente e historicamente emancipados. O autor afirma que,

“Os aspectos que, à primeira vista, distingue os camponeses dos operários agrícolas da grande fazenda, por exemplo, são os seguintes: a) Os operários do campo vendem sua força de trabalho ao empresário e os camponeses não o fazem, porque eles são seus próprios empresários; b) Os camponeses dispõem dos meios de produção, as vezes inclusive da terra, enquanto que os assalariados não os possuem; c) Os camponeses costumam ser menos instruídos que os assalariados do campo; d) Os assalariados do campo lutam principalmente por reivindicações salariais, previdência social, férias, etc., enquanto que os camponeses costumam lutar para adquirir ou aumentar o pedaço de terra, por assistência técnica e creditícia ou por melhores preços para seus produtos. (...) Ao contrário dos camponeses, os assalariados do campo tendem naturalmente à organização social porque, além de trabalharem socialmente organizados, operam dentro da complexa divisão social do processo produtivo, característica da grande empresa capitalista. Esta, desde o momento em que contrata o operário agrícola, lhe imprime uma consciência de eficiência da ação coletiva na elaboração de um produto ou na realização de uma atividade ou ação. (...) Trabalhando em grandes coletividades, imediatamente, a tendência do assalariado agrícola é a de atuar coletivamente; eis porque, a facilidade com que surge sua atuação coletiva, em forma de associações civis ou de sindicatos” (MORAIS, 1986, p.14).

Para o operário do campo, a divisão social do trabalho já seria um fato concreto, colocando-o numa posição mais capaz em relação à organização coletiva da produção, à criação de sindicatos e a divisão das atividades laborais no interior das organizações. Segundo Moraes (1986), uma atividade de paralisação ou greve seria muito mais fácil de ser organizada por operários do campo, do que por camponeses. Estes estariam a espera das decisões de uma liderança para guiá-los, pois não estariam preparados para a divisão de tarefas que um protesto organizado exige, enquanto os operários seriam dotados de autonomia coletiva para se auto organizar.

Na esteira do seu pensamento teórico, Moraes (1986) aponta ainda, de forma ordenada, três graus de consciência que atravessam a subjetividade dos grupos sociais: a ingênua, a crítica e a organizativa. Esta última estaria mais próxima de um estado de magnitude a ser alcançada, pois “responderia aos objetivos do grupo” proporcionando a “divisão social do processo produtivo” e conduzindo o mesmo “à racionalização

metodológica”, chegando ao grau de “eficiência das ações”. Ressalta ainda, a necessidade de uma empresa se pautar pela unidade e pela disciplina para manter-se enquanto tal, visando o êxito econômico e social da mesma: “a unidade em uma empresa é tão importante que para mantê-la os associados devem admitir esse insólito princípio de organização: é preferível errar com a empresa que acertar fora dela” (MORAIS, 1986, pp.25-26).

Além da categoria de camponeses, com essa afirmação, Moraes passa a atribuir sentimento de culpa a todos aqueles que porventura se colocarem numa posição de discordância em relação a unidade e a disciplina da empresa. A esses, ele chamaria de inimigos sociais da empresa, pois “se manifestam minando pouco a pouco a unidade e a disciplina da mesma” (MORAIS, 1986, p.27).

O método utilizado por Moraes acabou sofrendo críticas do próprio MST, sobretudo quando começou a perceber o desmantelamento de muitas empresas cooperativas no interior dos assentamentos. Na visão de João Pedro Stédile,

“a proposta do laboratório organizacional mostrou certas limitações. (...), em primeiro lugar o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação. Em segundo, porque ele não é um processo, é muito estanque. Ou seja: tu reúnes a turma e em 40 dias tem que sair com a cooperativa” (STÉDILE, 2001, pp.99-100).

Foi o que aconteceu no Assentamento Trinta de Maio, em Charqueadas, onde em pouco mais de 30 dias, o método de formação massiva do Laboratório Organizacional de Campo, buscou introduzir a consciência organizativa aos agricultores assentados, para atuarem de forma empresarial e aprender a decidirem coletivamente. Sob a satisfação de algumas famílias e a contrariedade de outras, esse método fez surgir a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentados de Charqueadas – COPAC.

No início da cooperativa, a mesma possuía a seguinte estrutura organizacional: Coordenação Geral; Setor de Administração, Projetos, Finanças e Comercialização; Setor de Produção Vegetal; Setor de Produção Animal; Setor de Alimentação, Saúde e Higiene; Setor de Capacitação e Disciplina; Setor de Máquinas, Transportes e Mecânica; Setor de Construção; Setor de Cultura e Lazer; Setor de Confecção. Ao todo, a estrutura orgânica da empresa foi concebida em dez setores iniciais, e cada um deles possuía três coordenadores.

Ainda, no Laboratório Organizacional de Campo, em cada plano semanal de atividade, a equipe da estrutura primária, composta por quatro sócios da empresa,

realizada um registro dos acontecimentos internos, ao qual chamavam de “Informes e Balanço Crítico da COPAC”. Nesta espécie de dossiê foi possível verificar que tudo o que acontecia na estrutura organizativa e nos setores da empresa, era julgado pela equipe da estrutura primária, à luz dos “Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo” de Clodomir Santos de Moraes. Fragmentos do primeiro informe ilustram o embasamento teórico e, ao mesmo tempo, o pedido de maior comprometimento por parte de alguns sócios:

“(…) Houve, ao mesmo tempo, mau aproveitamento da mão-de-obra. A ociosidade provou ser a genitora dos vícios: pessoas indicadas para ajudar em outros setores já estavam dando uma de ‘lumpem’ e fizeram corpo mole; outros foram resolver assuntos particulares em pleno funcionamento da empresa; outros foram pescar. Os oportunismos começam a aparecer. (...) Ainda há membros da empresa com dificuldades para entender a nova forma de organização e funcionamento. A falta do hábito em seguir planos de atividades, a tentativa de querer acompanhar tudo e outros elementos da consciência artesanal ainda predominam e, por isto, há terreno fértil para aparecimento dos vícios artesanais de trabalho. É necessário identificar e eliminar estes vícios sem prejudicar os companheiros dispostos a crescer. (...) Estamos acostumados a obedecer em vez de decidir. As tentativas de chefia ou cacequismo contribuem para aumentar esta dificuldade e põe em risco o crescimento da empresa autogestionária que queremos: onde todos trabalham e onde todos decidem, mandam. Apesar de tudo o que está acontecendo, estamos avançando: podemos construir a empresa que desejamos. Para isso precisamos manter com coragem e determinados a UNIDADE e a DISCIPLINA. Para isso precisamos garantir a vigilância, especialmente a organizativa (papel dos controladores) e a política. Para isso precisamos ter coragem de fazer a crítica no momento e lugar certo: nas reuniões” (IBC da COPAC, 07 a 13 de maio de 1991).

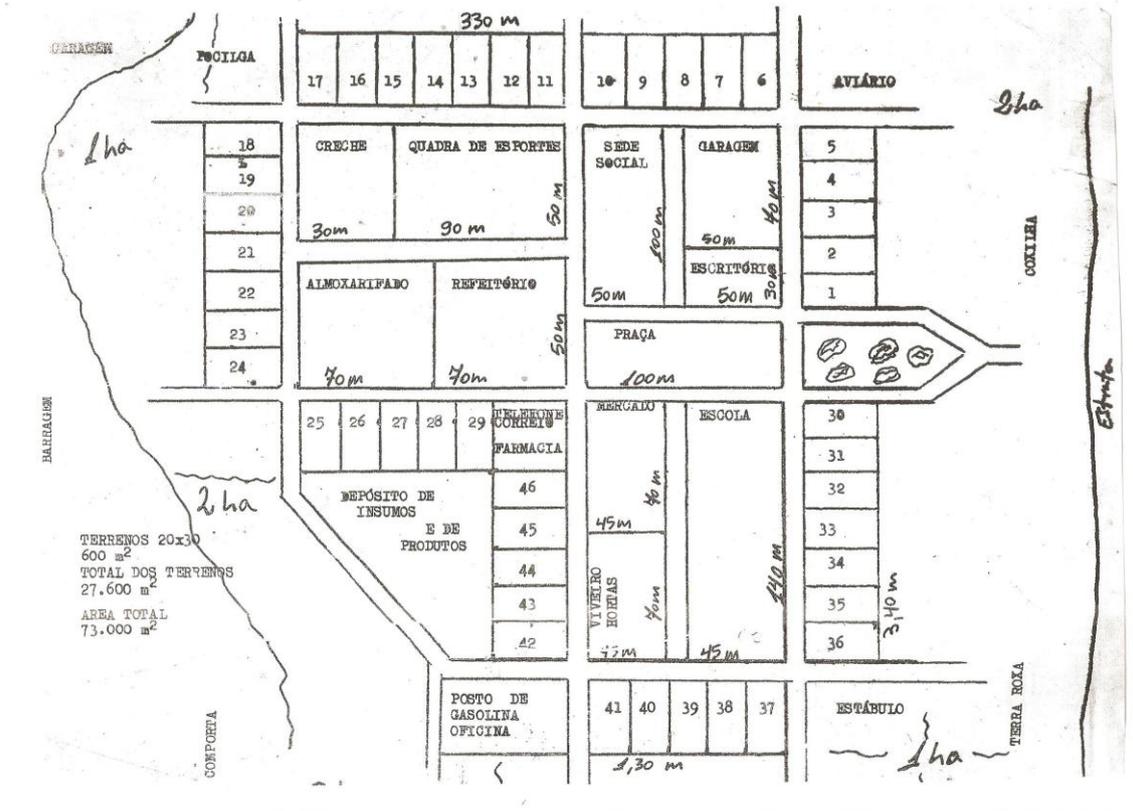
A cobrança do trabalho dos associados e a realização das tarefas nos setores, passou a ser extremamente controlada e, criticada em caso de descumprimento do que o coletivo havia combinado para a realização do plano de atividades. Com a intenção de ‘formatar’ a consciência dos associados em relação ao trabalho na empresa cooperativa, os comportamentos individuais existentes entre os assentados passam a ser tratados, pelo Laboratorista e pela equipe da estrutura primária, como vícios subjetivistas herdados na propriedade privada dos meios de produção e, considerados extremamente prejudiciais à construção e ao bom desempenho da empresa cooperativa. De certa forma, a trajetória cultural, a história de vida dos camponeses eram reduzidas a vícios artesanais e seu comportamento era simplista.

A análise reducionista sobre o modo de vida camponês realizada durante o Laboratório do Assentamento Trinta de Maio, tinha como intencionalidade criar uma subjetividade coletiva e comportamentos homogêneos. Como a mentalidade ou o *ethos* cultural de uma pessoa não se muda de forma repentina, era mais fácil para alguns sócios da cooperativa que assimilavam com maior serenidade as ‘imposições’ das equipes e setores de organização da cooperativa. Aqueles que tinham maior dificuldade em adequar seu comportamento ao coletivo ou se opunham contra o estabelecido pelos seus setores de atividade, eram classificados de individualistas, personalistas, comodistas e tantos outros adjetivos pejorativos que até hoje, fazem parte da cultura de julgar os assentados pela sua personalidade, criada no Assentamento Trinta de Maio, mesmo entre aqueles que ainda permanecem como sócios da COPAC, pois, como ilustrarão as falas dos entrevistados que serão analisadas mais à frente, apesar de trabalharem em uma empresa coletiva, todos têm direito à sua individualidade e são movidos pela mesma em seus projetos de vida.

No início de sua fundação, a cooperativa não dispunha de verba para aplicar nos projetos construídos e delineados durante o Laboratório. Na tentativa de levar a cabo as propostas de produção agropecuária para a COPAC, foi realizado um levantamento prévio da viabilidade técnica e da diversificação da produção. Como a área onde localiza-se o assentamento é propícia à produção de arroz, o mercado de consumo é aproximado, as terras são férteis e existe a possibilidade de irrigação, foi gestado um projeto para a produção de arroz irrigado em uma lavoura de 200 hectares, com necessidade de recursos financeiros para aquisição de máquinas, insumos, grãos e recursos para reconstruir uma barragem estourada a fim de facilitar o processo de irrigação do arroz.

Como forma de dar possibilidade às famílias para trabalharem no sistema coletivo de produção, houve a necessidade da construção de uma Agrovila com a construção de casas de madeira em um terreno de 20x30m por família. Após demarcadas as ruas, houve o sorteio dos terrenos, com a intenção de não beneficiar ou prejudicar essa ou aquela família do assentamento em seus novos locais de moradia. Foram utilizadas na construção das casas, madeira de eucalipto retiradas da própria área do assentamento. Além das moradias, houve a necessidade da construção de uma creche para deixar os filhos dos sócios enquanto esses trabalhavam em seus setores; a construção de uma quadra de esportes para oferecer lazer aos sócios, nos períodos livres e de descanso; um almoxarifado para guardar o material de consumo dos sócios, o

¹⁵refeitório, para a realização das refeições coletivas; depósito de insumos e de produtos; depósito para combustível e oficina mecânica; estábulo; aviário; garagem; praça; mercado; escola; viveiros e hortas; pocilga, silo e sala de ordenha.



**FIGURA 12 – Planta rudimentar com o Projeto de Instalação da Agrovila
Foto: Assentamento Trinta de Maio**

Outros projetos foram concebidos durante o período do Laboratório: implantação de uma unidade de produção de leite. Na época, a intenção da produção leiteira era oferecer bem-estar e saúde, através do consumo de leite pelos 129 assentados que constituíam as 46 famílias, 42 das quais eram crianças. O excedente da produção seria comercializado para as indústrias de laticínios da região. Mais um projeto levado a cabo pelos sócios da cooperativa foi a implantação de pomares domésticos como alternativas de alimentação às famílias que eram incentivadas a realizar o plantio de

¹⁵ Após sua construção, além das refeições coletivas, o refeitório passou a ser utilizado como ponto de referência entre os sócios nas dimensões política, econômica, social, de lazer e de religiosidade, pois neste local, passaram a ser realizadas também: reuniões e assembleias gerais da cooperativa, recepção aos visitantes, missas, místicas, bailes, festas juninas, entre outros acontecimentos coletivos. Em 01 de maio de 2009, foi inaugurado no local, o Memorial do Assentamento Trinta de Maio, antecipando as comemorações de aniversário dos 20 anos de assentamento que será realizada em dezembro de 2010.

árvores frutíferas, uma vez que a terra era considerada excelente para a produção de frutas.

O local onde fora construída a agrovila, era descampado, desta forma, era necessário criar um projeto de florestamento com a intenção de instalar nos arredores da comunidade, uma reserva de energia vegetal que pudesse fornecer lenha a fim de suprir as necessidades econômicas da cooperativa e, também, as necessidades domésticas das famílias, uma vez que, a sua grande maioria utilizava forno e fogão de lenha para o preparo de suas refeições quando não utilizavam o restaurante da cooperativa. Outra preocupação em criar a reserva vegetal estava na localização em que se encontrava a agrovila, suscetível aos fortes ventos que ocorriam na região. Dessa forma havia a necessidade do plantio de uma floresta que seria utilizada como blindagem ou quebra-vento, oferecendo maior proteção aos moradores.



**FIGURA 13 – Vista aérea da Agrovila em 1996, com destaque para a floresta de eucalipto, utilizada como reserva vegetal e quebra-ventos.
Foto: Assentamento Trinta de Maio**

O aviário foi mais um dos projetos gestados durante o Laboratório para ser implementado na seqüência do término do treinamento que originou a cooperativa. Os objetivos dos sócios com o aviário era a produção, primeiro para consumo próprio e,

segundo para a produção em escala comercial promovendo uma melhor rentabilidade aos sócios da empresa.

Alguns projetos foram encaminhados ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA, do governo federal, a fim de captar recursos financeiros para aplicabilidade nas linhas de produção escolhidas pelos sócios da cooperativa. Um dos projetos enviados ao PROCERA justificava a viabilidade de investimentos na área da cooperativa, pois haviam 800 hectares de terra a disposição para a produção de grãos e hortigranjeiros. A mão-de-obra disponível, recém havia passado por processo de capacitação.

Dessa forma, com investimentos nos projetos, a produção poderia ser comercializada de forma direta. Para tanto, o projeto solicitava verbas para aquisição de maquinários e implementos agrícolas para garantir a utilização racional da terra, a produção, a comercialização e, conseqüentemente a melhoria do rendimento das famílias da cooperativa. Um dos cooperados que ainda é sócio da cooperativa faz o seguinte relato sobre a capacidade produtiva, sua diversificação, seus limites e suas possibilidades de rentabilidade e viabilidade para as famílias associadas:

“Conhecer a realidade, e foi o que nós fizemos (...) Você só conhece a realidade fazendo experiências, cuidando um pouquinho de arroz, 4 ou 5 vacas de leite, bota uns porquinhos ali, pra subsistência e vai conhecendo a comunidade, vai conhecendo as formas de produzir alguns produtos, (...) estudando o solo, se aperfeiçoando pra fazer cada área. Esse é o primeiro passo, ou seja, um levantamento e, no mesmo tempo um conhecimento, e vai formando, tomando corpo e assim por diante. A segunda fase: - bom, agora é possível nós testarmos o que estudamos porque você só consegue praticando. Só teoria não basta, então tu tem que experimentar arroz, tem que experimentar vaca de leite, tem que experimentar aquilo, e foi o que fizemos, vamos dar um corpo pra isso aí, vamos produzir em todas as esferas, vamos utilizar todas as áreas, e foi o que fizemos. Plantamos a lavoura de arroz, colocamos vacas pra cá e enchemos de porco pra lá, na época tinha todos os associados juntos (...) A partir dali, o terceiro passo, vamos começar a priorizar aquilo que é mais valioso, mais rentabilidade, e aí começamos a perceber... bom, tem produção que a longo prazo por causa digamos assim do uso da terra, te garante um planejamento de um volume maior que é o arroz. Agora, no dia-a-dia o arroz não dá, é como você estar administrando uma empresa que em casa você tem a despesa. Queira ou não queira, dentro da cooperativa a mão-de-obra é um custo fixo, porque você tem a despesa diária, você tem que levar em conta que se você operar ou não, tu tem que ter um retorno direto. Então, se você tem um custo de saúde, da alimentação mensal, educação, vestuário e lazer, enfim, com os associados, você tem que ter uma renda permanente e tem que arriscar um pouco, e foi o que fizemos, aí entra a cultura do leite, do

suíno, hortigranjeiro, foi o que dava a sustentabilidade do dia-a-dia, e no mesmo tempo uma ocupação a mais de mão-de-obra” (Entrevistado 9).

A empresa cooperativa organizou-se com um capital social inicial de C\$ 325.000,00 (trezentos e vinte cinco mil cruzeiros) provenientes de ¹⁶cotas-parte no valor de C\$5.000,00 cada uma, pertencentes aos 65 sócios que constituíram a cooperativa. Contudo, esse valor era simbólico e foi solicitado aos sócios mais pela necessidade de legalizar a cooperativa frente a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul. Os investimentos financeiros de maior valor foram conquistados como linha de crédito junto ao PROCERA, ou como empréstimo, junto ao Banco do Brasil. Algumas conquistas da cooperativa foram realizadas mediante doações de entidades civis, religiosas e sindicais, simpatizantes ao MST. Foi o caso do refeitório, construído com doações da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB.

3.2. Organização coletiva das famílias assentadas e a luta pela emancipação da consciência social, política e humana

No início do Assentamento Trinta de Maio, em 1990, dos 850 hectares cedidos pelo Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, apenas 500 hectares foram destinados à formação da cooperativa. O restante foi dividido para uso individual das 46 famílias, onde cada célula familiar podia explorar e organizar a terra como melhor lhe proviesse, ou seja, de acordo com suas disposições, habilidades e interesses produtivos e econômicos.

Contudo, no início do assentamento, as 46 famílias preferiram trabalhar de forma coletiva, realçando o despertar de uma consciência social para o modelo de trabalho cooperativo à luz de um projeto para a construção de uma sociedade emancipada, haja visto o longo período em que os agricultores assentados percorreram para conquistar a chamada cidadania emancipatória, através de suas lutas, embates e conquistas de uma cidadania que se construiu na participação social, democrática e legítima de problemas enfrentados (ZITKOSKI, 2007, p.32) com sangue e suor por grupo de famílias que hoje produz a vida, seus sonhos e sua esperança em cima de um pedaço de terra. Para Horácio Martins de Carvalho (2002),

¹⁶ Cota-parte é a quantia que cada sócio da cooperativa se comprometeu a investir na empresa de autogestão. A cota-parte também é conhecida como capital social. Quem decide o valor da cota-parte que a cooperativa necessita para iniciar suas atividades são os próprios sócios, a partir das suas demandas (Caderno de Cooperação Agrícola n.º02 – CONCRAB).

“As pessoas, os grupos e classes sociais que desejam ser e vir-a-ser sujeitos das suas histórias estão em permanente tensão entre alienação e a consciência crítica, entre a dominação e a libertação e entre a tutela e a emancipação (...) Desejo sugerir que a emancipação social é um processo continuado. Pode ter começo, e a percepção do seu início poderá até ser datada, mas necessariamente não tem fim” (CARVALHO apud SANTOS, 2002, p.239).

A organização do assentamento, a partir de processos sociais, políticos e econômicos, ainda que ocorressem de uma forma vertical, refletiu na evolução da consciência ingênua para o desenvolvimento da consciência crítica nas dimensões social, política e humana, sobretudo, ao reconhecer o trabalho cooperativo e seus dilemas, como prática educativa capaz de produzir sujeitos socialmente emancipados, reconhecendo “o esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes (...) como totalidades” (FREIRE, 2001, p.96), ou seja, como sujeitos capazes de maturar uma reflexão crítica da realidade na qual estão imersos, possibilitando-lhes a construção de práticas reivindicatórias e intervencionistas, como horizontes possíveis para transformá-las.

Quando pensado na dimensão do trabalho cooperativo, o trabalho coletivo é a possibilidade de fornecer aos assentados a compreensão de conjunto e de coletividade que trabalha pela superação da alienação em que se encontram. O trabalho cooperativo só passa a ter valor quando orientado por princípios pedagógicos que se pautam pela emancipação da consciência social e política dos sujeitos. Uma educação que se queira cooperativa no sentido de avançar para a construção de sujeitos emancipados político e socialmente, necessita ser consolidada a partir de princípios democráticos, exaltando a qualidade dos assentados através da participação e do diálogo, sobretudo para que a cooperativa possa se diferenciar enquanto empresa social, da lógica de produção e de mercado capitalista, que dificulta a emancipação da consciência da classe trabalhadora. Contudo, Iasi (2007) afirma que,

“A partir do momento em que o trabalhador se apercebe do caráter das relações sociais em que está inserido, coloca-se a necessidade de buscar uma transformação. No entanto, nesse momento do processo de consciência, já não é suficiente saber que é necessário mudar a sociedade, destruir o capitalismo, mas como fazê-lo e o que colocar no lugar. A concepção da potencialidade da classe, a consciência da possibilidade de vitória, é parte integrante da consciência de classe. (...) Essa tarefa exige um novo indivíduo capaz de compreender sua

temporalidade além dos limites de si próprio, compreender esse esforço como esforço coletivo de sua classe e além dela” (IASI, 2007, p.40-41).

Para Freire (1976), a conscientização se consolida no desvelamento da realidade material e só se torna legítima com a prática da transformação da realidade, suplantando o pensamento de que a educação esteja separada da política, pois a dialética entre educação e política deve ser compreendida como o motor capaz de transformar a realidade (FREIRE, 1976, p.145). No Assentamento Trinta de Maio, os processos de cooperação entre as famílias desencadearam um maior convívio social, implicando na troca de saberes, idéias e informações, sobretudo acerca dos processos de diversificação produtiva do trabalho.

A experimentação do processo de conscientização iniciou-se através do envolvimento de cada família, seja na realização de pequenos afazeres, na organização do local para a realização de uma mística ou assembléia, na troca de favores entre os sujeitos, ou seja, o ato cooperativo em si, contribui para a evolução gradativa da consciência ingênua e alienada para uma consciência crítica. A humanização da consciência dos assentados passa a ocorrer quando tomam para si a importância de um relacionamento fraterno com os seus pares e com a natureza, procurando preservá-la ao máximo, através de ações de trabalho que visem a autosustentabilidade da mesma, através da criação de novos valores humanos.

Entretanto, ainda percebe-se limitações das famílias e, da própria cooperativa em relação aos processos de organização do assentamento em diversos aspectos de natureza ideológica, econômica, social, religiosa e política, sobretudo pela carência de uma formação educacional sistemática que tenha como objetivo central problematizar aspectos de natureza sócio-cultural ainda tão arraigados no *ethos* de muitos assentados.

Um exemplo emblemático, refere-se aos aspectos de rigidez organizativa ilustrada em alguns artigos que embasam o regimento e o estatuto social da cooperativa. No artigo 41 do regimento interno, em casos que o sócio solicite sua saída da empresa através do pedido de demissão do quadro social da Copac, não poderá, como ex-sócio, continuar residindo nas terras da cooperativa, ou seja, terá que abandonar a agrovila e construir uma nova residência no lote de terra que lhe cabe por direito, mas que lhe será dado em local a ser definido pela maioria simples do quadro social da Copac, levando em conta a proporcionalidade de área seca, várzea e perdida.

Outro artigo polêmico é o de n.º 40. Implementado somente após a expulsão de um dos sócios da cooperativa, que em 1995, se elegeu, concorrendo a uma das cadeiras na câmara de vereadores, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Até aquele momento, a direção da cooperativa não se opunha à liberação de sócios do seu quadro social, para pleitear cargos eletivos, e publicizava à população seu apoio ao candidato do assentamento. As motivações para concorrer ao cargo de vereador são assim explicitadas pelo ex-sócio da Copac:

“O prefeito da gestão de 2002-2006 nos prejudicou porque fechou sem discussão nenhuma, a feira de hortigranjeiros que ocorria todas as semanas no bairro Cohab e onde nós comercializávamos os alimentos produzidos no assentamento. Ele trouxe a feira pro centro, próxima aos mercados, mas como nós não tínhamos força de competir com os mercados, acabou destruindo o nosso trabalho que até então vinha dando resultados positivos. Foi a partir daí que eu resolvi me envolver com a questão da política partidária, concorrendo a um cargo eletivo, para reivindicar essas ‘bandeiras’. E uma das bandeiras foi exatamente essa comercialização direta e é proposta até hoje, desde a minha primeira eleição. Mas na época, a forma desrespeitosa com que o poder público tratou os agricultores que comercializavam seus produtos de forma direta, aí nós começamos a batalhar de forma autônoma e buscar recursos para ter o próprio mercado e poder comercializar os produtos diretamente, sem interferência do poder público. Em 1997, eu ainda era da cooperativa e nós contraímos um empréstimo, compramos um terreno e construímos o mercado da Copac que hoje está instalado aqui no centro da cidade” (Entrevistado 5).

Seguindo as normas internas da Cooperativa e os valores de cooperação e solidariedade, o ex-sócio que se elegeu vereador do município de Charqueadas na gestão 1996-2000, repassava ao setor de contabilidade da Copac, o seu salário de parlamentar que recebia da câmara de vereadores. A cooperativa calculava a média de horas trabalhadas na câmara de vereadores e, repassava aos seus proventos pecuniários, os valores da hora trabalhada, regulados pelo setor de contabilidade da cooperativa.

Apesar de sua remuneração como vereador ser superior ao que recebia como sócio da cooperativa, em nome dos princípios e valores cooperativistas, recebia o mesmo valor da hora/trabalho que os demais sócios. Mesmo assim, no pleito seguinte, quando iria concorrer à reeleição, a cooperativa decidiu desligá-lo do seu quadro de sócios e criou um artigo em seu regimento interno, proibindo seus sócios de concorrerem a qualquer cargo eletivo fora da esfera da Copac, sob pena de exclusão do quadro social da empresa cooperativa.

3.3 As orientações políticas e ideológicas do MST na organização do trabalho cooperativo nos Assentamentos da Reforma Agrária

A formação dos assentamentos rurais é a fase do movimento em que os agricultores sem-terra recebem um lote de terra e passam a se organizar de acordo com o número de famílias assentadas. Uma vez assentadas, as famílias iniciam uma nova etapa de lutas: agora pela disponibilidade de recursos financeiros para montar uma infra-estrutura necessária ao início do trabalho na terra, à moradia, à educação, etc.

Em relação aos assentamentos, o próprio MST declarou ser necessário a produção “de linhas políticas que façam com que os assentamentos sejam transformados em comunidades livres, e avancem socialmente, politicamente e ideologicamente” (CONCRAB, 1998, p.03), no sentido de ressignificar a consciência das famílias forjada nas relações sociais de cunho mais individualista. Para o MST, na organização da convivência social dos assentados é indispensável a formação de quadros de militantes que atuem entre as famílias para impulsionar novos valores, sobretudo os de cooperação entre todos.

A partir de 1986, dois anos após sua constituição, o MST lançou uma cartilha de formação intitulada “Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo”, de autoria de Clodomir Santos de Moraes, amplamente discutida no capítulo anterior. A partir dessa cartilha, passou a organizar Laboratórios de Campo (formação de quadros) a fim de orientar ideologicamente os assentados a organizar o modelo de produção, de trabalho e de vida, de forma coletiva, ou seja, fundarem empresas cooperativas, como modelo de organização onde o econômico e o capital viriam em segundo plano. Dessa forma, o MST iniciou as discussões em torno da criação de um Sistema Cooperativista alternativo para os assentados, como a cooperativa de produção agropecuária – CPA, onde a terra se torna propriedade de todos e de produção coletiva. No mesmo ano, conquistou junto ao governo federal, uma linha de crédito voltada especialmente para os assentamentos da reforma agrária.

No ano seguinte, o III Encontro Nacional do MST decidiu entre outras medidas, organizar os assentados em cooperativas de produção, tendo por referência experiências cooperativas bem sucedidas em Cuba. Em 1988, o movimento já lançava o seu primeiro Manual de Cooperação Agrícola com o intuito de orientar a formação e funcionamento de associações. Posteriormente foi lançado o Manual para a estruturação, organização e administração dos grupos coletivos. No ano de 1989 surgem as primeiras cooperativas

de produção agrícola dos assentados da reforma agrária no Rio Grande do Sul: Cooponor, Cooptil e Cooptar (CONCRAB, 1998).

O MST passava por um período de organização para a cooperação, tendo como motivação o acúmulo de capitais e a liberação de quadros que pudessem sustentar o movimento de forma política e econômica. Na década de 90 surge o Sistema Cooperativista dos Assentados, como uma alternativa “de organização coletiva da terra, do trabalho e do capital” (CONCRAB, 1998, p.31). Além disso, para fortalecer a ideologia do trabalho coletivo, o movimento passa a considerar:

“(…) os valores que colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana e sua liberdade, mas não como indivíduo isolado e sim como ser de relações sociais que visem a produção e a apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, a justiça na distribuição destes bens e a igualdade na participação de todos nestes processos” (MST, 1996, p.09).

Somente a organização dos assentados em cooperativas de produção agrícola poderia avançar no sentido de contrapor os valores do capital, ou seja, apresentar um novo sistema de produção e distribuição dos bens produzidos de forma coletiva. A esfera econômica ligada diretamente à sua eficiência passa a ganhar maior atenção do MST, uma vez que organizar somente a esfera social nos assentamentos não bastava para mexer com o sistema vigente. A primeira central de cooperativas agrícolas do MST surgiu em 1991 no Rio Grande do Sul, com a fundação da COCEARGS e, em 1992 nascia em Curitiba-PR, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. – CONCRAB.

A partir desse período, vários cursos de formação foram realizados para instrumentalizar os assentamentos sobre a viabilidade de se trabalhar em um modelo coletivo de produção, uma vez que a adesão pela cooperação deveria ser uma decisão voluntária do assentado. Contudo, o Sistema Cooperativista dos Assentados funcionaria como um representante no Setor de Formação do MST, realizando cursos e encontros a fim de promover o alargamento das formas de cooperação, bem como a conquista da autonomia dos assentados, sobretudo em relação aos processos de dominação econômica e cultural historicamente impostos pelo trabalho de assistência técnica realizados pelas instituições extencionistas junto aos assentamentos rurais (RIBEIRO, 2001, p.147).

Na década de 90 se seguiu uma ampla discussão sobre os rumos e as perspectivas de cooperação para os assentamentos do MST, bem como o seu ideário de cooperação, suas vantagens e limites (CONCRAB, 1998). A concepção de cooperação para o Movimento passava pelo desenvolvimento econômico dos assentados, mas também visava um novo projeto de sociedade (BONAMIGO, 2002, p.74).

Quadro 2 – Diferença entre cooperativa alternativa X cooperativa tradicional

Princípios para um Cooperativismo Alternativo		
	Cooperativismo Alternativo	Cooperativismo tradicional
1. Caráter de sociedade	Político (visa a transformação da Empresa econômica – buscar melhorar as condições de vida dos associados).	Empresa econômica
2. Finalidade	Produção (organização da produção, da roça até a industrialização)	Comércio (circulação de mercadoria)
3. Organização do Trabalho	Produção Familiar Cooperativada (visa incentivar e desenvolve a cooperação).	Produção Familiar individual ou Empresa Familiar.
4. Base da Cooperativa	Trabalha com todos associados e não associados.	Trabalha com os interessados (os associados)
5. Valorização do Associado	Visa ser MASSIVA. Trabalha para não perder os associados. Por isso busca formas de os incluir.	Vale se der retorno econômico, por isto procura SELECIONAR os associados. É excludente.
6. Classe dos associados	Uniclassista (só pequenos). Algumas colocam estatuariamente limite de área de terra para se associar.	Pluriclassista (grandes e pequenos na mesma cooperativa). Na prática beneficia mais os grandes.
7. Distribuição das sobras	Deve ser distribuído para o associado em dinheiro (retorno direto) ou em serviços por eles decidido (retorno indireto).	Normalmente não distribui. É reinvestido na cooperativa. Algumas chegam a não corrigir o capital dos sócios para aumentar o capital da cooperativa.
8. Direção	Coletiva com responsabilidade pessoal. A direção legal fica em segundo plano.	Legal (presidencial).
9. Poder dos associados para defender seus interesses	Através dos NÚCLEOS (discutem antes).	Através da escola da direção.
10. Organização Cooperativa	Construir um espaço alternativo.	Filiação a OCB e as OCEs.
11. Método	Dar condições para os associados descobrir, perceber.	Apresentar propostas prontas ou induzir para que os associados assumam os planos da direção.
12. Núcleos	Ferramenta para construir a organicidade. Funciona de baixo para cima.	Instrumento da Direção. Procuram cooptar o líder para ele passar os interesses da direção.
13. Acesso à informação	Alto.	Baixo.
14. Participação dos associados	Alta.	Baixa.
15. Planejamento	De baixo para cima.	De cima para baixo.
16. Formação	Política-ideológica e Técnica	Técnica.
17. Associado	A mulher, o Homem (casal) e os filhos maiores que trabalham em casa.	Um por família (empresa), isto é, o chefe (normalmente o homem).
18. Desenvolvimento	Conforme um Projeto de desenvolvimento Regional.	Conforme a cabeça dos dirigentes.
19. Participação na Luta	Política (solidariedade) e Econômica.	Econômica.
20. Projetos ou planos	Os associados participam da elaboração.	Através de “pacotes”. Já vem prontos e são apresentados para serem aprovados.
21. Rotação de dirigentes	Deve investir na formação de novos dirigentes.	Baixa.
22. Preocupação com a viabilidade	Do conjunto dos associados.	Da cooperativa (cada vez mais se tornam uma empresa de capital).

Fonte: Caderno de Cooperação Agrícola n.º 5 – Sistema Cooperativista dos Assentados

O quadro acima, apresenta a comparação entre o cooperativismo tradicional e, os princípios do cooperativismo alternativo, amplamente difundidos nos assentamentos do

MST. Segundo a Concrab (1996) a história do cooperativismo tradicional no Brasil, se desenvolve dentro do paradigma capitalista de cooperação, tendo por objetivo final, o lucro. Em vista disso, o MST responsabiliza as cooperativas tradicionais, pois estariam a serviço do governo, sobretudo a partir da década de 70, com os processos de modernização da agricultura que ocorriam no campo. As cooperativas contribuíram para a introdução do modelo tecnológico de produção no meio rural, contribuindo com os governos da época. Dessa forma, praticamente toda a produção agrícola do sul do Brasil, estaria sob o domínio das cooperativas que tinham fácil penetração em meio aos pequenos agricultores que associavam-se a essas corporações e vendiam o produtos de suas colheitas exclusivamente a elas. Dessa forma, “elas foram instrumento do sistema capitalista que é responsável pela miséria que vivem os pequenos agricultores e também pelo êxodo rural” (CONCRAB, 1996, p.82). Na visão de Elenar Ferreira (2000),

“A criação do sistema cooperativista dos assentados, desvinculado da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), possibilitou autonomia em relação ao governo e às grandes corporações cooperativistas, comandadas por empresários. Essa desvinculação deu independência de atuação política, liberdade de expressão, baseada na concepção de cooperativismo como um instrumento de luta e de classe” (FERREIRA apud SINGER, 2000, p.86-87).

Atualmente, o MST considera o sistema cooperativo tradicional como organizações empresariais concentrando grande número de pequenos agricultores como sócios. Contudo, segundo o Movimento, esses agricultores muitas vezes desconhecem até mesmo o local da sede da cooperativa, como é estruturada, quem são seus diretores e, principalmente, para onde vai o lucro da empresa.

Ainda, segundo a Concrab (2008), as cooperativas do MST possuem amplo diferencial em relação às cooperativas tradicionais, sobretudo na estrutura dos objetivos e nas condições na implantação. Nas organizações cooperativas dos assentamentos, os objetivos são a participação democrática, a inclusão do associado e, sobretudo o desenvolvimento do ser humano (CONCRAB, 2008). Já as demais empresas cooperativas, de maneira geral, têm como objetivo central o lucro. No início de uma organização cooperativa de assentados, ela possui inicialmente um quadro de sócios com mão-de-obra pouco qualificada. Gradativamente, ela procura obter acesso aos recursos materiais, financeiros e tecnológicos, necessários para a consolidação da empresa social.

De outra parte, as cooperativas empresariais ou tradicionais, percorrem outra trajetória; a empresa surge com os recursos materiais, financeiros e tecnológicos indispensáveis para sua materialização e, só após é que contratam mão-de-obra qualificada, ou seja, profissionais que se enquadram no perfil da cultura da empresa. Na ótica de Boaventura de Souza Santos, o cooperativismo tradicional deu forma a experiências exemplares de economia solidária. Para ele,

“(…) as cooperativas surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, a partir de uma perspectiva progressista, porque estão organizadas de acordo com princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado. (...) As cooperativas de trabalhadores ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico e, com isso, estendem o princípio de cidadania à gestão das empresas” (SANTOS, 2002, p.36-37).

O MST caracteriza as cooperativas de produção agropecuária, como uma forma de cooperação superior. Para o Movimento, não se pode deixar de estimular o trabalho coletivo, visto que esta forma superior de cooperação, tem um sentido estratégico e uma razão de ser e de conceber a agricultura para o MST. Além das cooperativas, podem coexistir num mesmo assentamento, diferentes formas de cooperação, desde as mais simples até as mais complexas. O Sistema Cooperativista do MST, procura trabalhar com todos os assentamentos com a finalidade de assessorá-los, avançando para além da dimensão econômica, procurando atingir os planos cultural, político e social, independente da forma de cooperação adotada. Conforme a concepção de cooperação do MST,

“Os assentados devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança na sociedade. Para isso deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo. Para nós a cooperação não é vista apenas como objetivos sócio-políticos, organizativos e econômicos que ela proporciona. Ela é, para nós, uma ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentados em núcleos de base, a liberação de militantes, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente, para a luta política” (CADERNO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA N.º 5).

As formas de trabalho, através da cooperação agrícola nos assentamentos, podem então, ser concebidas em forma de cooperativa de produção agropecuária (CPA);

cooperativa de prestação de serviços (CPS); troca de serviço; mutirões; grupos vizinhos; grupo semi-coletivo; grupo coletivo; associações; associações de desenvolvimento; associações de máquinas, entre outras. (COCEARGS, 1992).

No Assentamento Trinta de Maio, a forma de trabalho escolhida por ocasião da sua fundação foi a produção familiar cooperada, ou seja, através de uma cooperativa de produção agropecuária (CPA). Após alguns anos, algumas famílias se desmembraram da cooperativa e passaram a desenvolver a produção familiar individual, trabalhando no seu lote, sozinhas ou com a ajuda de outras famílias, até fundarem uma associação. Entretanto, a empresa cooperativa (Copac) foi a forma de trabalho que melhor representou a cooperação agrícola no Assentamento Trinta de Maio.

Atualmente, a cooperativa é constituída pela seguinte estrutura organizacional e estrutural: cinco setores de trabalho: Produção Vegetal, Produção Animal, Abatedor, Serviços Sociais e Mercado. Cada setor possui autonomia e área definida de atuação. A mão-de-obra destinada a cada setor depende da demanda de trabalho que pode oscilar a cada período ou ciclo de plantio.

A assembléia geral dos associados é a instância máxima de decisão da cooperativa. É somente nesta instância que podem ser aprovados demonstrativos de resultados, balanço patrimonial, estatuto social e regimento interno, bem como inclusão e exclusão de sócios. Os assuntos considerados de maior relevância para a cooperativa são aprovados por maioria absoluta (no caso de inclusão ou exclusão de sócios ou na compra de maquinário de alto valor). As demandas de menor relevância são aprovadas por maioria simples (50% mais um).

A estrutura orgânica da empresa cooperativa possui uma direção geral composta por seis membros, sendo um coordenador para cada setor de produção e um representante responsável pela área financeira e comercial. Possui ainda um Conselho Fiscal. Nesta estrutura organizativa, as discussões e planejamentos passam primeiramente pelos setores e pela direção, até chegar na assembléia geral. Nas reuniões dos setores ou assembléias gerais, todos os sócios têm o direito e dever de participar com idéias e propostas, contudo, na execução das tarefas, todos devem seguir as orientações do coordenador de setor. Sobre a participação nas assembléias, um ex-sócio da cooperativa assim se posiciona:

“Se a gente participar de uma reunião e só você falar e dizer o que é necessário ser feito e nós ficamos quietos e não participamos e nem

opinamos, cada vez nós estaremos deixando de aprender. Nós nunca iremos ser o sujeito da história, nós nunca iremos ter posição. Porque é muito cômodo para mim chegar numa reunião e ouvir uma pessoa dizer que concorda comigo. Essa pessoa não vai se tornar um cidadão, você não vai ter posição e é preciso ter posição diferenciada dentro de uma cooperativa para fazer as pessoas evoluírem politicamente, como pessoa, como ser humano. E isso não está mais acontecendo na COPAC” (Entrevistado 1).

Esse depoimento aponta para as prováveis fragilidades existentes na formação educativa dos sócios da cooperativa, desencadeando uma contradição, que tem como cerne, o estímulo ou a acomodação na participação ativa dos cooperados. Se o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) é responsável pela organização de base dos assentados e pelo processo de massificação da cooperação agrícola no assentamento, seus dirigentes deveriam, para além de suas cartilhas de orientação distribuídas nos assentamentos, propiciar uma formação efetiva e continuada tendo em vista a emancipação da consciência política e social do assentado e do cooperado, sobretudo nos processos internos de participação, como nas reuniões dos setores e nas assembléias, espaços propícios para que possam exercer a democracia participativa.

4. UM OLHAR SOBRE A REALIDADE E A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO: ANALISANDO AS ENTREVISTAS E DOCUMENTOS E INTEPRETANDO O FENÔMENO PESQUISADO

À luz da pesquisa empírica, a abordagem deste capítulo enfatiza a análise das entrevistas e documentos do Assentamento, procurando interpretá-los em busca de respostas ao fenômeno pesquisado. Procura-se elucidar qual o espaço para a realização das experiências sócio-educativas das famílias assentadas: os processos de organização do trabalho e da produção econômica, bem como a importância da educação cooperativa como método de compreensão e conscientização das famílias sobre a importância do trabalho na empresa cooperativa como possibilidade de combater o modelo capitalista de trabalho e a racionalidade instrumental. O capítulo aborda também as possibilidades para a produção da autonomia individual das famílias do assentamento que decidiram sair da cooperativa e retomar seus projetos de vida através dos lotes individuais e, da associação com outras famílias.

4.1. As experiências sócio-educativas das famílias do Assentamento Trinta de Maio

Assentadas no ano de 1989, as 46 famílias iniciaram um debate interno com o Movimento para decidirem qual seria o modelo de organização a seguir que mais se adequasse às diretrizes do MST. Nessas circunstâncias nasceria a cooperativa dos assentados de Charqueadas, uma vez que a direção do MST sugeria na época que todas as famílias assentadas procurassem organizar seu modo de produzir a vida e os alimentos no modelo de cooperativas de produção agrária.

Para organizar as famílias em cooperativa, o MST realizou um período de cursos preparatórios chamados laboratório organizacional de campo. Após mais de 30 dias de intensa formação, todas as famílias do Assentamento Trinta de Maio passaram a organizar o trabalho em forma de cooperativa. Após as diversas experiências sócio-educativas realizadas durante o período de acampamento, pode-se afirmar que, mesmo através de uma estrutura extremamente verticalizada no interior da organização do Movimento, o Laboratório Organizacional de Campo foi a primeira grande experiência sócio-educativa realizada pelas famílias assentadas, culminando com a criação de uma cooperativa de produção agropecuária (CPA). Um assentado que excluiu-se recentemente do quadro de sócios da cooperativa afirma que,

“a cooperativa foi fundada numa decisão de todos para que a gente pudesse tentar obter conquistas de forma coletiva e, por consequência, de forma mais fácil. E com a criação da cooperativa, com certeza a gente conseguiu luz elétrica mais fácil, conseguimos adquirir créditos para a aquisição de implementos agrícolas e tratores com mais facilidade e, isso eu sempre citava como exemplo quando a gente recebia visitas de outras instituições aqui no assentamento. Se a gente pegava o recurso do governo federal que era em torno de R\$1.000,00 por família, não valia a pena investir essa verba de forma individual, pois não se conseguia comprar nada. Agora, se a gente juntasse esses R\$1.000,00 em 46 famílias, nós tínhamos R\$46.000,00. Com esse dinheiro nós podíamos planejar alguma coisa. Então, esse dinheiro foi fundamental na aquisição dos primeiros maquinários, do trator, para nós darmos os primeiros passos na questão da produção do assentamento” (Entrevistado 4).

Após a fundação do empreendimento autogestionário, os cooperados iniciaram uma nova fase de estruturação dos seus projetos de vida, através da participação ativa no modelo de trabalho coletivo e cooperativo, engendrando novas formas de processos educativos. O próprio trabalho cooperativo desenvolvido pelos assentados, possui um princípio educativo e, Célia Regina Vendramini (2007) afirma que as experiências sócio-educativas são processos em que as pessoas, através da educação informal, apreendem saberes que têm origem em suas trajetórias de vida (VENDRAMINI, 2007, p.128).

A cooperativa e a associação existentes no Assentamento Trinta de Maio podem ser considerados modelos estratégicos de empreendimentos solidários no combate ao capitalismo e, ao mesmo tempo, uma forma alternativa de sobrevivência das famílias assentadas. No curso deste processo, os assentados procuraram seguir as orientações do MST, pautando-se por um projeto educacional imbricado a um projeto político de transformação da sociedade. Nesse sentido, Mézsáros (2005) assim se pronuncia:

“A nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo (...). E vice versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso” (MÉSZÁROS, 2005, p.76).

No conjunto de fatores desenvolvidos pelo MST e, associados à vida dos assentados, tais como a organização, os embates, a cooperação e o trabalho coletivo, percebe-se que os processos sócio-educativos são a personificação de todos esses movimentos edificados de forma coletiva e, formados no percurso das relações sociais que emergem na trajetória do assentamento. Dessa forma, os processos sócio-educativos vivenciados pelos assentados “instrumentaliza os mesmos “para o trabalho, para a cooperação, para as lutas junto ao MST, ao partido político, à militância ecológica (...)” entre outras causas (VENDRAMINI, 2007, p.130).

No Assentamento Trinta de Maio, as relações sociais e de trabalho cooperativo, ocorrem através da cooperativa de produção agropecuária. Ao iniciar essa experiência de cooperação no ano de 1991, os assentados passaram por um processo de qualificação a fim de clarificar as condições objetivas para a formação de uma empresa cooperativa. Nesse processo, o Sistema Cooperativista dos Assentados, coloca como necessidade, o desencadeamento de estratégias para garantir uma educação cooperativista de forma continuada, a fim de evitar os “desvios” caracterizados pelo Movimento como o comodismo ou o individualismo. Contudo, a cultura dos assentados se orientava pelo individualismo, chocando-se com a “imposição” de um modelo pautado pela cooperação e coletivização da terra. Nestes moldes, um atual dirigente da cooperativa faz o seguinte relato:

“No início todas as famílias aderiram à cooperativa, até porque ninguém tinha experiência de trabalho em cooperativa. Então todos queriam experimentar. Mas alguns tinham uma visão um pouco deturpada, se der certo a gente toca e se não der certo cada família segue para o seu lado. E como no MST e na Copac as pessoas são livres, com o tempo as pessoas vão mudando. A cooperativa é diferente do acampamento. (...) No assentamento e na cooperativa, a organização visa mais a produção. E como se dá esse processo de transição do individual que eu tinha e que eu fui criado, para o coletivo? Lá no individual era a minha junta de bois, a minha vaquinha. Aqui são as nossas vacas, é o nosso gado de campo” (Entrevistado 3).

Para a Copac, os objetivos para uma educação cooperativa devem ser pautados pelos princípios da formação política continuada e pelos processos sócio-educativos que ocorrem no interior da organização cooperativa tais como: rotatividade dos sócios entre os setores, inclusive na coordenação; qualificação técnica por atividade, elevação do grau de escolaridade, ambiente propício para planejamento de ações coletivas na

dimensão econômica, política, religiosa e cultural, ampliação da consciência coletiva dos sócios, para transformar o trabalho cooperativo em um valor e um prazer.

A educação cooperativa deve ocorrer de forma continuada e sistemática, a fim de promover mudanças nas atitudes e hábitos individualistas arraigados na cultura dos assentados. Através da educação cooperativa, o quadro de sócios da Copac pode refletir e problematizar sobre os princípios, vantagens e desvantagens que emergem do trabalho coletivo. À medida que a compreensão dos assentados evolui, o horizonte de vantagens para a cooperativa e seus cooperados também se amplia, visto que o associado acumula, ao mesmo tempo, as funções de proprietário, usuário e dirigente do empreendimento sócio-econômico, através da participação democrática e das decisões coletivas em assembleias.

Por meio da educação cooperativa, os sócios, ao realizarem as atividades em seus setores passam a conhecer e refletir de forma crítica sobre os problemas enfrentados no grupo, apontando medidas para procurar resolvê-los da forma mais adequada, dividindo a responsabilidade com o grupo. A educação cooperativa também favorece o desenvolvimento de novos valores culturais e individuais como a auto-confiança e a auto-crítica, a participação social e a democracia participativa. Em relação à implementação de uma educação cooperativa através de metodologias adequadas, José Odelso Schneider (1999) é vigoroso ao afirmar que,

“O esforço para mudar o sistema econômico requer muita educação. A cooperação como uma forma especial de ajuda mútua, apela a motivações bem distintas das do auto-interesse ou de impulsos egoístas. Uma disciplina coletiva livremente assumida requer um crescimento cultivado através da educação. Requerem-se novos valores, novas idéias, novos padrões de comportamento, novos hábitos de pensamento e de conduta, baseados nos valores superiores da associação cooperativa. Portanto, nenhuma cooperativa pode dispensar a educação” (SCHNEIDER, 1999, p.134).

Na falta de uma educação cooperativa consistente e sistemática, os sócios da cooperativa acabam por não assimilar e aceitar as transformações sócio-culturais de (des)construção de um *ethos* mais individualizado para a (re)construção de uma nova cultura, configurada no modelo coletivo de orientação dos projetos de vida dos cooperados. Sobre a temática da falta de formação para a cooperação, um ex-sócio da cooperativa assim se pronuncia:

“A nossa formação de família é uma formação individual. Isso de todas as famílias que estão na cooperativa também. E a educação, a comunidade, a igreja, nos formam para sermos individuais. E se a cooperativa não mantém uma formação permanente da importância do coletivo e da cooperação, não tem como dar certo. O individual passa a ser mais forte. Então a gente tem exemplos concretos na questão da educação. Quando a gente não tinha luz elétrica no assentamento a participação e o rendimento das crianças era melhor. O crescimento na educação e as discussões no coletivo eram melhores. Quando a gente trabalhava em conjunto na lavoura, as conversas e discussões se davam enquanto a gente trabalhava, era sobre o que nós íamos fazer amanhã. O que era melhor para o coletivo, o que era melhor para a cooperativa, etc. (...) Então a cooperativa começou a abandonar a questão das discussões e das formações coletivas e para mim, uma cooperativa tem que ser coletiva. Se a cooperativa não for coletiva, não é mais cooperativa e sim uma empresa capitalista, pois acaba abandonando os princípios do coletivo, da cooperação e ela passa a ser gerida como uma empresa capitalista e como qualquer outra cooperativa tradicional que nós encontramos hoje na sociedade (...)” (Entrevistado 1).

Dessa forma, muitos assentados acabam por resistir ainda mais à incorporação de novos valores culturais pautados pelo trabalho coletivo e, acabam por “transformar as orientações e a ideologia do MST numa experiência própria, com diferentes facetas, de acordo com cada família e cada grupo” (VENDRAMINI, 2000, p.199).

Este cenário vem se desenhando no Assentamento Trinta de Maio ao longo de sua existência. Fatores sócio-educativos e culturais redesenharam os planos das 46 famílias que, em 1991, após o Laboratório Organizacional de Campo, passaram a trabalhar em uma Cooperativa de Produção Agropecuária. Entretanto, no período de realização da pesquisa de campo e, das constantes visitas ao assentamento a partir de 2006, pôde-se constatar que a organização cooperativa passava por uma diversidade de problemas estruturais e sócio-culturais, sendo permeada de contradições.

Neste contexto e, de forma gradativa, algumas famílias estavam solicitando sua exclusão do quadro de associados e começaram suas vidas em seus lotes individuais. Nesse período já se podia constatar uma preocupação da cooperativa com a dimensão econômica, em detrimento das dimensões política, educacional e cultural que ficaram relegadas a segundo plano. É compreensível que, inserida no mercado capitalista, a cooperativa priorizasse o setor econômico, tendo em vista a luta pela sobrevivência. Contudo, alguns valores sobre a cooperação e a solidariedade, apregoados pelo Movimento dos Sem Terra em relação às cooperativas de produção agrária, poderiam ser melhor desenvolvidos e cultivados entre o quadro de sócios e suas famílias, através de uma formação específica e continuada para a educação cooperativista.

Contudo, ao priorizar a racionalidade instrumental, a formação para uma educação cooperativa e para uma consciência politicamente emancipada foram anulando-se de forma gradativa. Sobre o abandono de uma política de formação um dos entrevistados faz uma recapitulação do início do processo de formação do empreendimento cooperativo dizendo que,

“a cooperativa foi se estruturando, com abatedouro, com mercado, e ela foi crescendo economicamente, só que não foi crescendo a questão política junto. Quer dizer, o coletivo que existia lá no início da cooperativa, começou a ficar em segundo plano” (Entrevistado 1).

A esses fatores, pode-se atribuir, em parte, o pedido de desligamento de 24 famílias que resolveram abandonar a Copac, passando a se orientar pelo modo de produção em seus lotes individuais, ressignificando o conceito de cooperação, através da formação de uma associação de trabalhadores rurais. Entretanto, outro assentado, sócio da cooperativa, rebate a afirmação de que o coletivo ficava em segundo plano, jogando para os assentados da cooperativa, a responsabilidade de compreender e fazer cumprir as decisões da maioria para não prejudicar o andamento dos trabalhos e os seus próprios companheiros que formam o coletivo:

“(..) no coletivo tu tem o espaço de fazer e de dizer o que você pensa, mas também tem um espaço de ouvir e acatar o que a maioria decidiu. Se a maioria decidiu que vamos plantar 10 hectares de batata, e eu queria plantar aipim, não adianta plantar batata e ir criticando. É uma mudança profunda do comportamento, pra fazer parte desse processo, pra poder contribuir. Não basta você saber fazer coisas, tu tem que estar no espírito, tu tem que forcejar pra que aquele batatal dê certo também porque é dali que tu vai tirar o sustento do coletivo. Se a pessoa não tem essa convicção política, ela muitas vezes vai dizer, “ta vendo, eu disse que isso aí não ia dar em nada”, e daí fica lá desanimando o grupo e tocando pra traz. Isso não evolui no processo” (Entrevistado 9).

Apesar da defesa do trabalho cooperativo através da consciência política e emancipada, evidenciada na fala acima, a problemática do abandono e da saída de sócios das cooperativas agrícolas se agravou, multiplicando-se pelos assentamentos rurais espalhados pelo Brasil. Preocupados em organizar os assentados individuais em algum arranjo grupal (associação, grupo de máquinas, etc.), dirigentes do MST de quase todos os Estados, realizaram um seminário nacional em abril de 1994, e como encaminhamento das discussões e conclusões do evento, lançaram uma cartilha

intitulada “Como organizar os assentados individuais”, procurando incentivar a participação do maior número possível de assentados individuais na organização de processos cooperativos mais simples, e nas atividades de organizações da classe trabalhadora, como sindicatos e partidos políticos.

No ano de 2008, em conversa informal com uma dirigente do setor de educação da COCEARGS, esta relatou que o Movimento já não priorizava o sistema de formação de cooperativas, em novos assentamentos, deixando as famílias assentadas seguirem suas próprias orientações na escolha dos modelos de organização cooperativa.

4.2. O trabalho cooperativo na Copac: entre o princípio educativo e a racionalidade instrumental

No primeiro ano de sua existência, a cooperativa de produção agrícola dos assentados de Charqueadas direcionava sua produção de alimentos basicamente para o próprio sustento das famílias associadas. Como foi citado anteriormente, o primeiro ano no assentamento foi de intensa formação política e técnica, através de cursos, reuniões e capacitações, procurando dar organicidade à empresa cooperativa. O Laboratório Organizacional de Campo, realizado entre os meses de maio e junho de 1991, causou grande impacto na orientação político-ideológica dos assentados.

A partir da organização dos assentados no modelo de trabalho cooperativo, o quadro de sócios passou a encaminhar projetos junto ao governo federal (PROCERA), no intuito de captar recursos financeiros para aplicar em linhas de produção agrária para a comercialização. Através dos recursos liberados e aplicados nas linhas de produção agrícola, a cooperativa gradativamente foi se estruturando em setores e a produção agropecuária foi aumentando e se diversificando. O que sobrava era investido novamente na produção. Dessa forma, em pouco mais de dois anos, ou seja, a partir de 1993, as famílias saíram das barracas de lona após dois anos de assentamento para residir em pequenas casas de madeira construídas pelas próprias famílias em sistema de mutirão, nos terrenos da agrovila.

A produção de grãos (arroz e milho) e hortigranjeiros que, até então, era comercializada em feiras livres do município de Charqueadas, vendas diretas ao consumidor e outros tipos de comercialização, passa a ter novo destino a partir de 26 de Outubro de 1999. Com esforço de todos os sócios que ainda faziam parte da cooperativa, foi inaugurado o Supermercado COPAC, situado no centro de

Charqueadas. Sobre os motivos que levaram à criação do mercado, um ex-sócio assim se pronuncia:

“A idéia de construir um mercado no centro da cidade surgiu das tentativas frustradas de comercializar nossos produtos nas feiras, da forma desrespeitosa com que o poder público tratou essa grande iniciativa que era a feira direta ao consumidor, destruindo uma idéia que poderia ter prosperado muito. Aí nós começamos a batalhar de forma autônoma, buscar recursos para ter o próprio mercado e poder comercializar os produtos, diretamente, sem interferência do poder público. O mercado foi fundado em 1997. A nossa idéia foi de comercializar os produtos em geral, porque seria mais uma forma de os consumidores poder comprar os produtos do assentamento. Porque tu sabe que quando as pessoas vão para o mercado, elas querem comprar tudo o que precisam e, nem tudo a Copac pode produzir e industrializar como nós gostaríamos. Então a gente pensou em montar um mercado misto, vendendo produtos industrializados e vendendo os nossos produtos. Mas eu acredito que futuramente a gente consiga produzir, processar e industrializar o maior número de itens para serem ofertados para a comunidade de forma autônoma” (Entrevistado 5).

A construção do mercado da cooperativa, no centro de Charqueadas era um antigo sonho alimentado pelo quadro de sócios e dirigentes da Copac. Os locais para a comercialização dos produtos do assentamento não podiam mais ficar sob o domínio do poder público municipal, sobretudo, pela precariedade dos espaços de comercialização e pela dificuldade dos órgãos públicos em organizar as feiras livres. Em contrapartida, a produção agrícola da Copac se ampliava a cada ano, sobretudo pela diversificação dos novos setores de produção, demandando um espaço próprio de comercialização.

A partir deste período, o arroz e o milho produzidos pela cooperativa passaram pelo processo de beneficiamento, sendo comercializados com a marca COPAC, além dos alimentos produzidos nos demais setores da cooperativa como a horta, a padaria e o abatedouro. Anos depois, a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, passou a comprar toda a produção de grãos da cooperativa para exportar a outros países.

O preço pago por saca era considerado bom pelos sócios da cooperativa e, por este motivo, o processo de beneficiamento do arroz e do milho com a marca Copac, que antes era comercializado no mercado da cooperativa e para outros mercados, foi suspenso. Contraditoriamente, a cooperativa passou a revender marcas de grãos como o arroz e o milho, beneficiadas por empresas capitalistas ou cooperativas tradicionais. Poucos produtos de outras cooperativas da reforma agrária podiam ser encontrados no mercado da Copac.

A intercooperação, segundo relato de alguns dirigentes, não ocorria pelo alto custo a ser pago para transportar produtos da reforma agrária de uma cooperativa a outra, sobretudo pela distância em se que encontravam. Nesse sentido, outra contradição pode ser apontada, uma vez que o mercado da cooperativa necessitava se manter economicamente viável. Para isso, colocava nas gôndolas do mercado, produtos beneficiados e industrializados por empresas capitalistas, contrariando assim, os valores socialistas difundidos pelo MST.

Com o aumento do número de fregueses que eram atraídos ao mercado pela propaganda dos produtos alimentícios de melhor qualidade, por serem oriundos do assentamento, o setor responsável passou a demandar um maior número de sócios para atender a ampliação da clientela. Foram realizadas assembleias para resolver o problema da carência de mão-de-obra no mercado, suprimindo algumas funções entre setores essenciais de produção agrícola no assentamento e, destinando essa força de trabalho para ser aproveitada no mercado.

A demanda de trabalho era tanta, que alguns setores agrícolas como o aviário, foram completamente desativados e, o mercado passou a comprar frango de frigoríficos e revender no açougue do mercado. O investimento na mão-de-obra dos jovens passou a ser maior, pois, na visão dos dirigentes da cooperativa, eles têm maior facilidade de trabalhar no mercado por fatores como melhor adequação à cultura urbana e mais rapidez no atendimento aos clientes e na operacionalização das novas tecnologias empregadas no empreendimento:

“Hoje nossos jovens ocupam postos de trabalho importantes. São caixas do mercado que tem uma ligação direta com a comunidade e uma representação do MST muito boa aqui em Charqueadas. E nós já estamos entre os três maiores mercados da cidade. Mas o nosso mercado é diferencial. Por exemplo, nós continuamos a fazer todos os anos, feiras e exposições no shopping, de produtos que nós produzimos a partir da agricultura familiar (...) a gente vem para a cidade trabalhar, nossas crianças vem para a cidade estudar, então acabam incorporando uma outra cultura. Então lá no campo, no assentamento, se tinham uma educação mais voltada para a horta, como é que se produziam alguns produtos, etc. Aqui já é diferente. Aí os jovens vão se formando, passando de ano, e aí vão para onde? Onde tem a necessidade maior hoje? Então para mexer em computador os jovens são mais expertos. Então para trabalhar no caixa do supermercado vai um jovem lá. Precisamos alguém para começar a fazer os serviços de banco, então vem mais um jovem para cá. Precisamos lançar os produtos do mercado no computador, então vem outro jovem. (...) Hoje, 80% do mercado é composto de jovens do assentamento. E assim acaba tendo uma outra cultura da

convivência e da mídia. E aí também se vive essa cultura do urbano que acaba se chocando com a nossa identidade rural” (Entrevistado 3).

A horta também passou por um processo de transição agroecológica neste período. Antes do mercado, a cooperativa mantinha cerca de trinta estufas para produção de hortaliças. Entretanto, a escolha pelo modo de produção orgânica, diminuiu a produção e, a mão-de-obra excedente aplicada na horta foi transferida para o mercado.

A baixa produção de hortaliças orgânicas cristalizada no processo produtivo mais demorado e, conseqüentemente no valor agregado mais elevado, fez a direção da cooperativa tomar uma decisão: passar a comercializar no mercado, horti-fruti-granjeiros adquiridos na CEASA e revendidos no mercado. A preferência pelo consumo oriundo da produção de hortaliças orgânicas foi dado às famílias da cooperativa tendo em vista a baixa e demorada produtividade. Quando havia excedentes, estes eram comercializados no mercado, com uma identificação especial, para diferenciar das demais hortaliças oriundas da CEASA.

A partir da fundação do mercado no centro da cidade de Charqueadas, os ‘colonos’, como são conhecidos pela população urbana, passaram a ser mais respeitados e, o esteriótipo do sujeito sem-terra ‘vagabundo’ e ‘baderneiro’ modificou a visão negativa que a comunidade mantinha em relação aos assentados. A boa relação estabelecida entre os sócios da cooperativa e os clientes do mercado, trouxe muitas vantagens econômicas e sociais através da comercialização dos alimentos produzidos no assentamento e, dos demais produtos industrializados.

Alguns sócios apostavam muito na viabilidade e rentabilidade que o mercado poderia trazer à cooperativa, sobretudo, porque sob a ótica dos associados, esse empreendimento traria um diferencial em termos de comercialização de produtos, uma vez que só o mercado da cooperativa colocava produtos da reforma agrária para serem vendidos no mercado. Neste contexto, os associados tinham clareza de que o mercado da cooperativa, apesar de ter o diferencial na comercialização de alguns produtos, estava entrando na lógica capitalista de competitividade, sobretudo com outros mercados do município que passaram a ser vistos como concorrentes:

“(…) Tu tá dentro de uma sociedade que tem que competir, tem que se organizar e mostrar uma viabilidade, e a cooperativa foi que deu a resposta para essa viabilização, ou seja, deu um formato de maior competição no mercado (…)” (Entrevistado 9).

Com pouco tempo de existência, o mercado passou a representar uma receita de lucros de mais de 50% de toda a produção da cooperativa, sendo considerado um setor diferenciado dos demais setores de produção agrícola. Conforme relato de um sócio que trabalha no mercado, atualmente este setor tem representado mais de 80% de toda a receita da cooperativa. Já outro sócio foi mais cauteloso em apontar numerários ou porcentagens, mas da mesma forma que seu colega, afirmou ser o mercado, um instrumento importante de geração de renda para as famílias:

“Eu acredito que o mercado é um complemento, mas é um complemento muito significativo. Como a gente trabalha muito essa visão de valorizar o todo eu não saberia dizer quantos por cento, mas o mercado contribui com uma fatia grande. O mercado agrega valor. No caso o mercado tem uma geração de trabalho para as famílias (...)” (Entrevistado 3).

Esse fator transformou a rotina de trabalho da maior parte dos assentados, uma vez que, pelo menos em um turno da semana, dentro do sistema de rotatividade de trabalhadores, aplicam sua força de trabalho no mercado em vários setores: açougue, padaria, suprimento, depósito, caixa-registradora, pacote, horti-fruti-granjeiros, programação, recepção de fornecedores, compras, contabilidade, serviço de banco e no refeitório. Este último é parte importante da cooperativa, pois nasceu durante o Laboratório Organizacional de Campo e perdura até hoje. Sua importância ocorre na medida em que, enquanto uma parte dos sócios trabalha nos setores da cooperativa, um grupo menor, geralmente composto por mulheres, fica responsável pelo preparo das refeições coletivas que ocorrem de segundas a sextas-feiras no assentamento e, de segundas a sábados no mercado.

Dessa forma, além de haver uma otimização do tempo de trabalho do cooperado, os mesmos ainda partilham as refeições de forma coletiva, sendo esta ocasião, um importante momento de sociabilidade que ocorre entre os sócios. Durante a pesquisa de campo, por muitas vezes almocei no refeitório do mercado, junto aos cooperados e, pude presenciar até mesmo a realização de pequenas reuniões após o almoço, para tomada de decisões que não necessitavam ser levadas à assembléia.

A partir de julho de 2009, as refeições servidas pela cooperativa passaram a ser descontadas do salário mensal recebido pelos sócios. Cada refeição passou a ser servida ao valor de R\$1,00. A justificativa para essa decisão, segundo os dirigentes da cooperativa, repousava na problemática do aumento considerável dos alimentos e na

queda de produtividade e receita da cooperativa. Essa decisão também parece estar imbuída de contradições, uma vez que a maior parte dos alimentos servidos nas refeições coletivas, são oriundos do próprio assentamento. Em 2009 também houve um problema de operacionalidade com os fogões industriais no refeitório da cooperativa localizado no assentamento. Os fogões estragaram e as refeições coletivas foram canceladas pelo período de três meses. As famílias se viram obrigadas a realizar as refeições em suas próprias residências, até a assembléia geral decidir pelas opções colocadas em pauta: a compra de novos fogões industriais ou a construção de um fogão de barro com uma chapa de ferro movido a lenha, muito conhecido no meio rural por 'jipão'. Buscando reduzir custos e acelerar o processo de retomada do preparo das refeições coletivas, a assembléia optou pela segunda opção. A fala de uma sócia, coordenadora do setor social revela a tensão entre os cooperados causada pelo estrago do fogão e, sobretudo pela morosidade na tomada de decisão para promover a resolução do problema:

“Os almoços coletivos do assentamento estão parados por causa do estado precário do outro fogão industrial que nós tínhamos. Daí a gente parou para dar uma reformada nos fogões para voltar de novo. Mas daí a gente está fazendo um 'jipão' e está sendo difícil encontrar a chapa do tamanho que é, e fazer o novo fogão. Mas nós já estamos questionando e estamos 'apertando' e dizendo que tem que voltar a funcionar, porque já está parado há uns dois meses. E, as famílias que ficam lá (no assentamento) ao meio-dia ficam reclamando porque enquanto aqui no mercado o almoço coletivo está funcionando, lá cada família precisa fazer o seu almoço. Aí as mulheres tem que sair dos seus setores mais cedo para preparar o almoço e os homens que são sozinhos também já tem que largar do trabalho mais cedo pra preparar o almoço. Então está 'apertando'. Até o fim do ano a gente quer ver se aprontamos essa reforma” (Entrevistado 10).

Por um lado, a cooperativa trouxe para seus sócios, uma série de conquistas e melhorias na qualidade de vida e de trabalho destes sujeitos, colocando-os na condição de detentores de direitos e deveres a serem praticados e respeitados na empresa cooperativa. Sobre os benefícios, um sócio afirma que as famílias desistentes do projeto cooperativo, só levaram em consideração a esfera econômica, no momento de colocarem-se na posição de injustiçados pelo pouco valor indenizatório recebido no momento da rescisão de contrato:

“Há uma conscientização dentro dessa trajetória que as pessoas nunca levam. O maior patrimônio que você leva durante esses anos como sócio da cooperativa é uma boa educação, um lazer de todo mundo poder ir pra praia, e de todo mundo poder sair e visitar os parentes e

ter dinheiro, e as melhorias internas realizadas dentro desses 15 anos. É esse o patrimônio que se tem. Para você conseguir chegar a esse patrimônio dentro desse capitalismo hoje em que cada um dá prejuízo para contabilidade, alguém vai pagar? Quem vai pagar? Para ter coisas dessa melhoria, vai ficar uma dívida dos financiamentos, que tem lá financiado, por outro lado tem um patrimônio, se você sair o que vai ficar é o patrimônio, vence a dívida e é um livro aberto, cabe ao sócio que vai questionar e ver o que tem” (Entrevistado 9).

Na concepção habermasiana de Mundo da Vida, através da aproximação e da mediação de uma linguagem muito próxima da realidade sociocultural dos sócios da cooperativa, os mesmos passaram a cultivar e partilhar saberes que se tornaram comuns a todos (ZITKOSKI, 2000, p.295).

Os exemplos são vários e ao longo dos anos se materializaram na construção do mercado para comercialização no centro da cidade, com terreno e prédio próprios, a escola no assentamento para atender a demanda de escolarização dos filhos menores, a reforma das casas através de verba de R\$12.000,00 (doze mil reais) para cada família, recebidas a ¹⁷fundo perdido, do Ministério das Cidades em convênio com a Caixa Econômica Federal-CEF e, novos aprendizados nos processos de trabalho cooperativo como princípio educativo, sobretudo nos aspectos econômicos e sociais que viabilizaram “sua permanência na terra a partir de uma organização mais racional da produção, de assistência técnica, das possibilidades de formulação de projetos para financiamentos (...) de formação de parcerias e de facilidades na comercialização” (VENDRAMINI, 2000, p.113).

Em contrapartida, a cooperativa acaba por engendrar-se no sistema capitalista de tal forma que, a racionalidade instrumental, apodera-se da capacidade de autonomia dos sócios enquanto protagonistas de construção de um projeto de sociedade socialmente emancipado, transformando-os em produtores e consumidores do sistema capitalista. Na racionalidade instrumental,

“(..) não se questiona se as normas institucionais vigentes são justas ou não, mas somente se são eficazes, isto é, se os meios são adequados aos fins propostos, ficando a questão dos valores éticos e políticos submetidos a interesses instrumentais e reduzidos à discussão de problemas técnicos” (GONÇALVES, 1999, p.130).

¹⁷ Fundo Perdido é uma expressão utilizada para caracterizar montantes de verbas, normalmente liberadas por instituições governamentais e não governamentais para ser aplicadas em projetos sociais em que os recursos financeiros liberados, não necessitam ser devolvidos.

Na Copac, a racionalidade instrumental se materializa nas contradições de natureza cooperativa, política, econômica e técnica que, em nome da eficiência e eficácia do aproveitamento da mão-de-obra e, da otimização dos recursos disponíveis, procura padronizar a produção agrícola, de acordo com os interesses econômicos, as demandas e exigências do mercado capitalista, criando uma cultura utilitarista do trabalho cooperativo e minimizando a autonomia individual dos membros da cooperativa.

Atualmente, segundo um de seus dirigentes, a cooperativa é formada por 22 famílias e 50 associados entre homens, mulheres e jovens acima de 14 anos de idade. Seu faturamento anual fica próximo dos 4 milhões de reais, oriundos do cultivo de 400 hectares de terra, território onde plantam arroz ecológico, criam bovinos de leite e de corte, peixes e suínos. Mantém um abatedouro e uma padaria próprios e, grande parte destes alimentos produzidos nesta área de terra são comercializados no supermercado Copac.

4.3. As famílias do assentamento e o potencial de cooperação sob novas formas de organizar a coletividade para o trabalho cooperativo

A partir do ano de 1997, algumas famílias da cooperativa do Assentamento Trinta de Maio iniciaram de forma gradativa, uma saída coletiva do empreendimento solidário que nasceu em 1991. Primeiro foram dez famílias, e, no decorrer dos últimos anos, outros grupos familiares, descontentes com a forma de gestão da cooperativa, foram se retirando da Copac e se individualizando em seus próprios lotes.

Cada família que solicitava seu desligamento da Copac gerava um novo impasse para seus dirigentes resolverem, convocando assembleias ou, de forma direta com as famílias. Os principais problemas gerados com a saída de famílias da cooperativa eram o desentendimento pessoal de ambos os lados, a dificuldade de encontrar consenso em relação ao local onde seria medido o lote da família desistente, as reclamações em relação aos valores rescisórios, considerados baixos em comparação aos anos de trabalho dedicados à cooperativa e, a diminuição da mão-de-obra nos setores da Copac.

Um dos acontecimentos mais tristes e desgastantes na história da cooperativa e do próprio assentamento se estendeu ao longo do período dos últimos dois anos. Com a saída das últimas três famílias que demitiram-se oficialmente da Copac, houve uma divergência entre a cooperativa e as famílias em torno do local a ser escolhido para

demarcar três lotes de terra para as famílias que estavam se individualizando. Além disso, o regimento da Copac prevê em um dos seus últimos artigos, que as famílias de ex-sócios da cooperativa tem de abandonar os lotes residenciais que dão formato à agrovila. Ocorre que essas famílias haviam recém reformado suas residências com a verba recebida do Ministério das Cidades e, dessa forma, não queriam sair de onde estavam morando.

A Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, responsável pela concessão das terras para os assentados foi acionada mais de uma vez e, técnicos do órgão estiveram no local para mediar o impasse através de reuniões entre as famílias individuais e os dirigentes da cooperativa. Essa problemática se estendeu por mais de um ano e, até o final da pesquisa de campo do presente trabalho, os assentados ainda não haviam encontrado uma solução para as partes envolvidas.

Sabe-se apenas que estas famílias não tinham a permissão de realizar qualquer tipo de trabalho agrícola na área da agrovila, ou seja, nas suas próprias residências. Como o local dos seus lotes individuais ainda não haviam sido definidos, as famílias ficaram ‘reféns’ das decisões dos técnicos do Estado. Como não tinham onde plantar e necessitavam sobreviver, alguns membros dessas famílias foram obrigados a vender sua força de trabalho na cidade, através da realização de tarefas industriais totalmente deslocadas do trabalho agrícola. É o caso de uma assentada pertencente a uma das primeiras famílias que rompeu com a cooperativa. Sobre a dimensão que o trabalho na cidade representou para sua subjetividade de sujeito da terra, ela assim se refere:

“(…) surgiu a oportunidade de trabalhar na GKN (indústria metal-mecânica) e comecei a trabalhar lá dentro da empresa, mas fiquei só três dias, é que daí surgiu a oportunidade pra mim e, eu já tinha mandado um currículo fazia mais de ano para a empresa, e daí surgiu a oportunidade de eu fazer um curso, e daí fiquei naquela: ou eu vou trabalhar de empregada ou eu vou trabalhar para mim. Mas daí cheguei a ir, só que eu pensei: - Não vou ficar trabalhando de empregada se eu posso fazer as coisas para mim e posso estar trabalhando aqui porque eu tenho a horta. Daí parei de trabalhar lá na GKN. Eu nem deveria na verdade ter começado, depois eu me senti tão fechada lá dentro. Eu nunca tinha trabalhado na cidade. Eu disse que ia trabalhar em casa e continuei a fazer o curso de corte de cabelo e fui trabalhar em Charqueadas num salão, daí o Gilmar (marido) começou a trabalhar na lavoura de arroz e eu tive que parar porque daí eu não tinha hora pra ficar lá, cheguei a ficar até as onze da noite lá” (Entrevistado 14).

Entre outras famílias individuais que haviam saído da cooperativa há mais tempo, encontramos outros membros que foram buscar trabalho na cidade. Assim, conversamos com mulheres assentadas que trabalhavam como domésticas ou faxineiras e, entre os homens e jovens, trabalho na construção civil, em indústrias ou na realização de pequenos ‘bicos’. Na esteira deste processo de divisão das famílias, 24 delas abandonaram a cooperativa e constituíram seus lotes individuais. Uma das primeiras assentadas a sair da cooperativa há dez anos faz o seguinte relato:

“(…) todos nos viemos para cá. Todas as dez famílias. Eles sempre querem nos jogar no lugar mais difícil, mas nós viemos aqui, medimos, dividimos os lotes e sorteamos entre nós e decidimos que iríamos vir para cá. Nós não trouxemos nada da cooperativa, não sei se alguém já falou isso para ti. Mas nós saímos de lá ‘com uma mão na frente e outra atrás’. O que nós trouxemos de lá foram R\$ 2.000,00 de dívidas que ainda tivemos que assumir no banco. Para ti ver que trabalhamos oito anos na cooperativa, e saímos de lá sem nada, sem um litro de leite para dar para as crianças e ainda tivemos que assumir R\$2.000,000 de dívida no banco, para poder entrar com um acordo com eles para depois liberar para pegarmos outros financiamentos no banco, senão, não poderíamos mais pegar. Deixamos tudo que construímos pros projetos. Por isso que digo que eles estão melhor financeiramente e se não estão melhores deveriam estar melhor, pois cada dinheiro que as famílias que saíram deixaram lá. Eles deveriam estar melhor” (Entrevistado 15).

Para não se individualizarem totalmente no processo de produção do trabalho cooperativo, 27 assentados pertencentes à essas famílias decidiram se unir e pautaram-se pela organização de um novo arranjo organizativo, ou seja, a fundação da Associação de Agricultores Assentados Quinze de Abril, oficializando sua criação no dia 16 de maio de 2000. Cabe salientar que existia outra associação de assentados, chamada Primeiro de Maio e, buscando fortalecerem-se enquanto grupo associativo, as organizações se fundiram, ficando somente a Associação Quinze de Abril.

Para o MST, a preferência pelo trabalho familiar organizado em lotes individuais nos assentamentos rurais não era problema. Contudo, o Movimento preconizava que deveria haver algum tipo de cooperação e articulação entre estas famílias:

“Sabemos que a maioria das famílias que conquistaram terra através da luta, através do MST, depois de assentadas preferem trabalhar a terra individualmente. Isso não é um problema. Problema será se elas se isolarem e não conseguirem resolver os problemas de produção, de comercialização, de melhoria de condições de vida. Pois isso levará certamente a abandonarem ou venderem seu pedaço de terra” (MST, 1994, p.05).

As associações são arranjos coletivos formadas por famílias assentadas que produzem seu trabalho em seus lotes individuais e, decidem reunir-se de forma estável, mas não necessariamente contínua, para dar conta de suas demandas comuns, sobretudo no âmbito da produção e comercialização agrícola. Elas se apresentam como uma tessitura de práticas sociais que objetivam o trabalho autônomo, pautado nos valores da cooperação, reciprocidade, confiança, democracia participativa e respeito na pluralidade de idéias, caracterizando-se como uma nova forma de cooperação. Para Albuquerque (2003), o associativismo aparece como um modelo alternativo de cooperação, fundamentado no exercício da cidadania e, “está alicerçado em torno do bem comum e da ajuda mútua, realizada por pessoas mobilizadas, a partir de um projeto que busca superar dificuldades em função de um interesse comum (...)” (ALBUQUERQUE, 2003).

Neste contexto, nasceu a Associação Rural dos Assentados Quinze de Abril, congregando os ex-sócios da cooperativa, objetivando a aproximação das famílias e buscando o fortalecimento dos laços de sociabilidade entre elas. Um dos fundadores da associação fez a seguinte declaração:

“Eu faço parte da Associação. Criamos legalmente a associação. Eu que mais defendi a questão da associação. Defendi uma aproximação da Copac com os agricultores individuais e, nós tínhamos um projeto da construção de uma indústria beneficiadora de leite e nós queríamos fazer em conjunto com todo o assentamento. Mas a Copac não aceitou fazer junto com a gente. Mas a gente, da associação não queremos que seja só nós, mas também não queremos que seja só da Copac. A gente quer criar um grupo gestor que seja do assentamento” (Entrevistado 1).

No âmbito do trabalho cooperativo, a composição deste novo arranjo coletivo buscou criar possibilidades de abertura de políticas de crédito, bem como o encaminhamento e a aprovação de projetos sociais encaminhados a instâncias governamentais e órgãos financeiros. Em dez anos de existência, a associação construiu um importante patrimônio coletivo, alguns de uso individual e, outros, para uso comum das famílias associadas. O quadro a seguir, revela a dimensão patrimonial em equipamentos e bens, conquistados pela Cooperativa e pela Associação durante os quase vinte anos de existência do assentamento.

Quadro 3 – Levantamento dos equipamentos e benfeitorias pertencentes ao Assentamento Trinta de Maio, dividido entre a Cooperativa COPAC e a Associação Quinze de Abril.

Equipamento	Cooperativa	Associação
Abatedouro	01	---
Açude	02	16
Bomba	01	01
Caixas de Abelha	200	200
Caminhão	01	---
Carreta de bois	02	---
Carroça	05	---
Casas	22	24
Colheitadeira	01	---
Estábulo	03	16
Forageira	01	01
Galpão	02	12
Grade para Arado	04	02
Junta de bois	02	10
Kombi	02	---
Moto-serra	01	04
Motor	13	05
Oficina mecânica	01	---
Ordenhadeira	20	08
Plantadeira	02	---
Pocilga	01	16
Resfriador	02	01
Serraria	01	---
Silo/Secador	01	---
Trator	02	---
Trilhadeira	---	01

Fonte: Copac e Associação de Agricultores Quinze de Abril do Assentamento Trinta de Maio

Conforme o quadro, percebe-se uma diferenciação na posse dos instrumentos de trabalho e das benfeitorias aplicadas nas atividades agrícolas realizadas na associação ou na cooperativa. A utilização dos mesmos ocorre conforme a demanda dos processos de diversificação produtiva que ocorre entre os grupos. Conforme um dos entrevistados, ele assim se refere à organização associativa:

“Nós temos uma associação aqui e o maquinário pra fazer a lavoura é todo em conjunto. É da associação. Alguns companheiros pretendem até fazer uma lavoura de arroz juntos. Porque a água é do mesmo açude, então a gente já está planejando para plantar juntos. Então isso aí funciona. (...) As regras da associação são as mesmas para todos os associados. Tanto as sobras como os deveres são repartidos em partes iguais entre todos os associados” (Entrevistado 4).

Como a Copac tem maior período de existência, ao longo do tempo, o processo de transformação dos produtos e das atividades agrícolas realizadas pelos sócios se tornaram mais complexas, demandando a utilização de tecnologias, através de instrumentos de trabalho mais modernos, substituindo alguns procedimentos manuais, com a intencionalidade de aumentar a escala produtiva.

Em contrapartida, a Associação Quinze de Abril tem dado mostras de eficiência em algumas linhas de produção organizada de forma coletiva entre algumas famílias. É o caso da produção de arroz ecológico, que nas últimas safras, tem se destacado pela alta quantidade de sacas colhidas, gerando boa rentabilidade para as famílias associadas. Outra importante alimento produzido de forma *in natura* é o leite, consumido pelas famílias, utilizado na produção de queijo colonial e, o restante, vendido às cooperativas de beneficiamento do produto.

Em seguida, destacam-se a suinocultura (produção de porcos) e a piscicultura (produção de peixes). Nota-se que para essas duas culturas, não há uma aproximação entre as famílias associadas para produção em forma coletiva. Destacamos que uma importante característica da região onde está instalado o Assentamento Trinta de Maio, é a existência abundante de recursos hídricos. Essa dimensão é bem aproveitada pelas famílias individuais que constroem açudes em seus lotes e utilizam a água como importante recurso, seja na sua utilização para irrigar suas lavouras e hortas ou na produção de peixes.

Nos últimos anos, a criação de alevinos têm recebido importante incentivo da EMATER através de cursos específicos de piscicultura e, praticamente todos os lotes individuais têm se dedicado a criação de alevinos. A criação de porcos também é outra importante fonte de recursos para as famílias da associação. Cada família costuma manter sua produção individualizada e, a cooperação entre uma ou mais famílias costuma ocorrer somente no momento do abate. As propriedades individuais se destacam ainda pela produção de milho, mandioca, aves (galinhas e patos), pães, doces, embutidos, ovos, mel, frutas e hortaliças. Um ponto positivo entre a prática da sociabilidade das famílias da associação na dimensão econômica, é a prática do escambo, ou seja, a troca de diversos produtos alimentícios visando suprir as necessidades de algumas famílias.

Com o advento da Lei Federal 11.947 de 2009, instituindo que 30% do total da verba destinada à merenda escolar, repassada pelo governo federal aos municípios, seja aplicada na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, as famílias que formam a associação se beneficiaram, pois grande parte dos alimentos como cereais, pães, doces, verduras, legumes e frutas consumidas pelos alunos das escolas municipais de Charqueadas, passaram a ser adquiridos diretamente das famílias individuais através da Associação Quinze de Abril, legalmente instituída. O município de Charqueadas, através da Secretaria de Agricultura e Economia Solidária, criou o Programa Compra

Direta, visando atender a uma demanda de suplementação alimentar nas escolas e de famílias em vulnerabilidade social, bem como assegurar um mercado de comercialização dos pequenos produtores rurais, onde se incluem as famílias da Associação Quinze de Abril.

Em relação às rendas e salários gerados no assentamento, não se soube precisar qual dos grupos organizados (associação ou cooperativa), apresentam melhores resultados na distribuição dos lucros obtidos com a comercialização da produção agropecuária. Sabe-se, entretanto, que a média salarial dos sócios da cooperativa gira em torno de R\$500,00 mensais, subtraídos os valores dos produtos alimentícios retirados do mercado a preço de custo, para o sustento de suas famílias. A cooperativa demanda trabalho em finais de semana, e os sócios têm direito a uma folga semanal, através de uma escala. A mão-de-obra é remunerada em hora/trabalho, que hoje está fixada em R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) por hora.

Na associação só há divisão de lucros quando as famílias decidem promover a produção de algum produto em forma coletiva, como no caso do arroz, em que quatro famílias se organizaram para produzi-lo em forma de cooperação. As únicas famílias da associação que possuem renda fixa são as que comercializam o leite e o arroz e, as que possuem membros (homens, mulheres e jovens) trabalhando na cidade. As demais possuem variação mensal em sua rentabilidade, dependendo dos produtos que conseguem comercializar para terceiros. O Programa Compra Direta tem se tornado, uma importante fonte de lucro para as famílias, ainda que estas reclamem da burocracia imposta pela prefeitura para adquirir os produtos e, também, da morosidade administrativa do executivo municipal, em repassar a verba pelos alimentos vendidos, o que ocorre quase dois meses depois da primeira negociação.

5. A COPAC: QUE HORIZONTE DE FUTURO?

A Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas (Copac), se caracteriza por ser uma organização empresarial de cunho social, pautada pelos princípios da economia solidária, de auto-gestão e da democracia participativa de seu quadro de sócios. Nesse horizonte, os associados devem suprimir a figura do patrão através da realização vertical dos processos produtivos engendrados no trabalho cooperativo.

Além de trabalhar nos setores de produção, os sócios são responsáveis por gerir, dirigir e operacionalizar as atividades da cooperativa. Sua funcionalidade exige muita organização por parte dos sócios, pois esta é a forma mais complexa de trabalho coletivo nos assentamentos do MST. Assim, a Copac requer em sua organicidade, normas e procedimentos a serem respeitados pelas diversas instâncias (setores, direção, coordenadores, conselho fiscal, equipes e assembléia) de discussão e decisão, pautadas pelo exercício da autonomia e a democracia participativa, bem como direitos e deveres a serem exercidos pelo quadro social.

A proposta de criação de uma empresa cooperativa, mesmo que seguindo as orientações da verticalidade hierárquica do MST, pode ser considerado como um fato histórico e ousado por parte das 46 famílias do assentamento, acarretando muitos desafios para os agricultores sem-terra, recém saídos de um processo de reivindicação pela posse da terra.

O processo de constituição da cooperativa, necessitava de formação e qualificação constantes por parte dos dirigentes, respeitando sobretudo, as singularidades e experiências pessoais de cada assentado. Este processo requer metodologias eficazes de formação cooperativa, contudo, sabe-se das limitações coletivas e individuais imbricadas na organização. Em vista disso, percebe-se que a Copac enfrenta uma série de obstáculos para continuar levando a cabo os ideais do trabalho coletivo na cooperativa.

Quando os assentados decidiram criar a cooperativa, em 1991, suas orientações se pautavam por objetivos em comum e prementes, qual seja, captar recursos através de linhas de créditos dos governos federal e estadual para promover o início de um novo projeto de vida, através da produção de alimentos saudáveis, da construção de moradias dignas, da reivindicação de escola, energia elétrica, água potável, transporte coletivo, lazer, entre outras dimensões que elevariam a qualidade de vida das famílias assentadas

e, em uma amplitude maior, demonstrar à sociedade, a viabilidade da reforma agrária através dos assentamentos rurais.

No geral, as necessidades mais imediatas e almejadas pelas famílias no início da cooperativa foram gradualmente conquistadas ano-a-ano. Contudo, os objetivos mais amplos, como a luta pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa, ainda que desejada por todos os assentados, não foram postas em prática por todos, ou por comodismo de algumas famílias que após a conquista da terra, concentraram-se apenas na busca de realização dos seus desejos coletivos e pessoais, ou pela omissão do próprio Movimento e da cooperativa, em não investir na formação política para qualificação de quadros, a fim de dar continuidade aos desafios da luta pela terra.

Atualmente, através das conquistas e das limitações vivenciadas pelos sócios da Copac, após 19 anos de existência, a organização enfrenta uma série de dificuldades e contradições de natureza histórica, conjuntural e da própria organização que vive uma crise de objetivos e identidade, causando divisão entre as famílias e, o conseqüente afastamento de 24 famílias do quadro de sócios, gerando incertezas quanto ao futuro do empreendimento coletivo. No início, o grupo de famílias associadas apresentavam certa singularidade em torno do projeto coletivo, entretanto, as particularidades individuais foram acentuando as diferenças sócio-culturais, e remodelando crenças e valores no interior da organização.

Nas relações de trabalho, existem dissensos por parte de alguns sócios que reclamam da baixa remuneração em relação à hora/trabalho paga pela cooperativa e, também, às diferenças entre tarefas que dispendem maior esforço físico em detrimento de afazeres que demandam apenas esforço intelectual, estabelecendo, assim, injustiças, no valor pago pela hora/trabalho que segundo os cooperados, devem ser diferenciadas de acordo com a tipologia de trabalho realizada. A respeito da remuneração, um sócio assim se pronuncia:

“Até a forma de remuneração é capitalista, você busca o bem-estar do associado mas a forma é particular de acordo com que cada um trabalha, então na medida que você não ganha de forma igualitária você não pode falar de socialismo (...) O número de participação é desproporcional a que cada um trabalha, isso também o capitalismo faz (...)” (Entrevistado 9).

Atualmente, a remuneração do valor pago pela hora trabalhada é de R\$1,50 por sócio, mais um valor de R\$100,00 mensais pagos a cada família associada, em razão de

seu lote de terra estar em nome da cooperativa. Com a saída de 24 famílias, a mão-de-obra da cooperativa diminuiu e, conseqüentemente os setores passaram a apresentar queda de produção.

Segundo alguns dirigentes, a cooperativa não pretende contratar empregados para suprir a carência de mão-de-obra que se tornou limitada em função do grande volume de trabalho. A prática da contratação estaria contradizendo os princípios do cooperativismo e, o custo de um empregado com registro em carteira de trabalho, gozando de todos os benefícios trabalhistas previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, traria mais despesas do que benefícios à empresa cooperativa, pelo alto índice de impostos e obrigações que a legislação trabalhista impõe a um empregador.

A cooperativa ainda sofre com a falta de um plano de qualificação da mão-de-obra, apesar dos inúmeros cursos oferecidos pelo MST, EMATER e outras entidades. Entretanto, a participação nos cursos ocorre conforme a oferta da instituição organizadora e não, conforme a demanda e necessidade da cooperativa, pela falta de planejamento que estabeleça objetivos, estratégias, metas e os setores produtivos que têm prioridade na formação e qualificação da força de trabalho.

Algumas dimensões são apontadas pela cooperativa como possíveis saídas para solucionar a problemática da diminuição da força de trabalho empregada na realização das tarefas de cada setor: diminuir os setores de produção, mantendo apenas os que oferecem maior possibilidade de rentabilidade e, empregar novas tecnologias que permitam aumentar a produtividade em algumas áreas estratégicas, liberando mão-de-obra para outros setores de trabalho. Contudo, pairam muitas dúvidas em relação à tomada de decisão sobre a implementação dessas dimensões, sobretudo pela falta de um plano de ações estratégicas inovadoras de curto, médio e longo prazo que possam indicar novos caminhos e horizontes a serem percorridos, a fim de obter melhorias no seus processos produtivos através da resolução da falta de mão-de-obra.

Em relação à diversificação produtiva, enquanto ela oferecia possibilidades de crescimento econômico à cooperativa, o desligamento gradual de muitas famílias associadas, desestabilizou a organização e, os 8 setores produtivos da cooperativa diminuíram para 5 em razão da limitação da mão-de-obra para dar continuidade ao processo de diversificação do trabalho agrícola, apesar de tratar-se de um ponto forte da cooperativa. Por outro lado, a multiplicidade de atividades realizadas pela cooperativa diminuiu drasticamente, em decorrência da limitação de recursos humanos e

financeiros, diminuindo também a produtividade. A transição agro-ecológica também ocasionou contradições internas para a cooperativa que se materializam na diminuição da produção de hortaliças para comercializar no supermercado, supridas por produtos horti-fruti-granjeiros adquiridos na CEASA, em Porto Alegre.

Através das 22 famílias que continuam no quadro de sócios da cooperativa, a organização ainda vive a incerteza e a contradição de continuar somente com a produção agropecuária ou evoluir para a agroindústria e o comércio, através do beneficiamento da sua produção de leite e outros produtos como a produção de suínos, realizando maiores investimentos no supermercado, tornando a organização economicamente viável e competitiva no mercado capitalista, em detrimento de valores cooperativos que visam a cooperação, a igualdade, o diálogo, a auto-gestão e a democracia.

A cooperativa têm procurado dialogar e debater sobre os dilemas internos enfrentados pela empresa, sem contudo, chegar a consensos e unanimidade de proposições e encaminhamentos que permitam implantar melhorias ou mudanças na organização a partir dos valores que a conceberam, sobretudo pela resistência e visão conservadora de alguns sócios.

Em relação aos filhos das famílias que continuam na cooperativa, não existe a certeza dos dirigentes da organização, de que os jovens irão dar continuidade ao projeto da empresa cooperativa nos próximos anos, sobretudo porque as famílias não obrigam os jovens a permanecerem morando no assentamento e, orientam os mesmos pela construção dos seus próprios projetos de vida. Atualmente dois jovens, filhos de associados, desenvolvem trabalhos em outras empresas de cunho capitalista.

Em decorrência de uma série de contradições e dilemas que ganharam visibilidade nos últimos anos, a Copac terá que, através da democracia participativa, conscientizar os sócios para a necessidade de reorientar suas ações, a fim de encontrar soluções aos problemas que vêm enfrentando, através da adoção de políticas e estratégias organizacionais inovadoras pautadas pelos valores da solidariedade e da cooperação, mantendo o compromisso com o coletivo.

5.1. As relações de poder na cooperativa do Assentamento Trinta de Maio

Logo nos primeiros anos de criação da cooperativa, passaram a surgir relações de poder dentro da organização e, com elas, os primeiros conflitos, divisões e insatisfações

que culminariam num desgaste natural do modelo de trabalho cooperativo instituído pela cooperativa. Desta forma, a produção do cenário político interno da Copac se apresenta contraditória, pois em seus valores, a organização se coloca como defensora da cooperação, solidariedade, inclusão social, democracia e combate às injustiças sociais.

Contudo, muitas famílias que romperam com a cooperativa apontaram uma série de desvantagens em trabalhar nesta organização, pois ao longo do tempo, foram surgindo nas relações de sociabilidade, processos autoritários que geraram uma série de descontentamento entre os sócios. Através das entrevistas com ex-sócios da cooperativa, alguns alegaram que as decisões tomadas pelo grupos nos setores, não eram levadas pelo representante para discussão nas assembléias, outros afirmavam que, apesar da participação de todos os associados, somente um pequeno grupo acabava decidindo o que era melhor para a Copac, acerca de determinado assunto ou problemática. Ou seja, a voz e a opinião de muitos assentados não era ouvida e respeitada.

Os processos internos que estabeleceram o fio condutor das decisões eram deslocados para o ventre de uma estrutura organizacional marcada pela hierarquia e, regida pelas relações de poder que passaram a coexistir entre as famílias. Havia muita desconfiança e reclamação por parte de sócios que nunca eram escolhidos para assumirem algum cargo na direção da cooperativa. Outro protesto por parte das famílias que romperam com a organização, era o fato de acharem que a rotatividade eleitoral existente nos cargos de direção estava viciada. A escolha para a nova diretoria ocorria de dois em dois anos, mas eram sempre os mesmos sócios que continuavam no poder político da cooperativa, mudando apenas a nomenclatura dos seus cargos.

No plano da consciência política, as assembléias deveriam ser utilizadas como ferramenta de exercício para a emancipação social de muitos assentados. Mas, muitos deles, com dificuldade de colocar suas opiniões e expressarem-se oralmente, acabavam acatando a decisão das lideranças que, normalmente tinham maior experiência e eloquência com as palavras, como afirma uma ex-sócia da cooperativa:

(...) acontece que as coisas as vezes são aprovadas, certas coisas que a maioria aprova, mas não é o que a maioria quer, tem sempre alguma coisa por trás, que faz aquilo que você queira seja o melhor para todos, que seja o aprovado. Mas nem sempre aquilo é o melhor, tem muita coisa por trás, é só quem tá vivendo, que vai ver a realidade. Não adianta dizer que o acordo na cooperação é melhor (...)" (Entrevistado 15).

As entrevistas com representantes das famílias individuais foram reveladoras de fatos que *a priori* deveriam ser praticados no interior da cooperativa. A divisão e rotatividade das tarefas e funções é uma delas. O próprio Caderno de Cooperação Agrícola n.º 05, intitulado “Sistema Cooperativista dos Assentados”, afirma que “ninguém pode perder a noção de conjunto, deve saber como funciona cada uma das partes do todo, cada uma das partes da organização” (CONCRAB, 1998, p.55).

Contudo, a rotatividade nas tarefas e setores parece que não aconteciam para alguns, como relatou um ex-sócio, afirmando que agora, no seu lote individual, teve que ser auxiliado pela sua esposa, a fim de realizar a ordenha das vacas, pois durante todo o período em que permaneceu na cooperativa, só trabalhou com o plantio e a secagem do arroz e, posteriormente, no açougue do mercado.

Outros dados apontados pelos ex-sócios referem-se à falta de disciplina para o trabalho de muitos colegas assentados. Muitos ficavam comparando o esforço despendido para a realização das suas tarefas com as tarefas de outros assentados consideradas mais leves, brandas. Contudo, o valor da hora/trabalho era a mesma para todos.

Ciente dos processos de reprodução das práticas de relações de poder existentes nos assentamentos rurais, a Concrab publicou em 1998, outro caderno de formação intitulado “Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos”, onde afirma que,

“Muitos dirigentes, ao assumirem a titulação de presidentes de associação, cooperativas, do assentamento, transformam-se e passam a ter práticas políticas conservadoras, repetem os métodos dos chefes, caciques, coronéis, patrões, com os demais assentados” (CONCRAB, 1998, p.26).

Ainda que essa seja uma prática a ser superada, como afirma a Concrab (1998), as relações anti-democráticas na Copac também ocorreram nas estruturas mais baixas da hierarquia da organização, ou seja, nas bases, onde o sócio deveria realizar o seu trabalho de forma cooperativa com os demais companheiros, sem fazer o chamado ‘corpo-mole’, prejudicando a produção como um todo. Uma sócia da cooperativa se refere a essa contradição afirmando que, atualmente há pouca mão-de-obra em cada um dos cinco setores e os sócios que trabalham em alguns desses setores acham que os outros trabalham menos e sempre tem mão-de-obra sobrando para ‘emprestar’:

“O setor do abatedouro é o que mais pede mão-de-obra, quando alguém tira férias lá ou tem alguém doente, o coordenador de lá vem até mim e diz: - ó, amanhã tu pode me conseguir uma mão-de-obra, ou duas mão-de-obra pra ajudar no abatedouro? (...) Vai ver que é porque eles acham que tem dias que a gente está mais folgada. As vezes tem dia que nós não temos como arrumar mão-de-obra. O setor de abatedouro já veio duas vezes pra nós pedir mão-de-obra e a gente teve que negar. E aí a gente tem que ficar dando explicação de o porque a gente não pode ceder ninguém pro abatedouro. Mas o abatedouro requer muita mão-de-obra e trabalha de manhã e de tarde direto e ainda tem bastante gente lá. Eles só se revezam, mas o abatedouro não para” (Entrevistado 11).

Os desgastes internos foram alcançando proporções maiores ao longo do tempo e, por conta disto, a cooperativa conta hoje com apenas 22 famílias associadas, muitas das quais mantêm grau de parentesco de primeiro ou segundo grau. A saída de 24 famílias da cooperativa causou uma gama de problemas a serem resolvidos pelas famílias que mantêm o projeto da empresa cooperativa. Um deles refere-se a readequação ou, até mesmo a extinção de alguns setores de produção provocados pela paulatina diminuição da mão-de-obra. Mas, segundo uma das sócias que pertenceu à cooperativa, os problemas não estão na falta de mão-de-obra, mas sim na falta de um cuidado do trabalho cooperativo por parte de alguns sócios, onde a força de trabalho é mal aproveitada:

“A gente sempre discute isso, só que assim, é uma coisa que eu acho que é falta de interesse próprio de cada um, porque daí nem discutir precisaria, porque já sabe que tem um setor, que tem um trabalho, que tem que cuidar, que não é só ir lá trabalhar, mas tu tem que cuidar, tu tem que ser responsável, tu tem que gostar. Eu pra mim me sentir dona eu tenho que gostar e tenho que cuidar, e o maior problema que eu sinto aqui dentro é a falta de cuidado com o trabalho. (...) Eu não tenho assim a idéia de ter, mas eu quero viver bem, tenho dois filhos pra estudar, isso me preocupa, então eu tenho que ter condições, e pra ter condições eu tenho que ter mais remuneração, pra mim ter mais remuneração eu tenho que colaborar” (Entrevistado 13).

Algumas regras do regimento interno foram criticadas por ex-sócios pela sua rigidez. Essa falta de flexibilidade da cooperativa em algumas regras acabou prejudicando alguns sócios que optaram por se desligar da sociedade coletiva. Na tentativa de fazer prevalecer as orientações coletivas sob as individuais, muitos sócios sentiram-se sufocados e perceberam que suas individualidades se anulavam e, só o coletivo se sobressaía. Contudo, mesmo numa empresa de caráter cooperativo, os

sujeitos necessitam viver a esfera individual, buscando concretizar os seus projetos mais individuais, tendo em vista que, os associados possuem trajetórias de vida distintas uma das outras e possuem projetos de vida pessoais que devem ser respeitados. Nesse sentido, o processo cooperativo deve avançar em suas normas e regras, se reciclando e dialeticamente se transformando conforme a realidade.

Percebeu-se, nas entrevistas com ex-sócios da cooperativa, que algumas famílias podem ter demorado mais a se adaptar, ou não se adaptaram ao modelo de convivência e de produção coletiva, como na Copac, por ter introjetado na sua juventude, um *ethos* individualista, característico das comunidades onde viviam suas famílias, seus pais. Esse paradigma cultural de evolução de uma mente individualista para um modo de pensar e agir mais coletivo, se materializa em contradições que aparecem nas assembleias, reuniões, visões e opiniões diferentes. Os interesses são diferentes, as pessoas não pensam igual. A ruptura de uma ex-sócia da cooperativa ocorreu nessas circunstâncias, conforme seu depoimento:

“Nós saímos por escolha pessoal, porque a gente já vem de família que trabalhava de forma individual, e daí foi formada a cooperativa, foi bom no começo porque todo mundo queria e era até uma forma de força pra lutar, todas as pessoas que estavam lá queriam que desse certo. Então eu acho que o pessoal foi se desgastando e foi saindo, e depois que nós saímos saíram mais algumas famílias, mas eu não me arrependo de ter saído. (...) O problema é que o individualismo está na cabeça de todas as famílias. Não existe família que não tem individualismo. Porque a gente veio de um individualismo. As famílias tradicionais da lá de fora (do norte do Estado) foram criadas assim. Os próprios filhos, quando casavam na igreja, se separavam dos seus pais. Então é uma coisa criada na cabeça de todo mundo. E a gente tentou, como ainda hoje tem as famílias tentando. Mas se eles disserem que (os cooperados) não tem individualismo neles, na cabeça deles, eles estarão mentindo. Porque todos eles têm. De uma forma ou de outra, de uma maneira ou de outra eles tem” (Entrevistado 15).

Na atualidade, o assentamento está dividido em duas organizações distintas. A COPAC, cooperativa de produção agropecuária, que iniciou suas atividades com as 46 famílias e hoje possui apenas 22 e, a Associação Quinze de Abril que juntou-se com outra associação para fortalecer o coletivo das 24 famílias que mantém uma certa individualidade, mas, em certos momentos e épocas do ano, se agrupam mutuamente para trabalhar de forma coletiva e dividir o produto final do seu trabalho.

Este é o cenário que imprimiu interesse em desvelar os conflitos gerados pelas relações de poder estabelecidas e praticadas em meio as famílias da Copac. Entre os

anos de 2006 a 2009, período em que freqüentava o assentamento semanalmente, não percebi nenhuma prática educativa sistemática ou continuada, que pudesse resultar em uma formação social e política, na dimensão da educação cooperativista, buscando melhorar o entendimento e a consciência da importância do trabalho em coletividade e, frear a saída de mais famílias, o que poderia acarretar para a cooperativa, um prejuízo ainda maior, ou quem sabe até decretar o término da organização cooperativa.

A percepção da existência de relações de poder na cooperativa demonstra que um projeto coletivo que se constitui de forma verticalizada, se não respeitar as singularidades e as diferenças culturais dos sujeitos envolvidos no processo, caminham para um possível fracasso. Entretanto, essas relações podem ser superadas através da implementação de uma democracia horizontal pautada pela verdadeira participação coletiva, a possibilidade de evolução das atitudes utilitaristas e egoístas, para um estado de emancipação e participação social, onde a tomada de decisão seja de todos, respeitando-se a diversidade cultural dos assentados, engendrada em suas individualidades e pluralidades, aspirações e esperanças.

5.2 Os jovens assentados: expectativas e inquietações em relação ao futuro do Assentamento Trinta de Maio e do trabalho cooperativo

O número de pessoas que compõe as células familiares do Assentamento Trinta de Maio possuem uma variação entre a associação e a cooperativa. Incluindo as crianças, o grupo de associados possui uma média de quatro pessoas por família, enquanto que na Copac esse número reduz para 3 componentes. Nesse caso específico, estão incluídos os jovens que, desde tenra idade já auxiliavam no conjunto da força de trabalho da família. Esta, como necessita de mão-de-obra para a realização de pequenas tarefas e não pode contratar empregados, acaba utilizando os filhos mais jovens e, as vezes, as crianças na realização de pequenas atividades tanto das famílias individuais, como da cooperativa, onde a família é vista como um coletivo.

Nessas circunstâncias, os jovens e crianças freqüentam a escola em um turno e, no outro, são requisitadas para a realização de atividades laborais conforme sua disposição para o trabalho. As tarefas diárias que realizam depende de cada família ou da própria cooperativa. Nas famílias da associação, os jovens auxiliam na atividade de ordenha ou na lavoura de arroz ou na horta e, nos serviços domésticos, como relata um

jovem com idade de 16 anos, pertencente a uma família que recentemente abandonou a cooperativa:

“Minha mãe faz o almoço de vez em quando, de manhã eu fico fazendo os serviços em casa e de tarde minha irmã de 10 anos vem, daí eu fico mais centralizado em casa, eu faço almoço, limpo a casa, faço tudo o meu serviço ali em casa e lá fora, depois “puxo” as vacas pra cima, tiro leite, tomo um banho, janto e venho pra escola. Final de semana a gente tem folga, vem pro baile, e grana se arruma porque o cara também trabalha fora de vez em quando. As vezes pego uma empreitada, faço uns bicos por aí, porque agora tem pouca vaca. Mas quando tinha mais vaca a gente tem uma renda melhor, e agora enquanto tiver plantando arroz também, que é uma renda boa, lidando com horta e tal” (Entrevistado 6).

Outro jovem que hoje pertence à associação e, recentemente retornou do serviço militar, relata que sua família foi sócia da cooperativa por muitos anos, sobretudo no período em que seu pai era vereador, representando o assentamento e os pequenos agricultores rurais do município. O pai deste jovem tinha boa articulação política, tanto é que, numa segunda gestão governada pelo Partido dos Trabalhadores - PT (2005-2009), ele não se elegeu vereador, mas foi convidado a assumir a pasta da Secretaria Municipal de Agricultura e Economia Solidária, trazendo recursos financeiros para aplicar em vários projetos do próprio assentamento. Segundo ele, seu pai foi convidado a se retirar da cooperativa, quando, depois de concluído o mandato de vereador que encerrou em 2000, resolveu candidatar-se a deputado federal nas eleições de 2002.

A cooperativa alegou que não podia mais liberá-lo para participar de questões político-partidárias, pois naquele momento necessitava de sua força-de-trabalho para agregar aos setores que possuíam uma demanda de trabalho cada vez maior. Esse jovem afirma que sua família teve que deixar a agrovila há cerca de um ano, para respeitar os dispositivos do regimento da Copac que proíbe continuidade de não-sócios residindo no local:

“Vai fazer um ano que a gente saiu da agrovila, a casa de hoje que a gente mora não é a mesma. A gente tinha umas madeiras lá aí fizemos um galpão e moramos lá. A gente ganhou também o fundo perdido pra construir casa, quando o meu pai trabalhava na Secretaria da Agricultura, mas daí não podia construir, ele não podia usar o dinheiro do projeto porque tinha vínculo com o governo, mas agora ele fez de novo e a gente vai conseguir. Vamos construir uma casa de material agora. Hoje temos plantação e as vacas, criamos galinha e uns porquinhos. Daí eu trato as galinhas e os porcos, problema com alimentação a gente não passa, o único problema é a questão do

dinheiro. A gente também tem cinco vaquinhas, mas só tem uma que ta dando leite. Eu levanto de manhã, vou tirar o leite da vaca e depois vou cortar um pasto” (Entrevistado 7).

Em relação à permanência no assentamento e à continuidade do projeto cooperativo, seja na cooperativa ou na associação, iniciada por seus pais, em meados da década de 80, através dos acampamentos até chegar a conquista da terra, os jovens entrevistados têm opiniões divergentes, pois enquanto alguns desejam continuar a reproduzir o trabalho de suas famílias na terra, outros desejam trabalhar na cidade durante o dia e, retornar ao assentamento somente para usufruir da moradia com seus pais.

“Eu acho que os pais vão ficar mesmo, e alguns filhos sempre vão ficar cuidando os pais, ou, por exemplo, o filho vai ter um emprego na cidade, mas vai morar no assentamento, vai e volta todo dia, e os velhos ficam lá cuidando da terra, ou o cara vai ficar trabalhando lá na cidade e se o cara tiver uma renda boa aí ele fica lá. (...) eu trabalho num restaurante agora, meu irmão também trabalhava num restaurante na cidade” (entrevistado 5).

A expectativa dos jovens em dar continuidade à luta empreendida por seus pais é muito plural e diversa, sobretudo porque, o assentamento está localizado em uma área muito próxima da sede do município que atualmente concentra um grande número de indústrias e absorve uma quantidade de mão-de-obra qualificada, através da contratação de jovens recém formados em escolas que ofertam cursos técnicos. Contudo, nenhum dos cursos técnicos ofertados pelas escolas do município favorecem a permanência do jovem no campo.

Esse fato faz com que alguns jovens da cooperativa procurem as escolas técnicas do MST, localizadas nos municípios de Veranópolis e Pontão, no RS. Nessas escolas, recebem formação qualificada para trabalhar como técnicos em cooperativas, empresas, ou na própria lavoura, como técnicos agrícolas. É o caso de três jovens da cooperativa que recentemente foram liberados para realizarem sua formação nestas escolas através da pedagogia da alternância. Isso significa que passam um período afastados da cooperativa em função dos estudos e, depois de um ou dois meses, retornam, e ficam mais um mês trabalhando na cooperativa, respeitando este ciclo até completarem todos os módulos do curso.

Os jovens, pertencentes às famílias que se desligaram da cooperativa, relatam que possuem mais dificuldade de abandonar suas famílias para realizar um curso de

formação técnica nas escolas do MST. Com raras exceções, alguns jovens estão mais urbanizados e já fazem curso técnico na cidade. Entretanto, outros jovens ficam na dependência financeira de suas famílias, pois se saírem do lote individual, será uma perda importante, mesmo que temporária, no trabalho da agricultura para manter a sobrevivência.

Apesar do incentivo dos pais para que estudem, muitos acabam ficando em suas famílias para auxiliar nas tarefas da lavoura ou, até mesmo trabalhar na cidade e continuar seus estudos no turno da noite, em escolas do próprio município. As palavras de um jovem cuja família saiu da cooperativa, ilustra essa idéia:

“(...) a mãe trabalhava fora fazendo faxina depois que saiu da cooperativa. Antes ela tirava o leite (...) o pai trabalhava fora, e eu tô cuidando das vacas. Mas eu já tinha o papel pronto pra fazer a inscrição pra estudar na escola do MST em Pontão. Só que daí o pai disse que não, porque ele e a mãe trabalhando fora dá mais renda. E quem vai cuidar dos bichos? E a terra não pode fica parada. Daí eu tive que ficar. Por isso estou até hoje lá, mas eu ainda tenho a idéia de sair e estudar fora, mas não está fácil” (Entrevistado 6).

Outra reivindicação dos jovens é o trabalho que realizam e, a valorização sobre o que produzem, ou seja, a possibilidade de os jovens da cooperativa trabalharem no mercado da cidade, faz com que ressignifiquem alguns valores do campo, porque passam a maior parte do tempo trabalhando na cidade e incorporando uma série de valores urbanos. Nos finais de semana, após a jornada de trabalho, alguns nem retornam para o assentamento, pois a falta de lazer no campo os redimensiona para se divertir em atividades lúdicas na cidade, tais como bailes, festas e outros eventos, onde constroem novas amizades e até mesmo encontram pares para namorar.

A inserção dos jovens na cooperativa vai acontecendo gradativamente, sobretudo em função das necessidades do mundo do trabalho. Mas antes de trabalharem, a cooperativa prioriza o direito das crianças em brincar e estudar, e não trabalhar. Entretanto, no decorrer dos anos, ocorre uma inserção natural dos jovens no mundo do trabalho, sobretudo mais ligado às tarefas do mercado, porque eles possuem maior conhecimento em serviços essenciais do mercado, como a utilização de tecnologias (informática, serviço de banco, etc.) e, desta forma, acabam se adaptando à cultura urbana. Mas essa inserção dos jovens na Copac acaba instituindo uma contradição entre o universo rural e o universo urbano, criando um dilema para a direção da cooperativa resolver.

Analisando a situação da juventude do assentamento, na perspectiva de um futuro a médio e longo prazo, se os jovens passarem a se desenraizar culturalmente e abandonar a cooperativa, os agricultores com idade mais avançada não terão fôlego para dar continuidade aos trabalhos nos setores da cooperativa e na produção dos lotes individuais. Entretanto, se essa juventude perder seus valores e vínculos com a terra e com a produção agrícola, a probabilidade de descaracterizar o projeto de futuro das famílias que se encontram assentadas é bem elevada.

A tendência natural, então, é atingir um determinado período no futuro, em que não poderá mais se repor a mão-de-obra mínima necessária para dar continuidade ao trabalho na Copac. Dessa forma a cooperativa se descaracteriza, pois muitos sócios estarão aposentados, continuarão residindo agrovila mas não terão mais condições físicas para trabalhar na lavoura.

Depois de alcançarem certa idade, a disposição dos agricultores é abandonar o serviço pesado no campo e manter o seu serviço doméstico. Nesse sentido, a Copac necessita realizar um planejamento para o futuro, refletindo em possíveis medidas que possam repor a mão-de-obra dos agricultores mais idosos nos diferentes setores da cooperativa. Uma das possibilidades concretas para a continuidade dos projetos da associação e da Copac, é o investimento em formação da juventude e das crianças, para que não percam sua identificação com a terra e, dessa forma, possam continuar reproduzindo os meios para sua sobrevivência no campo, agregando os conhecimentos e saberes constituídos através de uma nova geração.

Nesse sentido, repousa a importância da continuidade dos filhos dos agricultores trabalhando na organização cooperativa, bem como na associação das famílias que possuem lotes individuais. Entretanto, caso ocorra um esvaziamento das novas gerações no processo de continuidade dos arranjos coletivos, os empreendimentos não terão sustentabilidade e sua organização acabará se desestruturando. Para que isso não ocorra, cabe aos coletivos do assentamento, criar espaços de debate permanente com a juventude, promovendo e estruturando programas de educação e formação relacionadas a diversas áreas do conhecimento, mas, sobretudo, aos processos produtivos da agropecuária, da formação humana, do conhecimento técnico e político e da produção e gestão do trabalho cooperativo.

5.3 Limites e possibilidades para uma educação cooperativa e democrática nos grupos coletivos do Assentamento Trinta de Maio

Para contrapor os valores culturais dominantes criados e difundidos pela sistema capitalista, o quadro de dirigentes da cooperativa e da associação que atuam entre os assentados devem criar estratégias que sejam capazes de problematizar o *ethos* dominante e produtor de individualismos, buscando superar a racionalidade instrumental e adotando, em seu lugar, uma racionalidade crítica e dialógica.

Devem-se estabelecer objetivos a serem alcançados de forma coletiva pelas famílias; buscar transformar a consciência das famílias no meio em que agora vivem, organizar a convivência social de forma coletiva através da prática de novos valores e das motivações que dão sentido à vida em comunidade, através da mística, da democracia participativa e da educação para a cooperação (CONCRAB, 1998).

Um projeto de coletividade que tenha no seu bojo e nos seus princípios, a intencionalidade de construir sujeitos emancipados, deve superar as práticas individualistas e uniformizantes, e sustentar valores que estejam imbuídos de respeito às individualidades, na autonomia dos assentados e na construção de possibilidades efetivas que atendam a demanda e os interesses mais singulares, mas antes de tudo, que construa um projeto de educação cooperativa visando a transformação nas relações sociais dos assentados entre si, e dos assentados com a sociedade.

O trabalho de transformação cultural é fundamental para os assentados que viveram boa parte de suas vidas submetidos ao individualismo, produzido pelas relações de trabalho capitalista. Essa transformação, as vezes ocorre de forma lenta, pois passa pela interpretação dos aspectos que formaram o *ethos* do camponês, desde a sua relação com a propriedade privada da terra, o seu isolamento da vida social, a relação com os valores imediatistas, os desvios oportunistas, entre outros.

Daí a emergência de criar condições para a implementação de uma educação cooperativa de forma continuada, através de cursos, oficinas, grupos de estudos, etc. As metodologias deve ser apropriadas ao contexto social e cultural dos assentados. É premente também, que o próprio MST, através de seus dirigentes e dos seus setores de educação e do sistema cooperativista dos assentados, faça chegar até os assentamentos, a possibilidade de debater e problematizar sobre as linhas políticas que direcionam o Movimento na atualidade, sobretudo, através das diferentes formas de trabalho cooperativo para os assentamentos.

CONCLUSÃO

A dissertação teve como objeto de pesquisa, a análise das contradições que emergem do binômio educação e trabalho cooperativo existentes no interior da organização cooperativa do Assentamento Trinta de Maio, criada a partir da orientação política e ideológica do MST. A pesquisa procurou desvelar as motivações e dinâmicas desencadeadas na trajetória de quase vinte anos de existência e, que conduziram 24 famílias a romper com a Copac, passando a produzir de forma individual em seus próprios lotes e, fomando um novo modelo de cooperação chamado de associação, com ênfase para as relações que se estabelecem no assentamento, ante a decisão de criarem, uma empresa cooperativa, fundamentada na organização coletiva de produção, através do formato de uma cooperativa de produção agropecuária.

O universo pesquisado foi o Assentamento Trinta de Maio, localizado no município de Charqueadas, no Rio Grande do Sul. A observação e análise do fenômeno estudado entre a relação do processo econômico de produção coletiva em uma cooperativa de produção agropecuária e, as contradições e conflitos sociais que emergiram deste contexto, seguiram a técnica da pesquisa participante, através da qual, os assentados foram partícipes dos processos de evolução deste trabalho, através das sua contribuição e auxílio na elaboração do instrumento de pesquisa, bem como na fase de depoimentos coletados através das entrevistas gravadas. Essa metodologia permitiu conhecer, ainda que de forma parcial, alguns elementos que originaram as contradições entre educação e trabalho cooperativo nos domínios do assentamento e, para além dele.

A pesquisa demonstrou que as contradições existentes no Assentamento Trinta de Maio são fruto de um desgaste natural da empresa cooperativa, engendradas nas escolhas da direção da Copac por privilegiar a dimensão econômica, em detrimento da transformação cultural da consciência coletiva dos assentados através da formação política e de uma educação cooperativa sistemática e continuada.

Em certa medida, os motivos levantados que conduziram 24 famílias da Copac a desistir do trabalho na cooperativa, continuam a ocorrer na organização cooperativa. A retomada do processo produtivo e da organização social destas famílias, ocorreu de forma desproporcional, em comparação à estrutura de investimentos sociais e econômicos realizados pela Copac. Isso porque, como apontaram alguns depoimentos, as famílias desistentes do projeto cooperativo da Copac foram prejudicadas pela pouca

ou nenhuma verba rescisória, que segundo a contabilidade da cooperativa, tinham direito a receber.

De acordo com a análise dos documentos regulatórios da cooperativa, constatou-se que o estatuto e o regimento interno da cooperativa são muito rígidos em suas regras. Esse fator, associado às dívidas financeiras de projetos contraídas pela cooperativa, foram apontados pelos ex-sócios como algumas das motivações que provocaram a suas saídas. Os mesmos ainda se disseram injustiçados por ocasião do rompimento com a cooperativa, pois segundo eles, a indenização pecuniária recebida não correspondia aos anos de trabalho dedicados à cooperativa. Em alguns casos, a cooperativa realizava acordos com as famílias que desligavam-se da empresa.

Em relação à ruptura das famílias cooperativadas, os relatos dos depoentes fizeram emergir um conjunto de importantes elementos que colaboraram para análise e compreensão das motivações que desencadearam sua saída da cooperativa para recomeçar seus projetos de vida em lotes individualizados. O baixo valor pago pela hora trabalhada, aliado aos conflitos internos de alguns sócios entre os setores de trabalho e à insatisfação com as atitudes dos dirigentes da cooperativa em algumas decisões no momento do seu desligamento, foram os motivos mais relatados pelos entrevistados dos lotes individuais e, que hoje, constituem Associação de Agricultores Assentados Quinze de Abril. Outro fato relevante decorrente do afastamento progressivo do quadro de sócios da cooperativa, foi a diminuição da mão-de-obra despendida nos setores de produção da cooperativa, reduzindo a capacidade de diversificação produtiva da cooperativa.

Foi possível perceber também, que apesar dos atritos e divisões geradas em função do imediatismo econômico e das questões culturais ligadas ao modelo de produção do trabalho, as famílias individuais que formaram uma associação de trabalhadores rurais e, as famílias da cooperativa, continuaram mantendo uma conduta social de respeito umas pelas outras, sobretudo em nome dos fortes laços étnicos, culturais e parentais que ligam os grupos familiares pela trajetória de vida comunitária, na dimensão social, política, cultural e religiosa, que perdura por mais de vinte anos.

Tendo em vista, estes fatores, esta pesquisa procurou, sobretudo, demonstrar a ocorrência das contradições entre educação e trabalho cooperativo, a partir da não consolidação de programas educativos voltados para a transformação dos problemas de ordem cultural e, dos traços fortemente demarcados pelo *ethos* individual dos assentados. Da mesma forma, evidenciou-se como se tem constituído o processo de

reprodução das relações de poder existentes no interior do assentamento diante das escolhas realizadas pelos dirigentes da cooperativa, tendo como contrapartida, a resistência de muitas famílias, através do seu desligamento do quadro de sócios.

A criação do supermercado da cooperativa, no centro de Charqueadas, teve como principal objetivo a comercialização dos alimentos produzidos no assentamento, exercendo também a importante função de aproximação das famílias assentadas com a comunidade urbana, sobretudo, daqueles que se tornaram fregueses do mercado em função da oferta de alimentos oriundos da reforma agrária, produzidos pelos assentados. Esse fato gerou mais uma contradição na cooperativa, pois o volume de vendas aumentou gradativamente, requerendo um maior número de sócios para trabalhar no mercado, que estava gerando uma importante liquidez. Dessa forma, houve uma conseqüente diminuição da mão-de-obra empregada nas atividades agrícolas realizadas no interior do assentamento. Neste contexto, diminuíram a oferta de alguns produtos da reforma agrária substituídos por produtos industrializados.

Através da pesquisa de campo, se pôde demonstrar a forte resistência de alguns agricultores assentados ao modelo de cooperativa organizado pelo laboratório organizacional de campo, que tem por base a posse coletiva da terra, especialmente no que se refere à tipologia organizacional que durante um longo período foi priorizada pela direção do MST.

É importante observar que a análise realizada no âmbito desta pesquisa ocorrida no Assentamento Trinta de Maio, algumas questões importantes não foram suficientemente exploradas, o que não nos permite transpor as conclusões a que chegamos para outros assentamentos do MST, pois este estudo partiu de uma realidade específica, advindas de um processo sócio-histórico e cultural em que algumas das conjecturas pesquisadas foram comprovadas. Contudo, face ao exposto, a cooperativa Copac e a Associação de Agricultores Assentados Quinze de Abril que formam os dois coletivos do Assentamento Trinta de Maio, poderão dispor de estratégias inovadoras a serem percorridas para transformar a realidade que se apresenta contraditória. Nesse sentido, me coloco a disposição para a realização de oficinas pedagógicas com vistas a discussão dos problemas, desafios, encaminhamento de alternativas e de intervenção da realidade pesquisada.

Por fim, conclui-se com um pensamento do professor Balduino Antônio Andreola para que se possa refletir sobre a condição de sujeitos humanizados dos

assentados e que carregam em suas trajetórias de vida e projetos coletivos e pessoais, percorrendo seus caminhos na construção de um mundo mais humano e solidário:

“Quem sabe se o desafio maior para nós não é o de inventarmos ou reinventarmos a ‘Pedagogia da Solidariedade’. Os problemas que afligem a família humana são tantos, tão graves, tão profundos e dolorosos, que se configuram como ameaças iminentes à própria sobrevivência da humanidade como um todo. E com certeza a raiz comum de todos estes males reside na ganância, no individualismo, no egoísmo, no ódio, impossíveis de sanar se não soubermos redescobrir que a vocação humana fundamental é para a solidariedade, para o amor”.

(ANDREOLA, 2005, p.58).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2.ed. São Paulo : Hucitec, 1998.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. **Associativismo**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre : Veraz Editores, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo : Ática, 2000.

ANDREOLA, Balduino Antônio. **O rural e o urbano: experiências solidárias no campo da educação**. In: *Cadernos de Educação (Pelotas)*. Pelotas, RS. vol. 14, n. 24 (jan./jun. 2005), p. 57-73.

ANDREOLA, Balduino Antônio. **Educação, cultura e desenvolvimento do campo: diferentes olhares**. In: *Diálogo*. Canoas : RS n.º7 (2005), p. 107-131.

ANILLO, Zilca Bonadéo. **Análise e propostas de encaminhamento para a organização e capacitação do sistema cooperativo UNIMED: caso de Santa Maria-RS**. In: *O cooperativismo e as mudanças no mundo do trabalho*. São Leopoldo, *Cadernos CEDOPE*, série Cooperativismo e Desenvolvimento Rural e Urbano, ano 8, n.º 14, 1996.

ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO. **Memória do Laboratório Organizacional de Campo**. MST : Charqueadas, 1991.

BONAMIGO, Carlos Antônio. **Pra mim foi uma escola... o princípio educativo do trabalho cooperativo**. Passo Fundo : UPF, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo : Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De Angicos a Ausentes: quarenta anos de educação popular**. Porto Alegre: MOVA-RS; CORAG, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa participante e a partilha do saber: uma introdução**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida : Idéias & Letras, 2006.

CALDART, Roseli Salete. ARROYO, Miguel Gonzalez, MOLINA, Mônica Castagna (Organizadores) **A Escola do Campo em Movimento**. In: *Por uma educação no campo*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins, **A emancipação do movimento no movimento da emancipação continuada** (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, Boaventura de. (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo : Ed. Ática, 2003.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL - CONCRAB. **Orientações jurídicas e contábeis sobre o funcionamento das CPAs: alguns elementos**. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 2, MST : São Paulo, 1994.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL -CONCRAB. **Perspectiva da cooperação agrícola nos assentamentos**. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 4, MST : São Paulo, 1995.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL -CONCRAB. **Sistema cooperativista dos assentados**. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 5, MST : São Paulo, 1998.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL -CONCRAB. **Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos**. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 7, MST : São Paulo, 1998.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL - CONCRAB. **Cooperativas de produção: questões práticas**. Caderno de Formação n.º 21, MST : São Paulo, 1992.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL.- CONCRAB. **O que levar em conta para a organização do assentamento**. São Paulo: CONCRAB, 2001.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL.- CONCRAB. **Manual do acompanhamento das empresas sociais**. São Paulo : CONCRAB, 2008.

COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL- COCEARGS. **Conquistada a terra: o que fazer?** Cartilha de Orientações, MST, 1992.

DE SÓRDI, Santo. **Cooperativismo de trabalho**. In: O cooperativismo e as mudanças no mundo do trabalho. São Leopoldo, Cadernos CEDOPE, série Cooperativismo e Desenvolvimento Rural e Urbano, ano 8, n.º 14, 1996.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis : Vozes, 2000.

FALKEMBACH, Elza. **Conscientização**. Ijuí : (Apostila), 1992.

FABRINI, João. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel : Edunioeste, 2003.

FERREIRA, Elenar. **A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção**. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo : Contexto, 2000.

- FISCHER, Maria Clara Bueno. **Verbetes Trabalho**. In: REDIN, Euclides; STRECK, Danilo; ZITKOSKI, Jaime. Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte : Autêntica, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança : um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultura para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 30. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Participação comunitária**. In: CASTELLS, et al. Novas perspectivas críticas em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.) Pesquisa Participante. São Paulo : Brasiliense, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo : Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo : Cortez, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- GADOTTI, Moacir. **Marx: Transformar o mundo**. 2. ed. São Paulo : FTD, 1991.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil: quadro de interpretação sociológica**. Petrópolis Vozes, 1987.
- GEHLEN, Ivaldo. **Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do sul**. In: Cadernos de sociologia. Porto Alegre Vol. 6, p. 154-176, 1994.
- GÓES, Moacir de. **Verbetes Coletivo**. In: REDIN, Euclides; STRECK, Danilo; ZITKOSKI, Jaime. Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte : Autêntica, 2008.
- GONCALVES, Maria Augusta Salin. **Teoria da ação comunicativa de Habermas: possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola**. Revista Educação & Sociedade, Campinas : CEDES, Unicamp, 1999, vol.20, n.66, pp. 125-140.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo : Cortez, 1992.
- GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1987.

- GÖRGEN, Sérgio Antônio. **A luta pela terra**. 1.ed. São Paulo: Scritta, 1993.
- GÖRGEN, Sérgio Antônio. **O massacre da fazenda Santa Elmira**. 2.ed. Petrópolis : Vozes, 1989.
- GÖRGEN, Sérgio Antônio. **Uma foice longe da terra: repressão aos sem-terra em Porto Alegre**. Petrópolis : Vozes, 1991.
- IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2007.
- KIELING, José Fernando. **Verbete Alienação**. In: REDIN, Euclides; STRECK, Danilo; ZITKOSKI, Jaime. Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte : Autêntica, 2008.
- LÖWY, Michel. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo : Cortez, 1988.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3. ed. Petrópolis : Vozes, 2008.
- MARTINS, José de Souza. **A questão agrária brasileira e o papel do MST**. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis : Vozes, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo : Hucitec, 1989.
- MARX, Karl. **O capital**. 8. ed. São Paulo : Difel, Vol.1, Livro 1, 1982.
- MELLO, Marco. **Pesquisa participante e educação popular: da intenção ao gesto**. Ísis; Diálogo-Pesquisa e Assessoria em Educação Popular; IPPOA – Instituto Popular Porto Alegre, 2005.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis : Vozes, 2001, p. 35.
- MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo : Boitempo, 2005.
- MORAIS, Clodomir Santos de. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. Caderno de Formação, n.º 11. São Paulo : Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Secretaria Nacional, 1986.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa de reforma agrária**. Caderno de Formação n.º 23. São Paulo : MST, 1995.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A reforma agrária e a sociedade brasileira**. São Paulo : MST, 1996.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Como organizar os assentados individuais**. São Paulo : MST, 1994.

MOREIRA, Carlos Eduardo. **Verbetes Emancipação**. In: REDIN, Euclides; STRECK, Danilo; ZITKOSKI, Jaime. Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte : Autêntica, 2008.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marx: ciência e revolução**. São Paulo : Moderna, Campinas : Edidora da Universidade de Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Nestor Braz. **Cooperativismo: guia prático**. 2.ed. Porto Alegre : OCERGS, 1984.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. 2.ed. Chapecó : Argos, 2008.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliviera; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. 2. ed. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2007.

RIBEIRO, Marlene. **Educação e trabalho cooperativo: desafios de uma política pública**. In: TIRIBA, Lia e PICANÇO, Iracy. (Orgs.). Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.

RIBEIRO, Marlene. **Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais**. In: Educação e Pesquisa. v. 28. n. 2. São Paulo: FAE/USP, p. 113 – 128, jul./dez., 2002.

RIBEIRO, Marlene. **O caráter pedagógico dos movimentos sociais**. In: Movimentos sociais : revolução e reação. Pelotas : EDUCAT, 1999. p. 103-135.

RIBEIRO, Marlene. **Organizações cooperativas de agricultores e educação escolar: desafios a uma formação cooperativa**. In: Perspectiva (Florianópolis). Florianópolis Vol. 22, n. 1 (jan./jul. 2004), p. 167-193.

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da autonomia: análise da assistência técnica a agricultores assentados**. In: Trabalho e educação: revista do NETE. Belo Horizonte N. 8 (jan./jun. 2001), p. 133-161.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHNEIDER, José Odelso. **A cooperação para as organizações populares**. São Leopoldo, Cadernos CEDOPE, Série Cooperativismo e Desenvolvimento Rural e Urbano, n. XII – 6, 1994.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2.ed. São Leopoldo : Unisinos, 1999.

SCHNEIDER, José Odelso; VÁZQUEZ, Vicente, José Henrique. **A reestruturação produtiva e as cooperativas de trabalho produtiva e as cooperativas de trabalho**. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, vol. 31, n. 94, jul./set. 1996.

SINGER, Paul. **Economia solidária**: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.). A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo : Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Economia política da Urbanização. 8. ed. São Paulo : Brasiliense, 1981.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Estratificação social e estrutura de classe**. In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir; BERTELLI, Antônio. Estrutura de classes e estratificação social. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1981.

STÉDILE, João Pedro. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 166 p.

STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisar é pronunciar o mundo**: notas sobre método e metodologia. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). Pesquisa participante: o saber da partilha. Aparecida : Idéias & Letras, 2006.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo : EDIUPF, 1999.

TESCH, Walter. **Cooperativismo de trabalho**: alternativa ao desemprego. São Paulo : Estudos e Pesquisas IPROS, Central Autônoma dos Trabalhadores, dez.1995.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo : Polis, 1982.

THOMAZ, Fernanda. **A organização do trabalho Camponês na visão de Clodomir Santos de Moraes**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp.1-16.

TILLMANN, Reinaldo Luiz Xavier. **Trabalho e educação**: os coletivos pedagógicos de Makarenko. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2009.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Trabalho e educação nas cooperativas do MST**. In: TIRIBA, Lia e PIKANÇO, Iracy. (Orgs.). Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação**: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí : Unijuí, 2000.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e trabalho**: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol.27, n.72, p.121-135, maio/ago.2007.

ZIMMERMANN, Roque. **O Não-Ser**: uma abordagem filosófica a partir de Henrique Dussel (1962-1976). São Paulo : Vozes, 1986.

ZITKOSKI, Jaime José. **Educação popular e pós-modernidade**: um olhar em tempos

de incerteza. São Leopoldo : Cadernos IHU, Instituto Humanitas, UNISINOS, Ano 5, nº 21, 2007.

ZITKOSKI, Jaime José. **Horizontes da refundamentação em educação popular.** Frederico Westphalen : Ed. URI, 2000.

APENDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO TRINTA DE MAIO

Pesquisa de Campo – Assentamento Trinta de Maio – Charqueadas

Questões:

- 1) Histórico da cooperativa: quando iniciou, com que objetivos, quais as lideranças?**
- 2) Como funciona a cooperativa hoje? O que produz? O que produz e como está organizada? Como se dá o planejamento e as decisões?**
- 3) Que propostas e projetos de educação a cooperativa defende e pratica?**
- 4) Como se dá a inserção dos jovens e crianças na cooperativa?**
- 5) Nos aspectos culturais: como se dá a organização da vida comunitária, lazer, reuniões de família, participação na sociedade?**
- 6) Que espécie de integração há em relação às demais cooperativas?**
- 7) Que projeto de sociedade defendem hoje? Como lutam por esse projeto?**
- 8) Os movimentos sociais dialogam com a cooperativa?**
- 9) Como se dá a relação da cooperativa com os governos (municipal, estadual e federal)?**
- 10) Outros aspectos relevantes...**